

O CLERO NORTENHO E AS INVASÕES FRANCESAS — PATRIOTISMO E RESISTÊNCIA REGIONAL

por João Francisco Marques

É flagrante o paralelismo estabelecido pelos plúmbeos portugueses coevos das invasões francesas, entre o feito patriótico de 1640 e o levantamento nacional oitocentista, tanto na forma por que o denominam, como no relevo dado à intervenção do clero. E, embora a similitude dos dois acontecimentos esteja circunstancialmente longe de se ajustar, a sua repercussão no sentir dos naturais ecoa de maneira idêntica.

Com efeito, verifica-se que a memória colectiva, por razões óbvias, conotava o que se passara de finais de 1807 ao verão de 1811 com o sucedido mal volvidos eram dois séculos. Na verdade, se, no primeiro caso, a dominação estrangeira fora longa de seis dezenas de anos e, na segunda, nem sequer se chegara a estabelecer com alguma solidez, isso não obstará à aproximação intentada. Ambos são rotulados de *restauração*, *libertação* e *aclamação*¹. Na sua maioria, os autores, em geral a coberto do anonimato, que rubricaram muitos desses «papéis» dados à estampa de norte a sul do país por altura da expulsão do invasor francês, optam

¹ Ver: FONSECA, Martinho da — *Elementos bibliográficos para a história das guerras chamadas da Restauração: 1640-1668*, in «Arquivo de História e Bibliografia, 1923-1926», II, introd. de Jorge Peixoto, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1976: 128-257; ARANHA, Brito — *Nota acerca das Invasões Francesas em Portugal*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1909; SEPÚLVEDA, Christovam Ayres de Magalhães — *Dicionário Bibliográfico da Guerra Peninsular*, 3 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929.

invariavelmente por «feliz restauração», «gloriosa aclamação», «restauração da liberdade da pátria»².

De resto, as narrativas dos eventos, que constituem o discurso histórico-patriótico deste último sucesso, corroboram a justeza semiótica dos títulos, sublinhando com frequência haver-se tratado da libertação de um jugo tirânico imposto à nação portuguesa e da restituição ao legítimo monarca de uma soberania política usurpada. Prova concludente, pois, da forma como fora conduzida e justificada a luta patriótica nos dois momentos em causa denotados com cativo e governo apodado de tirânico, tão incontroversa tinham sido, se não uma efectiva ocupação territorial, o controle estreito da esfera administrativa e uma actividade tendente a eliminar a independência nacional. Por isso, a reacção autonomista desencadeada através da solidariedade dos corpos sociais pôde assentar numa base popular extensa e diversificada e ser estimulada por um agente interventor que detinha condições ímpares para dinamizá-la. E, se a crença religiosa fosse atingida pelas ideias difundidas e pelos atentados sacrílegos perpetrados contra pessoas, recintos e objectos consagrados ao culto, maior veemência podia ser dada à campanha libertadora, em que o clero desde o início se empenhou.

Julgamos dever acentuar-se este dado, considerando-o como um dos factores primordiais para essa mobilização quase unânime, sem limite nem tréguas e a partir de 1808, dos eclesiásticos contra os executores do imperialismo napoleónico.

A raiz político-institucional da resistência encontramos-na na aliança do «trono com o altar», vigente nas monarquias europeias do antigo regime. Havia, pois, ideologicamente, necessidade de se estruturar um discurso, como de facto acontecia, capaz de justificar uma espécie de guerra santa, em redor dos referentes: religião, príncipe e pátria. E, na conjuntura das invasões francesas em Portugal, vemo-lo de imediato ao compulsarmos a propaganda patriótica e a documentação oficial. Os próprios editais para a mobilização militar não se furtam a utilizar esta teia, bem como o agitar de um pendão simbólico. Tomando um exemplo entre muitos, lê-se no edital da Câmara de Barcelos de 28.6.1808: «a cauza que vamos defender he nossa, e he de Deos; porque os inimigos não pertendião só esgotar os nossos bens, mas destruir a nossa religião que professamos»; por isso o voluntário que se não alistar mostra não «ser

² Cf. VALENTE, Vasco Pulido — *O Povo em Armas: A Revolta Nacional de 1808-1809*, in «Tentar Perceber», Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1983, notas: 3, 8, 18, 20, 57, 60, 62, 78, 101.

amigo de Deos, da Pátria, nem de si»³. Se a reconquista da liberdade e a reivindicação do rei natural foram razões suficientes para alimentar a ânsia de autonomia que conduziu à restauração de 1640, agora juntava-se-lhe a indignação incontida face ao comportamento deplorável da soldadesca e ao óbvio facciosismo das autoridades francesas na atribuição de cargos públicos.

Com efeito, se as violências contra as populações enfureciam os lesados e os parentes das vítimas, sobretudo mulheres, velhos e doentes, as profanações cometidas e os desrespeitos e atentados contra o clero eram considerados acções diabólicas.

1. Intervenção religiosa: dinâmica ideológica e importância do púlpito

O estendal de crimes e prepotências deixados na passagem das tropas, por vezes acoissadas pela fome, como também sucedia até no lado anglo-luso, era agravado por procedimentos que se anotavam de irreligiosidade e publicamente se verberavam⁴. «Não consta, escreveu Fr. Inácio de S. Carlos em seu *Diário*, que em todo o exército francez houvesse hum só Capellão: que algum dos seus chefes se confessasse; que se inquirisse por elles disto, como entre nós, a respeito dos seus soldados; que fossem formados à Missa; que dessem finalmente alguma demonstração pública de que erão Catholicos Romanos; mas de palavra ninguém os excedia»⁵. Algumas atitudes irreverentes de Junot e de seus oficiais graduados eram condenadas pela opinião pública, não bastando para contrabalançá-las a presença nos templos em dias solenes e as promessas de que asseguraria o respeito pela igreja. Disso os eclesiásticos logo tiveram na prática desmentidos chocantes, a partir da profanação dos templos de Santa Maria do Castelo e do convento dos capuchos de Abrantes pela soldadesca a caminho de Lisboa⁶. E o crescente cortejo de

³ Cf. *Diário de Fr. Ignacio de S. Carlos*, in SEPÚLVEDA, Christovam Ayres de Magalhães — «História Orgânica e Política do Exército Português. Provas», vol. XIII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921: 343. Acerca deste «Diário» e seu autor, ver: Idem, *ibidem.*: 185-189.

⁴ Ver: *Colecção das Ordens do Dia do Ilustríssimo e Exceletíssimo Guilherme Carr Beresford, Anno 1810*, Lisboa, António Nunes dos Santos, 1810: passim.

⁵ Cf. *loc. cit.*: 311.

⁶ Ver: NEVES, José Acúrsio das — *História Geral das Invasões Francesas em Portugal e da Restauração deste Reino*, I (ts. I e II), Porto, Edições Afrontamento, s/d: 337-339.

furtos e espoliações de objectos preciosos de culto, cometidos pelos ocupantes, logo indignou o clero e os fiéis que tanto importava tranquilizar e captar. A expectativa fora, pois, gorada, apesar de solenemente se assegurar que seriam preservadas a Religião e a propriedade privada. Compreende-se, no entanto, o que poderá ser imputado à anarquia gerada nas provocações pela tropa em marcha e pelos retardatários fora da vigilância e do controle dos comandos. Mas os assaltos e ataques gratuitos ou motivados pela cobiça e o saque eram suficientes para se erguer um clima geral de hostilidade.

Consciente da força da igreja na opinião pública, Junot, mal entrado na capital do reino, pressionará o Patriarca de Lisboa e através dele a hierarquia católica para abonarem a sua boa vontade e intenções pacíficas, justificando a intervenção do exército imperial como uma ajuda dada à nação portuguesa para se libertar do opressor inglês. Membro da regência, o Prelado acusou o desgaste da idade e a situação difícil em que se viu envolvido, dividido entre o sentimento patriótico e o conselho prudente do Príncipe D. João que, na partida para o Brasil, recomendara um acolhimento colaborante, a fim de poupar o povo a sofrimentos inúteis. Por isso, as ordens dirigidas pelo Patriarcado aos párocos, pregadores e confessores, nos dias imediatos à chegada de Junot a Lisboa, falavam da paz e concórdia a manter nas relações com os franceses⁷. Ideias que, em tom mais imperativo, foram de novo difundidas, entre o convite à obediência ao governo intruso e o elogio declarado do invasor napoleónico, na nota pastoral que o Cardeal Patriarca firmou, a 8 de Dezembro de 1807, e que terá servido de modelo a quantas saíram do Algarve ao Porto dirigidas ao clero e aos diocesanos pelos bispos residentes⁸. Alguns terão mantido calculado alheamento, como o arcebispo de Braga, D. José da Costa Torres, que será enaltecido na oração pronunciada pelo deão Luís Furtado de Mendonça, por altura da cerimónia religiosa pela restauração de 1808 na capela do paço arquiépiscopal⁹.

As indicações dadas pelos prelados eram, de facto, um incitamento de que, face à notória ignorância da maioria dos ouvintes e apesar da

⁷ Cf. ID., *ibid.*: 283.

⁸ *Ibid.*: 283-284. Refere Fr. Inácio de S. Carlos (*loc. cit.*: 311), a propósito, o seguinte: «Não concorre menos para o desgosto geral a ordem de referir na Collecta da Missa o nome de Napoleão, omitindo o da nossa Soberana e do P.R. Sacerdotes, porem houverão que nunca mancharão os seus beiços no Altar com tão sordido sacrilego nome; e isto ainda quando precizados a cantar Missa, e mesmo assistindo a ella expioens dos inimigos, enviados a observar se era cumprida esta ordem».

⁹ Cf. FERREIRA, José Augusto — *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Sec III-Sec. XX)*, IV, Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1935: 13.

espionagem montada, alguns eclesiásticos por temor, prudência, lisonja e francesismo confessos se aproveitavam no púlpito para tentarem persuadir os fiéis, fazendo-os crer que Portugal «devia ser francez, pelo haver sido o pai de seu primeiro monarcha, o Conde D. Henrique»¹⁰.

O colaboracionismo existente e a repressão, ainda que vigilante, logo se mostraram insuficientes nos meses imediatos para um controle eficaz das elites não jacobinas e dos estratos burgueses e populares. Ressentindo-se de vexames sofridos na escolha para postos de chefia e lugares administrativos importantes¹¹, da diminuição de rendimentos pelo abaixamento e não pagamento de juros e rendas, da retracção do comércio pelas vicissitudes da ocupação, da falta de trabalho e consequente aumento de desemprego e criminalidade, das deserções a engrossar de contínuo o volume de marginais¹² — o descontentamento social tende perigosamente para a rebelião incontrolável com foros de levantamento nacional.

A intervenção militar inglesa, acalentada de início como uma esperança sebastianista, só necessitava para se desencadear de um gesto firme de insurreição, estribada no apoio popular, e da convergência no mesmo sentido de uma motivação da parte espanhola¹³. Foi o que acabou por suceder.

Se, porém, o que nos importa seguir é a revolta e a resistência nacional contra o domínio napoleónico, confinadas ao norte do país, e o papel desempenhado pelo clero, convirá interrogarmo-nos primeiro sobre os motivos de uma adesão regional que, geográfica e socialmente, se manteve sem fracturas.

Sabe-se que, do ponto de vista militar, Lisboa, cabeça do reino, dispunha de forças e de uma situação estratégica necessárias para se defender e para controlar as áreas circunvizinhas. O quadrilátero defensivo assente em Almeida, Elvas, Setúbal e Peniche permitia vigiar e assegurar acessos à capital, prevenindo ataques oriundos do mar ou do corredor castelhano, enquanto ficavam de fora o Baixo-Alentejo e Algarve e as regiões centro e norte que Junot só muito parcamente cobrira de guarnições¹⁴. Demarcada pela linha natural do Douro, a área nortenha abrangia as províncias de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes e os concelhos

¹⁰ Cf.: *Diário de Fr. Ignacio de S. Carlos*: 311; NEVES, José Acúrsio das — *op. cit.*, I: 283, 285.

¹¹ Cf. NEVES, José Acúrsio das — I: 357.

¹² *Id.*, *ibid.*: 268-269, 349, 383.

¹³ *Ibid.*: 259, 351-352.

¹⁴ *Id.* — *op. cit.*, II: 43-44.

contíguos imediatamente a norte e sul daquele rio¹⁵. A índole das gentes, a mentalidade, a prática religiosa, as relações económicas, militares e eclesiásticas eram elementos que, em caso de perigo, poderiam estruturar uma unidade de acção para uma defesa colectiva. Exceptuando a faixa litoral, o interior da região norte, em grande parte fortemente acidentado, era de difícil controle, se pudesse contar com a cooperação das populações espanholas e as guerrilhas locais atacassem o inimigo nos vales e caminhos das montanhas.

Tradicionalista e conservador, inclinado na altura à defesa da monarquia absoluta, o povo acatava pacificamente uma ordem social hierarquizada e tributava um respeito reverencial à autoridade legítima.

Aliás é a diferenciação regional de base geo-humana que leva Pulido Valente, ao pretender fundamentar a sua hipótese de uma amotinação social pretextada pela insurreição nacional de 1808, a explicar por ela o comportamento das populações¹⁶. A fraca densidade de povoamento do Alentejo, a dificuldade de comunicações, os espaços desérticos e a inexistência de um campesinato numeroso e próspero transformaram a «segunda revolta» numa ameaça de guerra civil que frequentemente roçou o banditismo político¹⁷. Por sua vez, conforme afirma, foi precisamente o contrário que sucedeu no Norte onde as tensões sociais latentes explodiram, facilitadas pela pulverização dos chefes e das ambições e ódios que os dominaram, após a eliminação dos franceses e partidistas¹⁸. E, embora os factos aduzidos quanto a esta região não sejam por inteiro convincentes, certas atitudes desrespeitosas então verificadas para com o clero podem bem ter sido ditadas por uma mentalidade anticlerical. As violências, de que foram vítimas alguns proprietários, explicam-se por um natural ressentimento para com os ricos, como as que tiveram por alvo as autoridades civis se compreendem pela proverbial aversão ao estado-ladrão, encobridor das injustiças dos poderosos e sintonizado com o funcionalismo público corrupto. A actividade de bandos de mendigos e marginais — desempregados e ociosos vivendo do furto, bandoleiros de profissão e desertores foragidos — era facilitada pela anarquia e, sem dúvida, pela ambiguidade da adesão da população patriótica. Ora, assim sendo, não repugna que se lhes houvesse juntado, como uma espécie de franco-atiradores, eclesiásticos pouco escrupulosos, seculares e egressos.

¹⁵ Ver no «Apêndice», I, um mapa, delimitando o espaço geográfico que convencionalmente se designa por Região Norte de Portugal.

¹⁶ Cf. VALENTE, Vasco Pulido — *loc. cit.*; 33.

¹⁷ *Id. Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*

Falta-nos um conhecimento objectivo da mendicidade e marginalidade coevas para se ajuizar da credibilidade a conceder à interpretação adiantada de revolta social.

Note-se, como sublinha com justeza Oliveira Ramos, ser o Porto, em 1808, um «burgo social e economicamente notável, inserido na região adjacente e com intensas relações, cujas ruas aglutinavam pessoas de diversa condição social na cruzada antifrancesa»¹⁹. Orgulhoso do seu torrão natal, o povo nortenho era cioso do canto que amanhava e possuía, como da casa onde vivia ou da loja onde trabalhava. Religiosamente assíduo aos actos de culto, amava as devoções e as festas, quase idolatrava as imagens, símbolos e objectos pios, em particular se rodeados de uma aura de milagre. A dedicação e obediência aos pastores locais, mercê da administração quotidiana dos sacramentos e de um contacto permanente com eles, podem, em geral, testemunhar-se sem esforço. De resto, a exemplaridade de costumes ou as qualidades humanas dos ministros sagrados, se notórias, contribuía mais ainda para essa admiração e respeito.

Por isso, quando se ergueu, armado, decidido a estirpar a dominação estrangeira em 1808 e a repeli-la nos anos imediatos, o norte de Portugal — para além dos condicionalismos geonaturais e das motivações patrióticas — dispunha de uma coesão moral privilegiada e difícil de vencer se dinamizada pelo braço eclesiástico sob pretextos vários bem conhecidos.

É sabido como no imaginário popular se reflecte a ameaça das forças demoníacas ou das que com elas se conotam. O sentimento do medo desencadeia o apelo à protecção sobrenatural proporcionadora de amparo e segurança. E não é a figuração satírica de Napoleão, conduzido às costas por Satanás rumo ao inferno, e outras representações análogas, aparecidas na época, a par de uma abundante literatura burlesca, o que neste momento nos acorre mencionar²⁰. Antes sim, como exemplo entre

¹⁹ Cf. RAMOS, Luís de Oliveira — *A resistência contra o expansionismo napoleónico*, in «Da Ilustração ao Liberalismo», Porto, Lello & Irmãos Editores, 1979: 91.

²⁰ Este ódio político exacerbado contra os franceses pode ver-se na acomodação que o imaginário popular e elitista fez de orações, fórmulas religiosas, textos sagrados e gravuras, como por exemplo: o Sinal da Cruz, o Demónio conduzindo Napoleão para o inferno e a Besta do Apocalipse, cf.: LIMA Augusto César Pires de — *O Sinal da Cruz de Junot*, Coimbra Editora, 1943: 11 pp. (Separata de «Brasília», Coimbra, Faculdade de Letras, II); B.P.M.P., ms. 872, *O Dragão e a Besta, representado e verificado em Napoleão e Império Francês* (trata-se de um prospecto, com um curiosíssimo desenho, que reproduz e adapta os capítulos XIII, XVII e outros do livro do *Apocalipse* de S. João); *Gravura* do tempo das Invasões Francesas — o Demónio conduzindo o

vários, a devoção ao anjo da guarda, através da oração diária obrigatória, que se amplia para o colectivo no Anjo de Portugal a proteger a nação do invasor francês, conforme se espalhou entre o povo numa gravura coeva²¹. É ainda essa estampa do Senhor de Matosinhos — cujo templo, às portas da cidade do Porto, Junot e os agentes de Soult bem conheciam — em que se representa Cristo, rodeado de anjos e com duas bandeiras lusas no sopé da cruz, a fulminar com raios a tropa francesa perseguida pelos soldados portugueses²². Iconografia esta a que se poderá juntar a legenda, no verso de medalhas cunhadas a propósito da vitória de 18 de Junho e profusamente espalhadas pelos país, onde se diz: «As armas Portugueses!! Vamos libertar-nos de huns ímpios, restaurar o nosso Príncipe, conservar a nossa Religião e os nossos Altares, a castidade das nossas mulheres, e a liberdade de nossa Pátria»²³. O recurso ao sagrado, sem dúvida de inspiração clerical, alimentava e reforçava o entusiasmo e a adesão à causa patriótica. De resto, como simples cidadão ou ministro da igreja, secular ou frade, lá se encontrava ele sempre disponível para interferir nos acontecimentos de rua. Conspirando, combatendo, assistindo espiritualmente, arengando na praça ou pregando nos templos, foi, conforme as circunstâncias o exigiam, soldado, capelão, agitador de massas, tal como o vemos referido na historiografia e nos textos cronísticos coevos.

A solidariedade social, o parentesco e a autoridade usufruída arrastaram-no aos conciliábulos onde se segredavam e teciam as malhas concretas da revolta. Mas a sua colaboração tornou-se, no entanto, insubstituível no púlpito e na imprensa, nesta última de parceria com leigos, magistrados e licenciados. Na verdade, o discurso patriótico-religioso ocasional foi particularmente intenso na altura, et *pour cause*, e influente no desencadear da rebelião de 1808, como na mobilização para a resistência armada. A presença do clero nos batalhões e nas juntas

Imperador Napoleão Bonaparte para o Inferno, in PIMENTA, Alfredo — *Elementos de História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1936: 461. Reproduções no «Apêndice», 2 e 3.

²¹ Ver: Estampa coeva, 285x390 mm, desenhada por Francisco de Paula, intitulada: «O Anjo Custódio do Reino: Exterminando de Portugal a alegria de Napoleão e a tropa Francesa», a fim de recordar a batalha do Vimeiro, em 21 de Agosto de 1808, in B.P. de Braga, Sala Barca e Oliveira (BO), d) Coleção de Estampas. Reprodução no «Apêndice», 4.

²² Ver: «Estampa do Senhor de Matosinhos» onde com expressiva legenda se pode observar o exército napoleónico fulminado com raios celestes e perseguido, em retirada, pelas tropas portuguesas, in VITORINO, Pedro — *ob. cit.*: Est. XXIV, 124/125. Reprodução no «Apêndice», 5.

²³ Ver: ID, *ibid.*: Est. XIX, 96/97. Reprodução no «Apêndice», 6.

governativas, que invariavelmente os bispos residenciais acabaram por chefiar, fizeram de muitos deles oradores e secretários de serviço²⁴. Havia, com efeito, a necessidade de controlar a ordem pública e dirigir a movimentação das massas, tantas vezes anárquicas, refratárias na obediência às autoridades constituídas e manipuladas até à demência, quando de gente descalça se tratava.

Ao compulsarmos um *corpus* vário de fontes coevas — sobretudo diários, memoriais, relações, manifestos, cartas, actas e documentos oficiais —, nenhuma dificuldade há na recolha de informações e testemunhos da actuação do clero durante as invasões francesas, dentro e fora dos templos. O teor do discurso eclesiástico é o do combate ao estrangeiro, usurpador e tirano, e a apologia do soberano reinante, legítimo penhor da ordem político-social assente na solidariedade do Trono e do Altar. Apelava-se desta forma à união colectiva de esforços que a resistência armada exigia e controlava-se a opinião pública. Não escasseava o exemplário, real e mitificado, com base na história pátria ou no factual do tempo, a saber: nos assassinios correntes de ministros da igreja, na violação das clausuras e desfloramento de religiosas, nos vexames a dignatários eclesiásticos, nas profanações e sacrilégios, nas libertinagens de ocupantes responsáveis, no jacobinismo ateu e colaboracionista, na «luciferina» doutrina maçónica²⁵.

Dos resultados que se poderiam obter no espírito dos crentes tradicionalistas, através das pregações de circunstância com estes e

²⁴ Aconteceu por exemplo, em Braga, com o deão da Sé, Dr. Luís Furtado de Mendonça (cf. FERREIRA, J. Augusto — *op. cit.*, IV: 16) e, em Viana do Minho, com o beneditino Fr. Francisco de S. Luís (cf. RAMOS, Luís de Oliveira, *loc. cit.*: 97, 99).

²⁵ O depoimento de um sacerdote da diocese de Braga, pároco de Tebosa, ainda inédito e conservado no Arquivo Municipal de Ponte de Lima, relativo ao período das invasões francesas e guerras civis entre miguelistas e absolutistas, é um documento eloquente acerca do que, neste particular, se passou no norte do país por altura da 2.ª invasão francesa. Num estilo directo e, por vezes, pitoresco, se diz que, na marcha do exército de Soult para o Porto, a soldadesca destruíra pelo caminho o que mais precioso havia nos conventos e casas onde se aquartelava, matando, roubando, fornicando, incendiando aldeias e freguesias inteiras. Ao espalhar-se pela província do Minho, de Valença a Braga, de Guimarães às margens do Ave, cometeram os franceses as maiores barbáries: cegavam o centeio para os cavalos, queimavam portas e janelas, abusando das mulheres casadas, «zombavam» das solteiras, ultrajavam freiras, delapidavam igrejas, «lançavam pelo chão as Sagradas Formas, pegavam fogo a mosteiros e templos, assassinavam padres, metiam cavalos nas capelas, não havendo maldade que não cometessem». O povo respondia com emboscadas, eliminando os que podia. Anota, no entanto, que se encontrava entre eles «gente de virtude e religião». Cf. MONTEIRO, António José — *Diário de minha vidinha (1809-1837)*, ms. do Arq. Mun. de Ponte de Lima: 1a-10b.

outros referentes análogos, não há que duvidar, tal a carga emotiva que possuíam para provocar a sensibilidade e excitar a imaginação. Nas esquinas das ruas ou nas praças e portas das igrejas apareciam constantemente exortações patrióticas impressas e manuscritas, mesmo anónimas, onde a redacção trai, na quase totalidade dos casos, a pena de um homem da igreja. Aliás, o expediente da quase totalidade das juntas era redigido por eclesiásticos como o provisor do bispado do Porto, o deão da Sé de Braga e, em Viana, o beneditino Fr. Francisco de S. Luís²⁶.

Vítimas ou actores, estes sacerdotes seculares ou conventuais, surgem-nos na crónica do tempo, ao longo das vicissitudes criadas pela ocupação francesa e da luta pela liberdade da pátria.

2. Ocupação e retirada de Junot

Em geral, foi de expectativa e reserva a atitude do clero, nos dois primeiros meses da presença em Portugal do exército invasor napoleónico e de hostilidade crescente, depois, até à expulsão de Massena. Confinados, de momento, à região norte, limitar-nos-emos a seguir a conduta local da gente da igreja nas áreas portuense, minhota e transmontana.

Disposto aparentemente a executar o acordado no tratado franco-espanhol de Fontainebleau de 1806, mas visando conseguir a satelização da Península Ibérica, duas atitudes de Junot logo revelaram a hipocrisia das suas declarações iniciais e o ludíbrio em que caíra o Patriarca de Lisboa, morto pouco depois de senilidade e desgosto²⁷. Como D. José de Mendonça, também o inquisidor-geral e bispo do Algarve, D. José Maria de Melo, e o do Porto, D. António de São José de Castro, não puderam eximir-se ao labéu de traidores e afrancesados sobretudo por causa das pastorais contemporizadoras publicadas a pedido do ocupante²⁸. As do prelado nortenho, saídas a 5 de Dezembro e 18 de Janeiro, demonstram,

²⁶ Ver, *supra*, n. 24.

²⁷ Faleceu no palácio da Junqueira, em Lisboa, a 11 de Fevereiro de 1809, com 81 anos feitos. Ao referir-se-lhe, Fr. Inácio de S. Carlos (*loc. cit.*: 311), sublinhando que a sua pastoral provocou, mais que numa outra, «escandalo e murmuração geral», escreveu: «O Patriarca era maior de 80 annos, muito doente, e tão devoto e portuguez, como tímido e condescendente: crê-se, não sem fundamento, que tendo-se mais maduramente considerado e combinando mecher as cousas em vista do Decreto de Junot do 1.º de Fevereiro de 1808, em que se declarou por Soberano deste Reino o Tirano do Mundo, o Patriarca se penetrou de modo, que abbreviou o resto dos seus dias».

²⁸ Sobre estas pastorais, ver: *Diário de Fr. Ignacio de S. Carlos*: 311; NEVES, José Acúrsio das — *op. cit.* I: 283; PEREIRA, Isaias da Rosa — *Pastorais de alguns*

de facto, um teor colaboracionista que mais tarde ele mesmo se esforçará por justificar e, com o seu comportamento, procurará resgatar. Na verdade, se na primeira pede aos diocesanos para colaborarem com as autoridades francesas, na segunda agradece-lhes o acolhimento prestado ao invasor, chegando a tratar por aliados os soldados imperiais²⁹. O Clero, cioso das suas prerrogativas de estrato social privilegiado, sentir-se-á lesado e reprovará a deliberação do general francês, quando se vê obrigado a contribuir para a tributação geral dos quarenta milhões de cruzados imposta a todo o reino³⁰.

Em 1 de Fevereiro de 1808, declara Junot proscrita a casa de Bragança e abolida a regência deixada pelo príncipe-herdeiro D. João. Para os portugueses, semelhante decisão feria de morte o símbolo e garante da independência nacional. E, logo a 27 do mesmo mês, decreta a substituição, na colecta das missas, do nome do soberano luso pelo de Napoleão Bonaparte, ordenando ainda que fosse apeado o escudo real português. Eram provocações demasiadamente temerárias para quem não podia sequer estribar a sua autoridade num poderio militar capaz de se opôr à reacção de brio nacionalista que logo se fez sentir³¹.

Afastado da diocese, por razões de saúde e inabilidade pastoral, o bispo de Bragança e Miranda, D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara, respondeu do convento agostinho de S. Vicente de Fora, onde

Bispos Portugueses por ocasião das Invasões Francesas, in «Revista de História das Ideias, 10: a Revolução Francesa e a Península Ibérica», Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1988: 327-346 (com a transcrição, em «apêndice», dos textos analisados). Ver transcrita no «Apêndice», 7, a pastoral do mesmo teor colaboracionista, firmada pelo bispo de Lamego, D. João António Binet Píncio, que não se encontra entre as publicadas pelo investigador, Isáfas da Rosa Pereira. Acerca dos bispos portugueses e os acontecimentos de 1789, ver: MARCADÉ, Jacques — *L'Episcopat Portugais et la Révolution Française*, in «Revista Portuguesa de História», XXIII: Actas do colóquio «A Revolução Francesa e a Península Ibérica», Coimbra, 1987: 91-109.

²⁹ Cf. FERREIRA, J. Augusto — *Memorias Archeologico-Historicas da Cidade do Porto*, II, Braga, Livraria Cruz, 1924: 415.

³⁰ NEVES, J. Acúrsio das — *op. cit.*, I: 328-339, arts. IV, VII e XI, referentes ao clero. As duas cartas enviadas de Bayone pelo Secretário do Bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, incluídas no «Apêndice», 8, referem-se à tentativa da delegação portuguesa que foi cumprimentar Napoleão e prestar-lhe obediência, para o demover de aplicar a ordem da contribuição dos 40 milhões de cruzados.

³¹ Cf. FERREIRA, J. Augusto — *Fastos Episcopales*, IV:13. O arcebispo de Braga, D. José da Costa Torres, que já se mantivera em prudente silêncio na altura da publicação das pastorais inspiradas por Junot, absteve-se de cumprir estas ordens. Cf. ID, *ibid.*: 14.

se encontrava a residir, com uma «erudita dissertação», atacando a contribuição lançada e recusando pagar a quota de duas dezenas de milhar de cruzados a cobrar das rendas diocesanas³². O virtuoso e autodidata prelado não deixou no polémico escrito de denunciar o banimento da Casa de Bragança que além de injusta considerou um grave erro político³³. Por sua vez, o arcebispo de Braga, se decidiu cumprir o estipulado sobre a oração da colecta ao contrário de muitos sacerdotes da arquidiocese, ignorou a vontade do usurpador respeitante às armas reais, tendo-se limitado a mandá-las cobrir com cal³⁴. Mais radicais foram os oratorianos do Porto que desafiaram os editais do governador Luís de Oliveira, recusando-se a picá-las da frontaria da sua igreja e continuando a celebrar missa solene no aniversário da rainha D. Maria³⁵.

Fora sob o pretexto de resgatar as propriedades que Napoleão exigira o referido imposto extraordinário, cabendo ao Porto o pagamento de um décimo. A gravosa deliberação provocou geral desagrado, pois não ficavam excluídos os bens da igreja, acabando por serem confiscados os objectos de prata e ouro desnecessários ao culto. Acrescente-se, ainda, a estas extorsões, a quota exigida aos religiosos e a todos os beneficiários eclesiásticos estimada em 2/3 do rendimento anual, bem como a requisição de conventos para aquartelamento das tropas invasoras³⁶.

Recorde-se que se encontravam no burgo portuense, desde 13 de Dezembro de 1807, os soldados espanhóis de Francisco Tarasco Llano, incumbidos pelo acordo firmado entre o Imperador dos Franceses e Carlos IV de ocupar a cidade do Porto e as províncias sitas a norte do Douro. Vieram juntar-se-lhes, cinco dias após, oito mil homens de infantaria, cavalaria e artilharia sob as ordens do general napolitano Caraffa. A partir de então, os portuenses principiaram a sentir os efeitos da presença franco-espanhola, cujo sustento corria pelo erário local. É nomeada nova junta da fazenda, para arrecadar as rendas e direitos reais nas províncias de Trás-os-Montes e Entre-Douro-e-Minho, de que fora

³² Cf. CASTRO, José de — *Bragança e Miranda*, III, Porto, 1951: 169.

³³ ID., *ibid.*

³⁴ Cf. FERREIRA, J. Augusto — *Fastos Episcopales*, IV:14.

³⁵ Cf. VITORINO, Pedro — *op. cit.*: 17.

³⁶ Cf. LIMA, Durval Pires de — *Os Franceses no Porto, 1807-1808*. Diário de uma Testemunha presencial, anotado e precedido de uma introdução, II, Porto, Gabinete da História da Cidade, s/d: 118. Trata-se de uma fonte, cronológica e ideológica anónima, da autoria, por certo, de um eclesiástico, que se revela assás importante para o estudo dos acontecimentos que, na altura, se desenrolaram e o conhecimento dos documentos oficiais que então apareceram, sobretudo na área portuense.

designado corregedor-mor o francês Taboureau. Competia-lhe superintender na administração pública e auscultar os interesses da região nortenha, comunicando ao governo os melhoramentos a introduzir na agricultura e indústria³⁷. A cidade vivia, é certo, apesar dos sintomas desoladores da estagnação industrial e comercial³⁸. O partidarismo, no entanto, campeava; e corriam boatos de haver listas com o nome das cabeças a rolar³⁹.

Do ponto de vista militar, Junot decretara a 31 de Dezembro de 1807, que se constituísse a Legião do Douro; e, a 11 do mês seguinte, ordenou a dissolução das milícias. Esta última medida — mercê da intencional frouxidão de Taranco em executá-la e talvez dos bons ofícios junto de Napoleão do banqueiro bordalês Peixoto, marrano de ascendência portuguesa — não chegou a ser posta em prática na região de Trás-os-Montes⁴⁰. Conservou-se, por isso, na província o armamento correspondente que deveria, até 20 de Janeiro de 1808, ser entregue em Lisboa⁴¹.

Com a morte de Taranco, em finais deste mês, a passagem, a 1 de Fevereiro, do Porto e norte do país para o domínio francês ocasionou mexidas nas chefias dos invasores que foram confiadas sucessivamente a Bellesta e Caraffa. A situação era, pois, de efectiva ocupação. Deve dizer-se, contudo, que as áreas além do Douro, em particular a transmontana, não sofreram actos vexatórios dignos de particular relevo, até à retirada das tropas espanholas, a 7 de Junho, para a Galiza já então sublevada⁴².

É certo que a aversão do burgo portuense à presença francesa se avolumara com a chegada de Quesnel e a actividade do intendente da polícia Perron, cujo comportamento indecoroso era por demais notório. E, embora a oficialidade estrangeira acompanhasse as autoridades locais e o corpo diplomático acreditado na cidade nos actos religiosos a que protocolarmente devia assistir — como sucedera nos pontificais celebrados pelo Bispo na Sé do Porto que se encheu de fiéis e curiosos, nos domingos

³⁷ Cf. ID., *ibid.*: 119-120.

³⁸ Cf. *Ibid.*: 21. A partir de fontes documentais coevas e inéditas elaborou um elucidativo estudo sobre o assunto, no âmbito do seminário referente às Invasões Francesas, que dirigimos com o Prof. Luís de Oliveira Ramos na Faculdade de Letras do Porto, o licenciado José Paulo MOURA, sob o título: *A Época da Bonança. Economia e Sociedade do Porto ao tempo da 1.ª invasão francesa*, Porto, exemplar policopiado, 1989, 145 pp.

³⁹ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 19.

⁴⁰ Cf. ALVES, Francisco Manuel — *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, I, Bragança. Reedição do Museu do Abade de Baçal, 1983:127. Ver: LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 112-113.

⁴¹ Cf. ALVES, Francisco Manuel — *op. cit.*, I: 127.

⁴² Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 16-19.

de Páscoa e Pentecostes⁴³ —, não deixariam de ser comentados em tom reprovador outros factos que feriam os sentimentos do clero e do povo crente. Refiram-se, por exemplo: a partida para Lisboa, a 25 de Maio, de um combóio de nove carros e várias bestas de carga peçados de prata e ouro dos templos e com um terço do imposto extraordinário cobrado nas províncias nortenhas; as contribuições diárias extorquidas pela autoridade policial; o escândalo dado por Quesnel aos devotos do Senhor de Matosinhos, ao entrar com a sua comitiva de cabeça coberta no venerado santuário⁴⁴; a progressão do jacobinismo incrementado pelos pedreiros-livres apoiantes do governo intruso⁴⁵.

Por isso, aos motivos gerais de desagravo, juntavam-se estes que proporcionavam particular matéria para as conversas e as referências no púlpito, apesar da presença de espias. Controlada por um clero numeroso e influente no espiritual e social, a maioria dos portugueses experimentava uma cada vez maior hostilidade ao ocupante francês. Assim, com a opinião pública sensível à rejeição do invasor cada vez mais odiado, armou-se em segredo a conjura, estimulada pelo apoio inglês e encorajada pelo que decorria na vizinha Espanha⁴⁶.

Na verdade, desde fins de Maio de 1808, um grupo de civis mais decididos reunia-se em casa do desembargador Joaquim Rodrigues Botelho, a que se associaram, entre outros, o dominicano Fr. Joaquim Soares e o jerónimo Fr. António, chegando a discutir-se um plano para eliminação física de Quesnel e dos franceses influentes, bem como dos jacobinos declarados⁴⁷. Amanheciam diariamente afixados nas ruas do Porto papéis revolucionários e no púlpito incitava-se à rebelião que acabou por irromper no mês seguinte⁴⁸. A primeira iniciativa foi

⁴³ Cf. VITORINO, Pedro — *O Grito da Independência em 1808*: 24-25.

⁴⁴ Ver: LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 17; CRUZ, António — *As Invasões Francesas e as suas Repercussões na Cidade do Porto*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras, 1970: 15-16, n. 12; VITORINO, Pedro — *op. cit.*: 28-29.

⁴⁵ Ver: RAMOS, Luís A. Oliveira — *Os Afrancesados no Porto*, in «O Porto e as Origens do Liberalismo (Subsídios e Observações)», Porto, Gabinete de História da Cidade, 1980: 45-69; — *Le Portugal et la Révolution Française (1777-1834)*, in «Les Révolutions dans le Monde Ibérique (1766-1834). Soulèvement national et révolution libérale: état des questions», coord. de Christian Hermann, Bourdeaux, Presses Universitaires/Maison des Pays Ibériques, 1989: 196-208; VITORINO, Pedro — *Os Jacobinos*, in «O Tripeiro», ano I, n.º 28 (Porto, 29 de Março de 1909): 170-172. Ver nota 188.

⁴⁶ Cf. BASTO, Artur de Magalhães — *O Porto contra Junot*, in «Estudos Portuenses», I, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1962: 183-184.

⁴⁷ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 138-139.

⁴⁸ Cf. ID, *ibid.*: 21.

desencadeada, a partir do forte da Foz do Douro, pelo seu governador interino, Raimundo José Pereira, possivelmente informado com antecedência da saída, a 7 de Junho, de Ballesta para a Galiza. Para isso, reuniu os oficiais sob o seu comando, comunicando-lhes o que estava a acontecer. Conhecemos os factos através de um testemunho coevo que chega a assinalar um pormenor religioso, verificado na altura, ao escrever que depois da reunião todos os presentes juraram «nas mãos do capelão, Rev. José Barbosa Pereira, o sacrifício pela causa da Pátria, invocando o auxílio da padroeira do forte, N. S. do Rosário, que daí em diante teria, a 6 de Junho, o seu dia de solene festividade»⁴⁹. E acrescenta o relato que bandos de populares do Porto foram à Foz ao saberem que lá tremulava a bandeira portuguesa, havendo muitos entrado na capela de N. S. da Lapa, da casa do almoxarife Silva Monteiro, sita no largo do forte do Anjo, «que se achava aberta, a dar graças ao Divino»⁵⁰. Saudada com repiques festivos e gritos de «Viva o nosso Príncipe e morra o Tirano», a movimentação libertadora logo tomou indistinctível âmbito regional.

Sabe-se que a província de Trás-os-Montes, à semelhança do que ocorria em terras espanholas contíguas, preparava-se também para se sublevar. Beneficiava à partida da circunstância de haver tido a possibilidade, como se referiu, de conservar armados os corpos de milícias e ordenanças, bem como de usufruir de favoráveis condicionalismos naturais e ideológicos⁵¹. Com efeito, o perfil montanhoso da região propício à guerrilha, a escassez de vias e meios de comunicação, a débil penetração das ideias afrancesadas e a irrisória actividade jacobina — tudo isso agoirava o bom êxito da rebelião. A iniciativa coube ao clero, na pessoa do P. Manuel António de Sousa Madeira Cirne, abade de Carrazedo, que agregou o próprio governador e provisor do bispado de Bragança, Dr. Paulo Miguel Rodrigues de Moraes, e dois militares: o capitão do extinto regimento de infantaria n.º 24, Bernardo de Figueiredo Sarmento, e o sargento-mór de milícias, Manuel Ferreira de Sá Sarmento⁵². A condição eclesiástica do líder com a sua notória ascendência nobre e os elos familiares destes últimos, como de outros patriotas da região setentrional do país — católica, legitimista, proprietária, fidalga e burguesa — favoreceram a coesão do movimento revolucionário, o geral seguidismo, a adesão entusiasta dos estratos remediados e o acatamento das populações rurais ordeiras e submissas.

⁴⁹ Cf. VITORINO, Pedro — *op. cit.*: 38.

⁵⁰ Cf. ID, *ibid.*: 50.

⁵¹ Cf. ALVES, Francisco Manuel — *op. cit.*, I: 129.

⁵² Cf. ID, *ibid.*: 130.

A referência cronológica e pormenorizada da revolta nacional de 1808 permite ver o empenho transmontano numa colaboração firme e concreta com o centro estratégico da rebelião. Atente-se na decisão do pároco de Carrazedo, nas mãos de quem caíra, a 11 de Junho, uma carta expedida do Porto com o relato dos sucessos dos dias 7 e 8, que ele se apressou a comunicar ao cônego do cabido de Bragança, Bento José de Figueiredo Sarmento. De resto, a insurreição progredia rapidamente em toda a região.

Assim, nos começos de Junho, durante a festividade do Espírito Santo, Chaves fora palco de manifestações populares, em que se victoriou o príncipe D. João, a Pátria e a liberdade, se bem que não obtivessem imediata aprovação das autoridades locais⁵³. No entanto, a 12, véspera de Santo António, na colegiada de Santa Maria, ter-se-ia pedido ao conventual arrábido, Fr. António de Assunção, para que falasse ao povo na «necessidade de pegarem todos em armas a favor dos seus direitos e independência»⁵⁴. Era, uma vez mais, o apelo à utilização do púlpito para intervir nos movimentos revolucionários apoiados pela multidão. Reconhecendo a sua eficácia, tentara-o, a 6 de Junho, quando soprava já a suplevação na Galiza, o corregedor-mor Taboreau ao solicitar ao corregedor da comarca do Porto e ao juiz do crime para que «fossem persuadir o bispo, e mais superiores eclesiásticos, que fizessem pregar obediência e submissão, e usassem do seu ascendente para que os mesmos povos se conservassem tranquilos»⁵⁵. O próprio Junot havia seguido também idêntico comportamento, como referimos, não sem deixar de receber recusas patrióticas, à semelhança da que lhe deu o guardião do convento franciscano de Varatojo ao responder-lhe não dispor de frades para pregar a quietação dos povos⁵⁶. E, quer para estas intervenções junto das massas quer para actos especificamente religiosos mas de conotação política, como cerimónias litúrgicas de preces e acções de graça, serão os pregadores contínua e intensamente solicitados.

Assim, Braga, que a 8 de Junho se proclamara a favor da liberdade, teve no clero um agente da resistência patriótica, apesar das vozes contrárias do grupo afrancesado, como será referido mais tarde pelo Deão ao pregar na capela do paço⁵⁷. O arcebispo, D. José Costa Torres, pode

⁵³ Cf. NEVES, José Acúrsio — *op. cit.*, II: 62.

⁵⁴ Cf. ID., *ibid.*: 64.

⁵⁵ Cf. ID., *ibid.*: 44-45.

⁵⁶ Cf. ID., *ibid.*: 212-213.

⁵⁷ Cf. MENDONÇA, Luiz António Carlos Furtado de — *Oração Gratulatoria pela Restauração do reino de Portugal*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1808: 5-6.

mandar descobrir as armas reais na fachada da sua residência e restaurar na missa a colecta pelo Príncipe Regente e família⁵⁸. E, na fronteira norte da arquidiocese, Melgaço, já a 9 em rebelião aberta, assiste no dia seguinte ao *Te Deum* e ao sermão de circunstância na igreja da vila com a presença das autoridades⁵⁹. Ao relatar estes factos, o coevo Acúrsio das Neves comenta: «Estas pequenas circunstâncias, que parecem de pouca importância a quem as lê de sangue frio, são as que melhor manifestam na efervescência dos espíritos os verdadeiros sentimentos que existem nos corações, a fidelidade e o entusiasmo dos que as praticam»⁶⁰.

A 12 de Junho, na Matriz de Bragança, canta-se solene *Te Deum* de acção de graças durante o qual o governador do bispado, irmão do cônego Francisco de Moraes e do sargento-mor Manuel António de Moraes, pronunciou a propósito veemente alocução⁶¹. Dias depois, o mesmo sucederá em Miranda, onde fora nula a influência dos afrancesados, não havendo saído também das terras mirandesas dinheiro algum da contribuição lançada ao país nem prata das igrejas⁶². De resto, Guimarães, caudilhada por Mons. Miranda, a 16, e Viana, a 18 de Junho, amotinam-se.

A consonância, entre o clero, as autoridades locais e o povo, no mesmo desiderato patriótico era um facto na região nortenha. E, em cadeia, as vilas principais das províncias de Trás-os-Montes e Entre-Douro-e-Minho aderem, como acontece com Vila Real, Moncorvo, Alfândega da Fé, Montalegre, Vila Pouca, Amarante⁶³.

Só o Porto recuara um pouco e parecia indeciso até à proclamação distribuída na cidade, a 16 de Junho, dia do Corpo de Deus, com a assinatura do desembargador José Feliciano da Rocha Gameiro, incitando os três estados a prosseguir na determinação revolucionária. Perigoso, na altura, seria efectivamente parar. Por isso, um cronista anónimo, mas eclesiástico, acentuará a auréola divina que nimbava no seu entender, como em 1640, o despoletar da movimentação autonomista na manhã de sábado, dia 18 de Junho de 1808, em que não houve uma só morte, um só roubo, um só insulto, excepção feita aos inimigos e partidistas.

⁵⁸ Cf. ID., *ibid.*: 6. Ver no «Apêndice», 9. a proclamação do arcebispo de Braga, D. José Costa Torres, incitando os diocesanos à resistência ao ocupante francês.

⁵⁹ Cf. NEVES, José Acúrsio das — *op. cit.*, II: 69.

⁶⁰ Cf. ID., *ibid.*: 69-70.

⁶¹ Ver: ID., *ibid.*: 75; ALVES, Francisco Manuel — *op. cit.*, I: 131-132.

⁶² Cf. ALVES, Francisco Manuel, *ibidem*: 148.

⁶³ Ver: ID., *ibid.*: 129, 136; NEVES, José Acúrsio das — *op. cit.*, II: 75; MENEZES, Francisco de A. C. de — *História Antiga e Moderna da sempre Leal e Antiquíssima Villa de Amarante, desde a primeira fundação [...] até ser incendiada pelos franceses em 1809*, Londres, ed. do Autor, 1814: 58-247.

«Singularidade inaudita» e acaso misterioso de suceder a um sábado, escreve, facto que se deve atribuir à protecção da Virgem, de quem a cidade se prezava de *gozar* o nome e a ter nas armas⁶⁴.

O que de seguida se verá por todo o norte sublevado respeita à organização do poder local, à resistência ao exército francês e à vigilância e desforço sobre os colaboracionistas afrancesados.

Na região transmontana, o executivo encontrava-se sob a alçada do tenente-general, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, governador de armas da província e irmão do abade de Rebordões, Francisco Xavier Gomes de Sepúlveda, que mais tarde publicará o panegírico do herói, profundamente crente, dando-o a assistir à trezena de Santo António no momento da chegada da notícia transmitida pelo pároco de Carrazedo⁶⁵, P.^o Manuel António de Sousa Madureira e Cirne. De imediato, o velho militar organiza as tropas regulares, as milícias e as ordenanças, prepara a defesa estratégica do Douro, de harmonia com o plano do comandante castelhano de Zamora, e preside à junta Provisional do Supremo Governo de que fazem parte os dois eclesiásticos responsáveis pelo desencadear da insurreição em Bragança: o provisor do bispado e o abade Cirne⁶⁶. Sem descanso, Sepúlveda emite ordens e ofícios que, se não lhe alcançam uma subordinação total e directa dos poderes locais de Trás-os-Montes, pressionam, contudo, convergências políticas e obediências militares⁶⁷.

Assim, Moncorvo elege a Junta da Segurança da Administração Pública, organiza as ordenanças do concelho, preocupa-se em cortar o caminho de acesso das tropas francesas estacionadas em Almeida ao reduto transmontano, confisca para controle as barcas de passagem na foz do Águeda e Sabor, fortifica o Pocinho como nó de ligação do percurso da estrada entre a Beira Alta e aquela praça forte. Mas, porque o clima revolucionário gera situações de anarquia, a ambiguidade e hesitação do poder público local acabaram por ter influência na própria dinâmica da movimentação popular de que se aproveitam os fora de lei, os fanáticos, os demagogos e os oportunistas. E, como acontecera no Porto, Viana e Arcos de Valdevez, sucederá analogamente em Bragança e Vila Nova de

⁶⁴ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 24. Tendo a Restauração de 1 de Dezembro de 1640 ocorrido num sábado, os pregadores coevos, que se referiram ao patriótico evento, não deixaram de sublinhar a coincidência dele ter sucedido no dia da semana que a piedade cristã consagrou à Virgem Maria. Cf. MARQUES, João Francisco — *A Parenética Portuguesa e a Restauração*, I: 112.

⁶⁵ Cf. ALVES, Francisco Manuel — *op. cit.*, I: 140-141.

⁶⁶ Cf. ID., *ibid.*: 131.

⁶⁷ Cf. ID., *ibid.*: 134-136.

Fozcoa⁶⁸. Salteadores e contrabandistas notórios criam nesta localidade a célebre *Companhia de Voluntários* que ao grito de «Morrão os franceses e os judeus que os protegem» entram, no intuito de impedir a passagem do Douro, em conflito com a rica vila de Moncorvo onde muitos, suspeitos ou não de francesismo e ascendência judaica, se haviam refugiado para escapar aos ímpetos da população excitada⁶⁹. Por sua vez, em Bragança, bem mais graves foram estas amotinações, mal se dera a restauração⁷⁰. Os fomentadores eram conhecidos na cidade por sapateiro Viseu e taberneiro Nicolau, o «maneta», que gozava de enorme popularidade. Obedecia-lhes a tropa e seguia-os cegamente o povo. As autoridades tremiam perante os amotinadores. E se não conseguem, mercê da intervenção do filho de Sepúlveda e sargento-mor da praça, apoderar-se do paiol de pólvora ao saquear o castelo, invadem as casas dos suspeitos e arrastam-nos às prisões. O regimento de cavalaria 12 revolta-se contra o seu comandante, membro da junta e denunciado como *afrancesado*; os bens dos judeus são pilhados. A situação acaba por ser controlada pelo general Gomes de Sepúlveda que prende os cabecilhas e remete-os para Chaves e daí para o Porto, embora muitos culpados ficassem impunes⁷¹.

Responsável pelo bispado, no impedimento do prelado, o provisor e mestre-escola da sé brigantina, Dr. Paulo Miguel Rodrigues de Morais, dá a sua colaboração às forças da ordem, publicando a 22 de Junho de 1808 uma pastoral em que exortava os diocesanos a tomarem armas contra o governo intruso e a saírem em defesa da religião, da pátria, das pessoas e dos bens⁷².

Estava assim traçada na prática uma intervenção que será comum ao norte e ao resto do país⁷³. O vínculo estreito entre a política e a religião justificará todo o empenhamento dado pelo clero à actuação, a desenvolver no plano militar e social, para a resistência patriótica⁷⁴. As dificuldades e desvirtuamentos registados são compreensíveis face aos condicionamentos

⁶⁸ Ver: ID., *ibid.*: 136-138. A Junta eleita de Moncorvo lavrou e fez sair alguns editais, actas da Câmara e proclamações, que falam da adesão colectiva do clero, nobreza e povo ao movimento patriótico, assinados pelo seu presidente Thomaz Ignacio de Moraes Sarmiento. Cf. *Papeis Officiaes da Junta da Segurança e Administração Pública da Torre de Moncorvo, onde foi proclamada a legitima autoridade do Principe Regente Nosso Senhor no dia 19 de Junho de 1808*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1808, 31 pp..

⁶⁹ Cf. ALVES, Francisco Manuel — *op. cit.*, I: 138; NEVES, José Acúrsio das — *op. cit.*, II: 303-309.

⁷⁰ Cf. NEVES, José Acúrsio das, *ibidem*: 300-303.

⁷¹ Cf. ID., *ibid.*: 302-303; ALVES, Francisco Manuel, *ibidem*: 136.

⁷² Cf. CASTRO, José de — *op. cit.*, III: 173.

⁷³ Cf. NEVES, José Acúrsio das, *op. cit.*, II: 131.

⁷⁴ Cf. ID., *ibid.*: 125.

emotivos e ideológicos que de contínuo interferiam. O painel dos acontecimentos continua a mostrar esta relação íntima entre o profano e o sagrado que a causa comum motivara à partida e, como escreveu Acúrsio das Neves, tomou os «caracteres de guerra de religião e de pátria»⁷⁵.

O segundo momento da sublevação no Porto terá, como protagonista, o capitão João Manuel Mariz e, como centro de operações, o parque de Santo Ovídio. Mas o caminho seguido passa pela adesão e intervenção dos eclesiásticos⁷⁶. Obtida, de facto, a anuência do vigário geral da diocese, na madrugada de 19 de Junho, Mariz encaminha-se com os magistrados e os representantes do clero e do povo ao Paço Episcopal. E, pouco depois, conforme uma crónica anónima, saú o prelado em direcção à Sé onde, depois de uma curta oração, conforme aí se narra, D. António de S. José e Castro tomou a palavra e pronunciando «uma breve, mas enérgica e tocante falla, em que agradeceu a todos a boa ordem, com que se haviam conduzido n'esta gloriosa acção e recomendou o valor, intrepidez e constancia para levarem ao fim a defesa dos mais sagrados direitos» que os «ligavão ao Santuário, ao Throno e à Nação»⁷⁷.

De regresso ao palácio, o bispo ausculta as intenções dos responsáveis e apoiantes da revolta e ouve o pedido de formação de um governo com os mesmos poderes delegados pelo Príncipe reinante à regência deixada na capital. Nasce então a *Junta Provisional do Governo Supremo*, presidida pelo prelado, saindo eleitos na votação efectuada para vogais eclesiásticos: o provisor da diocese Manuel Lopes Loureiro e o vigário geral, José Dias de Oliveira⁷⁸. E, na altura, decide-se o envio de um manifesto a todas as terras que tinham proclamado a liberdade⁷⁹.

Acorria-se, desta forma, ao sempre perigoso vácuo do poder local, ao corte com Lisboa, ao estabelecimento de um governo para o norte sublevado, ao controle do povo em clima de revolta, à legitimidade da acção e escolha de alianças, à necessária solidariedade das juntas criadas na região. Se a autoridade suprema estava nas mãos de um eclesiástico, como a causa era sagrada, a mobilização militar podia fazer-se ao rebate dos sinos e à porta de instituições da Igreja. Não existiam também, por tal motivo, dificuldades a que o clero regular e secular não desse a mais ampla colaboração quer ao combater de armas na mão e exortar a

⁷⁵ Cf. ID., *ibid.*.

⁷⁶ Cf. ID., *ibid.*: 100.

⁷⁷ Cf. VITORINO, Pedro — *op. cit.*: 83.

⁷⁸ Cf. ID., *ibid.*.

⁷⁹ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 143.

população à resistência, quer ao concorrer financeira e materialmente e punir os *afrancesados*.

Com efeito, os dominicanos Fr. António Joaquim de Barros e Fr. Joaquim Soares e os franciscanos Fr. João Pedro de Santa Rosa, Fr. António Joaquim de Nossa Senhora dos Anjos e Fr. João de Nossa Senhora do Livramento auxiliam na distribuição de munições e no recrutamento de combatentes⁸⁰. O povo recebe armas em Santo Ovídio e vai em busca do inimigo, escreveu uma testemunha coeva, misturando-se com ele estrangeiros residentes no Porto, tripulações de navios ancorados no Douro, bem como clérigos e religiosos de diversas ordens⁸¹. E logo se formam dois esquadrões armados com bandeira: um de seculares e outro de franciscanos com o pendão de Santo António⁸². A 25 de Junho, sai uma proclamação do Deão da Sé, feito coronel do regimento do clero, «exhortando todos os Ecclesiasticos seculares e regulares, para que se alistem e concorrerão para a Causa Pública», o que passa a acontecer⁸³. Os próprios familiares do Santo Ofício preparam-se para a luta e constituem uma companhia que se oferece ao Bispo⁸⁴.

Ao lado desta movimentação de um povo em armas, há o trabalho desenvolvido pelas juntas, onde igualmente a igreja estava presente. Mesmo que se contabilizem os excessos por elas cometidos ou não evitados, apesar de serem evidentes os defeitos da sua constituição, deve-se reconhecer, como anota Acúrsio das Neves, que lhe pertencem a firmeza do Estado e permanência do regime⁸⁵. Agindo em conformidade com as hierarquias militares, elas visam uma convergência e coesão

⁸⁰ Cf.: *Diário de Fr. Ignacio de S. Carlos*: 195, 207-208; VITORINO, Pedro — *op. cit.*: 91. O dominicano Fr. Joaquim Soares foi o autor da «Proclamação», incluída no «Apêndice» 10, que deve ter sido distribuída na altura. Muitas outras foram redigidas, no país, por membros do clero, como refere, por exemplo, o correspondente de *O Leal Portuguez*: O povo, em Amarante, viu o seu ânimo patriótico encorajado pela «bem ordenada Proclamação, que compoz Fr. João Antonio Silveira de Araújo», conforme participou a Junta da vila. Cf.: ano de 1808: 67.

⁸¹ Cf.: LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 26.

⁸² Cf.: ID., *ibid.*: 28.

⁸³ Cf. ID., *ibid.*: 30. O Deão, Dignidades e Cónegos do Cabido da Sé do Porto ofereceram para as despesas da guerra, que justamente se desencadeara contra os ocupantes franceses, «a metade do rendimento das Prebendas, ou quotas. Prebendas das suas Dignidades, Benefícios, e Canonicatos, a contar desde o 1.º de Julho do corrente anno, até outro tal dia do anno futuro de 1809». Cf. *O Leal Portuguez*, ano de 1808: 69. Outros donativos do Clero, Congregações Monásticas femininas, nobres, freguesias, povo humilde, ver: *Ibid.*, «Donativos»: III.

⁸⁴ Cf. ID., *ibid.*: 31, 35.

⁸⁵ Cf. NEVES, José Acúrsio das — *op. cit.*, II: 333-334.

de esforços no plano regional, na mira do sucesso da defesa da liberdade restaurada. E nessa acção, ainda uma vez, será notório o papel influente dos eclesiásticos que as integram. Para além do Porto, os casos de Braga e Viana são, nesse aspecto, paradigmáticos.

Na verdade, é a junta de Viana que envia ao Arcebispo Primaz a carta em que o informava da rebelião e o convidava a juntar-se-lhe no mesmo propósito. Parece que na Foz do Lima o tenente Luís do Rego Barreto preparava a revolta que desencadeará a 19 de Junho, secundado pelo povo e autoridades locais. O beneditino Fr. Francisco de S. Luís, que se encontrava no convento do Carvoeiro, foi um dos vogais eleitos para a Junta Provisional então formada, a que o governador militar, Gonçalo Pereira Caldas, presidirá. O historiador Oliveira Ramos sublinha a notável conduta e a capacidade estratégica de que ela deu provas, exemplificando a orientação seguida⁸⁶. Nesta ordem de ideias, menciona que «os vianenses escrevem aos tripeiros, exortando-os à rebelião em nome do Príncipe Regente (a qual já ocorrera sem que o Alto Minho soubesse); contactam directamente o comando naval inglês estacionado em águas de Portugal; fazem a propaganda da sedição entre os franceses em toda a região; tomam, no plano local, adequadas medidas de defesa e de ataque»⁸⁷. Refira-se que foram chamados a assinar a acta relativa ao acontecimento os eclesiásticos presentes: o P. João Gonçalves Caldas, o beneditino Fr. João de Mello, o jerónimo Fr. Francisco Lobo, o P. João Francisco Martins, o P. Francisco Alves da Silva e o P. António José Barbosa⁸⁸. No articulado para uma acção imediata, que logo traça, ressalta a preocupação de fazer unir à câmara todas as da comarca, e a cabeça desta à da Província, e de convidar a juntar-se à causa geral todos os prelados das dioceses da mesma Província e as corporações seculares e religiosas⁸⁹. A ligação ao Porto, que propõe, abrange o conhecimento do facto para reforçar a resistência comum⁹⁰.

Por outro lado, na carta endereçada ao Arcebispo de Braga, o Senado de Viana toca o diapasão religioso e reconhece, no pedido de apoio, a importância do clero para dinamizar e sustentar a luta armada. O texto da missiva é expressivo ao recordar que repelir o jugo estrangeiro constitui um dever sagrado pela exigência que a fidelidade ao juramento

⁸⁶ Cf. RAMOS, Luís de Oliveira — *A resistência contra o expansionismo napoleónico*, in «Da Ilustração ao Liberalismo»: 97-99.

⁸⁷ Cf. ID., *ibid.*: 100.

⁸⁸ Cf. *Arquivo Municipal do Porto* — Livro 19 das Próprias: 10 v.

⁸⁹ Cf. *Ibid.*, art. 16: 9v.-10.

⁹⁰ Cf. RAMOS, Luís Oliveira — *ibid.*: 101-102.

político, fundado no religioso, reforça. E finaliza, apelando para a obrigação de «animar os povos por meio das persuasões dos que influem directamente no seu animo»⁹¹. O prelado mostra-se receptivo ao apelo e escreve, como se lhe pedia, ao juiz de fora e vereadores da Câmara de Braga a solicitar-lhes a adesão oficial, mostrando conhecer o que sucedera na região nortenha. Sublinha mesmo ser movido pelo zelo da religião do Estado e dos legítimos direitos do Príncipe Regente, desejando ver tomadas as medidas julgadas convenientes à sua conservação e defesa «segundo o exemplo da cidade do Porto, e da villa de Vianna e das villas mais notáveis» do arcebispado⁹².

A resposta da edilidade é obviamente positiva, embora se ressalte nela a necessidade de obediência a um só cérebro, pois, para o sucesso de «causa tão justa e religiosa», importava reconhecer a superioridade da Junta Suprema Provisional do Porto sobre todas⁹³. Quanto à estruturação do órgão local do movimento, o modelo é o mesmo seguido noutras partes. Coube assim, em Braga, presidir o Arcebispo à Junta Provisória, sendo eleitos pelo clero: o abade de Maximinos, Manuel José Leite, e o deão da sé, Luís Furtado de Mendonça, que passa por ser o autor da correspondência dela emanada e da relevante acção desenvolvida no plano para-militar⁹⁴. O assentimento de Guimarães, dentro do sentir geral, é comunicado a Braga, opinando-se, contudo, que as forças militares não ficassem apenas na defensiva, mas passassem de imediato à acção⁹⁵. Era fora de dúvida que, neste caso, o fervor patriótico de Mons. Miranda continuava a mostrar-se decisivo. E sabe-se que frades e seculares foram os primeiros a alistar-se num corpo de voluntários. Aliás, os rasgos individuais na preparação da luta armada, assinalados acima no respeitante ao Porto, tiveram não poucos imitadores na província⁹⁶. Isso

⁹¹ Cf. FREITAS, Bernardino José de Senna — *Memorias de Braga*, II, Braga, Imprensa Catholica, 1890: 365.

⁹² Cf. ID., *ibid.*: 367-368.

⁹³ Cf. ID., *ibid.*: 367.

⁹⁴ Cf. J. Augusto FERREIRA — *Fastos Episcopales*, IV: 16.

⁹⁵ Cf. FREITAS, Bernardino José de Senna — *op. cit.*: 370; *Diário de Fr. Ignácio de S. Carlos*: 200-202.

⁹⁶ Para além dos casos de Moncorvo, Chaves, Lamego e Bragança, é elucidativo quanto se fez a partir de Amarante por iniciativa do clero: frades escreviam e espalhavam papéis e versos contra os franceses; o P.^o José António Silvério pronuncia uma eloquente oração patriótica ao recolher da procissão gratulatória à Igreja de S. Gonçalo; o abade de Mesão Frio e os padres António Leite e Francisco da Conceição perseguem os soldados de Loison; o P.^o Francisco de Menezes, a quem chamavam o «Padre afoito e patriota», andou com os seus também confrades eclesiásticos João

foi notório logo que se espalhou a notícia de que Junot havia encarregado de sufocar a revolta no norte a Loison que, na altura, se encontrava em Almeida⁹⁷.

Será, por exemplo, o religioso da província dos observantes de Portugal, Fr. Bernardo de Santa Rita de Cássia, quem incita o povo a perseguir a tropa francesa e, em S. Martinho de Mouros vai-lhe no encalço, arrastando consigo os habitantes das freguesias vizinhas e os carpinteiros e pedreiros que trabalhavam na região⁹⁸. Com ele foi o dominicano Fr. António Pacheco, um dos frades de hábito branco, que acompanhou as ordenanças de Guimarães e era o terror dos exércitos de Junot⁹⁹.

A revolta alastrou-se rapidamente e, ao chegar a Mesão Frio, soube Loison que a Régua se havia sublevado e os altos do desfiladeiro dos Padrões da Teixeira estavam na posse da guerrilha. Em Viseu, colheu-o a notícia do levante em Coimbra e do desembarque inglês em Buarcos¹⁰⁰. A luta pela liberdade e a repressão dos soldados de Bonaparte cobriam o país com um manto de chacinas de que as maiores vítimas eram as populações humildes e ordeiras, como sucedera no início da invasão¹⁰¹.

Em publicação oficial, Tiebault tentará justificar, a 14 de Julho de 1808, esta resposta sangrenta do exército ocupante, dizendo ser o «povo

Vieira da Silva, António Mendes, João Correia e João de Magalhães a instigar contra os franceses o povo dos concelhos de Marco de Canavezes, Mesão Frio e Amarante, tendo os párocos destas terras recebido ordens para proceder ao alistamento de mancebos. Cf. MENEZES, Francisco de A. C. de — *op. cit.*: 76-115.

⁹⁷ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 153.

⁹⁸ Cf. *Diário de Fr. Ignacio de S. Carlos*: 238.

⁹⁹ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*: 155.

¹⁰⁰ Cf. ID.; *ibid.*: 154.

¹⁰¹ Cf. NEVES, José Acúrsio das — *op. cit.*, II: 167. Entre muitas outras referências de idêntico teor, leiam-se, por exemplo, estes breves excertos do citado *Diário de Fr. Ignacio de S. Carlos*: «Poucas horas antes tinha entrado em Abrantes a vanguarda do exército de Junot, ou melhor, 12 a 13 mil Franceses, Hanoverianos, Suíços, Italianos, Hespanhoes (pois de todas estas Nações se compunha o Exército) esfarrapados, descalços, estropiados, cheios de fome, pelas violentas marchas que fizeram; mas barbaros e indisciplinados como provarão com a devastação, roubos e incendios da maior parte dos olivaeas, adegas e predios por onde passarão; com o assassinio do Capitão Mor de Pernes, depois de os haver bem hospedado, etc., etc., etc. Não deixarão alguns d'aquelles desgraçados de serem victimas do ressentimento dos Portuguezes [...]». E mais adiante: «Forão incalculaveis as vexações feitas assim na Corte, como no Porto, para o aquartelamento destas tropas. Exigirão-se moveis e camas que seriam de sobejo para hum Exercito de 200\$ homens; traficando-se entre os colleteros, soldados e seus adibes sobre este genero, augmentando a desgraça de seus compatriotas, e fazendo negocio com a miseria e a clamidade pública»: 306-307.

Português cego instrumento dos indiferentes cálculos do Gabinete Britânico, e ludíbrio desgraçado do fanatismo de huma parte dos seus Ecclesiasticos»¹⁰². Na verdade, Fr. Pacheco, que a seguir combateu no Vimieiro, depositou no altar de N.ª S.ª da Oliveira, na Colegiada de Guimarães, talvez no dia da sua festa, uma rica farda de um militar inimigo deixada na Póvoa de Juvantes. E durante o sermão que proferiu, espantoso como reza a tradição, dava na farda punhadas e sacudidelas furiosas¹⁰³.

Ao mesmo tempo, como sucedera no Porto e Bragança, a contribuição das rendas do cabido de Braga, destinadas à defesa, juntava-se à das listas abertas para donativos e subscrições públicas em que a presença de clérigos era saliente¹⁰⁴.

De resto, se os conventos haviam servido para o aboletamento das tropas de Junot, agora eram utilizados, como por exemplo o de Santo António do Porto, para depósito de móveis e armas ao dispor dos capitães da ordenança¹⁰⁵. As próprias freiras se apressam a colaborar materialmente na causa comum. Com efeito, enquanto as religiosas do convento de Santa Clara de Vila do Conde — terra que já mandara para o Porto 800 milicianos¹⁰⁶ — enviam, com uma expressiva declaração de solidariedade ao «Governo Supremo», a oferta de 6 contos de reis em metal, todas as congregações femininas portuenses não só acodem com donativos pecuniários, como confeccionam muitos milhares de mochilas e «tudo mais que se destina ao vestuário dos soldados»¹⁰⁷.

Será de ter em conta, dada a atmosfera revolucionária que se vivia no burgo portuense, a retaliação do povo aos colaboracionistas, suspeitos ou comprovados, a informação clandestina, a espionagem e a contra-revolução. A turba popular enfurecida percorre o burgo. Semeia-se a intriga e a calúnia. As prisões enchem-se até de inocentes. E nesta onda que não cessa de crescer há presenças de eclesiásticos.

¹⁰² Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 155.

¹⁰³ Cf. ID., *ibid.* Este frade já pregara, em Guimarães, mal se espalhara a notícia do sucedido no Porto, fazendo uma prática, «tão de repente» como análoga às circunstâncias, ao recolher da procissão de N.ª S.ª do Terço que, segundo um antigo costume, todos os sábados se realizava naquela localidade. Cf. *Diário de Fr. Ignacio de S. Carlos*: 201.

¹⁰⁴ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*; II: 22, 30, 45, 47, 50 e 51; ALVES, Francisco Manuel — *op. cit.*, I: 131-133.

¹⁰⁵ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 49.

¹⁰⁶ Cf. ID., *ibid.*: 31.

¹⁰⁷ Cf. ID., *ibid.*: 49.

Sob a desconfiança de terem sido *afrancesados*, procurou-se, logo após o primeiro dia de liberdade, o brigadeiro Luís de Oliveira, o vereador José de Sousa Mello, o desembargador Sebastião Correia de Sá¹⁰⁸. Afixam-se editais anónimos a exortar os magistrados para serem lesto e rigorosos na aplicação da lei aos traidores¹⁰⁹. A autoridade policial cede, declarando dever a devassa da inconfidência começar a partir do dia do embarque do Regente para o Brasil¹¹⁰. O governador de armas, Luís de Oliveira — «fugido e perseguido pelo povo que a gritos pedia a sua vida por o pensarem do partido francês», e julgarem por certo que «elle tinha dado parte a Junot da diligência de 6 no Porto» — só a muito custo foi salvo por Fr. Bernardo de São Joaquim, abade beneditino do Mosteiro de Santo Tirso, onde se refugiara. Nada mais podendo fazer, o religioso remeteu-o para o Porto onde acabou por entrar na Relação¹¹¹. No Paço diocesano, a guarda de eclesiásticos, com medo que a multidão sumariamente os executasse, mantém em prisão preventiva militares de patente e heróis da revolução, como Luís Cândido Cordeiro e Mariz Sarmento, o «Restaurador do Porto», acusados de conspirarem e fomentarem a contra-revolução¹¹². Desorientado, o povo vagueia em fúria — presa fácil de boatos e amotinadores que actuam demagogicamente, aproveitando-se de ajuntamentos ocasionais ou provocados, nas ruas ou defronte das cadeias¹¹³. As autoridades parecem ceder. E, a 6 de Julho, o Prelado portuense e presidente da Suprema Junta publica uma pastoral onde ordena, sob pena de excomunhão maior *ipso facto*, que sejam delatados à polícia os inconfidentes ao trono e os sectários *afrancesados*¹¹⁴. Dois dias depois, notando que continua a ser difícil sufocar as turbas desenfreadas, o Bispo sai com outra exortação em que convida a população a reiterar-lhe a confiança e apela para «não acreditar em editais insolentes e revolucionários d'alguns jacobinos» que, conforme textualmente refere, tentam revoltá-la e conduzi-la ao precipício¹¹⁵.

¹⁰⁸ Cf. ID., *ibid.*: 26-32.

¹⁰⁹ Cf. ID., *ibid.*: 33-34.

¹¹⁰ Cf. ID., *ibid.*: 35.

¹¹¹ Cf. S. LUIS, Fr. Francisco de — *Dietario Principiado no Trienio do N. R^{mo}, P.^c Preg.^{or} G.^{al} Jub.^o Fr. Manoel de Santa Rita Vasconcelos*, ms. do Arquivo do Mosteiro de Singeverga: 123. Agradeço ao colega Dr. Geraldo Coelho Dias, O.S.B., a possibilidade da sua consulta.

¹¹² Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*; II: 35-36.

¹¹³ Cf. ID., *ibid.*: 35.

¹¹⁴ Cf. ID., *ibid.*: 35 e 95.

¹¹⁵ Cf. ID., *ibid.*: 93.

Adensa-se por toda a região um clima de temor, anarquia e perseguição, propício à vingança. As autoridades vêem-se em dificuldade para manter a ordem pública e julgar com isenção os denunciados. Ocorrem, então, encarceramentos e execuções lamentáveis em que o clero tem a sua cota parte de responsabilidade.

Será altura de evocar o sucedido com o engenheiro Custódio José Gomes Villas-Boas, em que invejas e interesses egoístas intervêm. Pertencia-lhe oficialmente, como se sabe, a orientação técnica das obras de encanamento do Cávado. A residir em Esposende, acusam-no de *inconfidente* à Junta de Viana que, receosa de um motim popular, adverte prudentemente os denunciantes. Nesse sentido, e ao perceber que o povo excitado julga coniventes os membros da Junta, o carmelita Fr. Pedro de São José toma a palavra na tentativa de acalmar os ânimos¹¹⁶. E, à tarde do dia do incidente, durante uma cerimónia religiosa de preces, o frade dirige-se do púlpito ao auditório, lembrando-lhe ser a obediência indispensável ao fim que todos intentavam, pelo que pedia «pelas chagas de Jesus Cristo que se acomodasse e que era o demónio o autor de semelhantes tumultos», pois, se todos quisessem governar, a perdição seria certa¹¹⁷.

Por outro lado, se a gente de Guimarães, levada por um impaciente patriotismo, queria desencadear operações contra o inimigo, devia pensar no que poderia acontecer se agisse movida apenas por rebates falsos. Era para isso que o Bispo do Porto alertava, aconselhando prudência por parte das Juntas cujas decisões muitas vezes o povo tinha dificuldade em compreender. Tal se viu, por exemplo, de novo em Viana, porém agora com o dito Fr. José a insubordinar o povilêu¹¹⁸. A justiça, é certo, acabaria por ser acautelada, a ordem pública reposta, a confiança nas autoridades

¹¹⁶ Cf. RAMOS, Luis de Oliveira — *loc. cit.*: 109. O engenheiro de Esposende, Custódio José Villas-Boas, a que ao tempo se devem os estudos estatísticos e económicos, superentendia, na altura, a referida obra. Ver: CRUZ, António — *Geografia e Economia da Província do Minho nos Fins do Século XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos/Faculdade de Letras, 1970: 14-16. Este célebre técnico era cunhado do não menos famoso Cónego José Valério Veloso, acusado e perseguido por *afrancesado*, que disfrutou das boas graças de Soult, chegando a exercer as funções de seu capelão e a dirigir, durante o tempo da ocupação francesa do Porto, obras de benemerência e assistência. Cf. VELOSO, José Valério — *Memoria dos Factos Populares na Província do Minho em 1809*, Porto, Imprensa na Rua de Santo António, n.º 24, 1823: 54 pp. Esta é uma reimpressão aumentada, conforme diz o Autor, de novos acontecimentos, conhecidos posteriormente em 1821.

¹¹⁷ Cf. RAMOS, Luís de Oliveira — *op. cit.*: 110.

¹¹⁸ Cf. ID., *ibid.*: 111.

reiterada e a vítima temporariamente salva, mas desta vez pela intervenção oportuna e serena do beneditino Fr. Francisco de São Luís¹¹⁹.

Atoardas, agentes a soldo e partidistas apareciam de norte a sul do país não sem o contributo de eclesiásticos.

Assim, a 29 de Junho, é preso no Porto um famoso espião e agente duplo, assalariado pelo governo francês, que fazia listas tanto para delatar patriotas, como para fomentar uma revolta a favor do domínio napoleónico¹²⁰. Recorre-se mesmo aos expedientes mais diversos: a velha que tenta introduzir na cadeia, dentro de uma panela, pólvora e balas; o capuz de um vareiro, a broa de unto e um cano de espingarda onde se passam escondidos papéis e cartas importantes¹²¹. Vestido de mulher, é descoberto um homem com missivas de Junot¹²². Em Vila Nova de Gaia é preso, a 10 de Junho, um egresso oratoriano e delator de patriotas, o P. Francisco Linhares, famoso partidista e da confiança do governo intruso¹²³. Numa leva de 63 prisioneiros franceses, trazidos por estudantes de Coimbra do forte de Nazaré para o Porto, vem um clérigo português¹²⁴. Entre soldados inimigos, aprisionados em Almeida, chegam algemados, e são encarcerados no convento de S. Francisco da cidade, o mestre escola, o chantre, dois cônegos da Sé da Guarda e um abade, acusados de infidentes¹²⁵.

Mais: alguns religiosos carmelitas acompanham um grupo de militares ao convento feminino da ordem onde se suspeitava estar escondido José de Sousa e Mello, irmão da prioressa. A diligência motiva, no entanto, protestos da cúria diocesana por tentativa de violação da clausura¹²⁶. E nesta onda persecutória, geral por todo o norte, são presos alguns *afrancesados* da Beira Alta e conduzidos ao Porto sob a acusação de serem os autores de um acto burlesco e sacrílego que constitui crime de lesa-magestade. Com efeito, este grupo de cidadãos portugueses, havia feito com palha a effígie do Príncipe Regente e, segundo se dizia, toureou-a para, de seguida, a queimar não sem lhe ter cantarolado depois «hum officio de defunctos, chinchalando deste modo o Throno e o Altar», durante o qual um sacerdote recitou a oração fúnebre¹²⁷.

Note-se que este ambiente de vigilância popular — exercida com a

¹¹⁹ Cf. ID., *ibid.*: 11-112.

¹²⁰ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 33.

¹²¹ Cf. ID., *ibid.*: 37.

¹²² Cf. ID., *ibid.*: 41.

¹²³ Cf. ID., *ibid.*: 42.

¹²⁴ Cf. ID., *ibid.*

¹²⁵ Cf. ID., *ibid.*: 43.

¹²⁶ Cf. ID., *ibid.*: 45.

¹²⁷ Cf. ID., *ibid.*: 52 e 66.

colaboração, não raro arrancada sob ameaça, das autoridades, forçadas assim a agir — era comum a toda a área regional. É o que acontece, a 26 de Julho, quando o comando militar do Porto envia para Bragança mais de seiscentos soldados de infantaria, afim de acalmarem o povo da cidade e prenderem os que eram suspeitos de haverem provocado uma amotinação contra os judeus, a quem «se fizerão graves roubos e insultos»¹²⁸. Apontava-se como principal agitador o abade de Vila Nova de Fozcoa, que veio remetido para o Porto «de batina e capa», e acabou encarcerado nas masmorras da Relação¹²⁹.

Recorde-se que, no burgo tripeiro, a população encontrava-se em contínuo alvoroço, nos últimos dias do mês, ora excitada pela soldadesca, ora açulada pelos próprios presos das cadeias¹³⁰. No entender da primeira, não merecia a pena prender mais nenhum jacobino, porque todos acabavam perdoados; na opinião dos segundos, «a força era só para os pobres, e não para os que têm patrocínios»¹³¹. Os impostores infiltram-se no poviléu e a confusão aumenta: «Os alaridos, e as murmurações crescem com a turba; cada qual forma o seu plano; todos querem ser juizes; todos querem ser arbitros; e até se falava já em arrombar as Cadeas, e soltar os criminosos, alegando que, visto perdoar-se aos majores, deverão salvar-se todos»¹³². A serenidade acaba por voltar, mas são presos vários cabecilhas «d'ambos os sexos, que havião influido com mais afinco para a sublevação popular»¹³³. Continuava, porém, a sentir-se, nos tempos imediatos, uma acção de descrédito, a coberto da clandestinidade. Mão anónima redige e divulga na cidade «hum edital satirico, em que he insultado com a mayor ignominia, posto que em estilo metaphorico, o ex-Governador das Justiças das 3 Províncias do Norte, Pedro de Mello Breyner»¹³⁴.

Entretanto, celebram-se actos religiosos deprecatórios e cerimónias de acção de graças pela liberdade do reino. E, como é óbvio, a oratória sacra tem ensejo para se mostrar particularmente activa, em especial nos centros urbanos, num esforço de afervoramento patriótico. Antes do *Te Deum* ou nas missas solenes, era pronunciado um sermão de circunstância cujo teor laudatório se apresentava entretecido de factos ocorrentes.

¹²⁸ Cf. ID., *ibid.*: 54-55.

¹²⁹ Cf. ID., *ibid.*: 77-78.

¹³⁰ Cf. ID., *ibid.*: 58.

¹³¹ Cf. ID., *ibid.*

¹³² Cf. ID., *ibid.*: 58-59.

¹³³ Cf. ID., *ibid.*

¹³⁴ Cf. ID., *ibid.*: 62-63.

A invasão perpetrada e a denúncia das injustiças do governo intruso permitiam verberações pessoais e ataques ideológicos e políticos, tendo como alvo Napoleão Bonaparte, o jacobinismo maçónico e os partidistas traidores. Pouquíssimos textos se conhecem publicados, mas grande foi a avalanche destes discursos que ficaram pela oralidade. O contexto envolvente justificava esta intervenção do sagrado. Socorrendo-nos sobretudo de memoriais e «papéis» anónimos, bem como do noticiário do «*Leal Portuguez*» — periódico portuense coevo —, não será difícil seguir a panorâmica cronológica e local desta actividade político-religiosa¹³⁵.

A pastoral de D. António de São José de Castro, datada de 14 de Julho, depois de traçar a situação de Portugal debaixo do jugo francês, ordena um tríduo de preces públicas em todas as igrejas da diocese do Porto — acompanhadas de jejum, oração e procissões de penitência — de 28 a 30 desse mês, diante do SS.^{mo} Sacramento exposto. Manda também o Prelado que, nos 3 dias imediatos, se cante um *Te Deum* com «todas as mais demonstrações de culto público que couberem nas posses de cada uma das mesmas Igrejas, funções solennes com a mayor pompa possível, em acção de graças pela nossa feliz restauração»¹³⁶. Termina a pastoral por um apelo aos pregadores, a fim de exortarem as gentes portuenses «para que se aquietem e confiêm nelle [Bispo], e em todas as Autoridades que tem escolhido para o ajudarem», na defesa de suas vidas e bens¹³⁷. O *leit-motiv* da união entre o povo e o poder eleito e da ajuda da Providência, insista-se, é um dos pontos sempre desenvolvidos neste género de documentos eclesiásticos.

De importância se deve considerar, entre os actos de regozijo, pelo seu efeito psicológico, o desfile militar com a participação de gente da igreja. O aludido cronista, autor das *Ephemerides Portuenses* ou *Index Histórico*, descreve o espectáculo proporcionado pelo regimento eclesiástico

¹³⁵ Para mais fácil consulta dos sucessos políticos e militares insertos no *Leal Portuguez*, J. J. d'A e A. C. de L. organizaram um índice alfabético publicado, em 1810, pela tipografia portuense de António Alvarez Ribeiro. Incentiva o jornal a informação para os vindouros deste recente passado patriótico, através de monografias locais, afirmando: «A Historia da Restauração do legítimo governo, e dos sucessos subsequentes a esta em cada Povoação do nosso Reino detalhada por hum observador imparcial será hum monumento para o futuro. Oxalá, que o zelo de servir a instrução pública excite em algum dos Cidadãos das mesmas terras a curiosidade para fazer memorias veridicas sobre este assumpto». Cf. *Ibidem*: III.

¹³⁶ Cf.: ID., *ibid.*: 47.

¹³⁷ Cf. ID., *ibid.*: 95; FERREIRA, J. Augusto — *Memorias Archeologico-Historicas da Cidade do Porto*, II, Braga, Livraria Cruz, 1924: 415.

ao apresentar-se completo, em 25 de Julho, a D. António de São José de Castro, «por entre vivas e lágrimas de todos os espectadores». E pormenoriza: «Compunha-se elle de 600 homens, pouco mais ou menos, dividido em dous batalhoens, cada hum, com sua bandeira. O primeiro, que era de vanguarda, era composto só de Clérigos seculares: no segundo, que era o da rectaguarda, ião os regulares de todas as Ordens, que tem conversos nesta Cidade. Ião todos a dous de fundo, e com as suas espadas empunhadas excepto a companhia de Caçadores composta de 60 clérigos, que levavão espingardas. Esta companhia puchava todo o regimento; o dos Familiares do St.º Officio, que, como cavalleiros da Sé, se aggregarão ao Corpo Ecclesiastico, o cobria com a sua bandeira pela rectaguarda»¹³⁸.

Acorrendo aos templos, como a pastoral do Bispo recomendara e os avisos nas missas lembravam, a multidão enchia-os de tal forma que, no dizer do cronista, «nunca se vira em outra alguma occasião de calamidade pública». Na Sé do Porto, onde pela aglomeração registada chegou a ser necessária a intervenção das forças policiaes, esteve presente o Prelado e as demais autoridades. E o relato, que seguimos, continua:

«Antes das preces houve sermão, a que assistio S. E. R.^{ma} e a Corte, como também ás Ladainhas, tanto neste como nos dias seguintes. De tarde depois do choro houve outro sermão, a que se seguiu huma numerosa, e edificante procissão de Penitencia. Era numerosa, pela assistencia de todo o Clero, Communidades, e Confrarias da Cidade; e edificante, pela modestia e compunção de que todos erão penetrados, indo huma grande parte descalços, e entoando todos a Ladainha dos Sanctos. Rematava-se esta grande procissão com a devotissima Imagem do Senhor d'Alem em hum rico andor, acompanhado d'ambos os lados pello Ill.^{mo} Cabbido, e atraz pelo Ex.^{mo} Prelado, que a todos exemplificava com a sua singular devoção e gravidade não obstante a muita chuva, que em todo o curso da procissão cahio, e que coadjuvou á penitencia dos que a ella concorrerão. Alem de todas as Communidades regulares, que em semelhantes actos costumão comparecer, concorrerão algumas extraordinarias de Cruz alçada, como forão a dos Grillos, e a dos Carmelitas Descalços, cousa nunca dantes vista em procissão alguma. O concurso e devoção das muitas pessoas distinctas, que, de mixtura com o povo, acompanhavão o Sr. Jesus, implorando perennemente as suas misericordias, era outro novo estímulo, não menos para o assombro que para a imitação. Ao recolher houve outro sermão, que naquelle dia era o 3.º dos que alli

¹³⁸ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.* II: 54-55.

se havião pregado, para os quais forão convidados oradores sabios e escolhidos, que desempenharão o seu alto ministerio com applauso e lagrimas dos ouvintes»¹³⁹.

A participação dos fiéis estendia-se a todas as classes sociais e as autoridades presentes compreendiam o senado da câmara e magistrados do tribunal da relação e suas famílias, acompanhados de gente de representação, «nas suas qualidades e empregos» — concorrência tão extraordinária que era bem «signal o mais evidente da sincera energia com que todos se interessão na causa commum»¹⁴⁰.

A segunda procissão de penitência saiu na tarde do dia seguinte, 29 de Julho, da paróquia de São Pedro de Miragaia. Nela se incorporaram «as confrarias da mesma Igreja, as Comunidades do costume e hum grande número de religiosos de todas as Ordens, fechando este numeroso e devoto prestito hum aceado andor, em que se conduzia a Milagrosa Imagem do Senhor Jesus, e atraz huma immensa comitiva de povo, pedindo a Deus Misericórdia». E o anónimo cronista conclui: «Em todo o seu curso entrou esta Procissão em 5 diversas Igrejas, que forão as de Monchique, Sé, Santa Clara, S. Bento e S. Nicolau, em todas as quais se lhe cantou o salmo *Miserere*»¹⁴¹.

A mesma afluência de crentes e a mesma emoção religiosa se notavam nas rogações da manhã e nas duas procissões penitenciais do último dia das preces organizadas pelas ordens terceiras de S. Francisco e do Carmo com as suas fraternidades, além de outros muitos religiosos. E anota a citada testemunha presencial: «Em ambas se admirou a cópia d'innocentes semi-nus, que lhes precedião, pedindo a Deus Misericórdia; o grande número de Irmãos Terceiros, que a ambas concorrerão; a devoção e seriedade com que elles progredião; e a sincera compunção de que todos estavam penetrados; indo não somente quase todos descalços, mas com muitos géneros de penitencias e mortificaçoens mais para serem admirados que imitados»¹⁴².

A mobilização do sagrado, que a Pastoral prescrevia, prossegue nos

¹³⁹ Cf. ID., *ibid.*: 56-57.

¹⁴⁰ Cf. ID., *ibid.*: 60.

¹⁴¹ Cf. ID., *ibid.*: 59-60.

¹⁴² Cf. ID., *ibid.*: 60. O culto prestado na Igreja de Santa Cruz de Coimbra aos Mártires de Marrocos incluía também uma procissão dos nús que datava do século XIV. Rezava a tradição que um devoto destes 5 franciscanos martirizados no Norte de África no séc. XIII, Vasco Martins do Campo, prometera por ocasião de uma peste fazer incorporar no préstito em honra daqueles santos taumaturgos os seus filhos despidos de qualquer roupa. Depois de várias tentativas de alguns bispos conimbricenses, a fim de

três dias imediatos, em todas as igrejas da diocese, com exposições eucarísticas e acções de graças pelo «feliz restabelecimento da nossa sospirada Dynastia», havendo em algumas delas sermões de circunstância nas tardes do tríduo¹⁴³. De manhã, a 31 de Julho, na Sé cathedral do Porto, foi celebrada missa de pontifical, por D. António de São José de Castro, com música e exposição do SS.^{mo} Sacramento, e, de tarde, houve *Te Deum* e sermão, com a presença das autoridades e notáveis da terra e da mesma multidão de fiéis¹⁴⁴. E idêntica solenidade promoveram «com a mayor decencia» as mais igrejas, principalmente as das paróquias e ordens terceiras¹⁴⁵. À procissão saída da Sé, na tarde do último dia do tríduo, após a preparação de circunstância e o habitual cântico gratulatório, refere-se nestes termos, coloridos e empolados, o citado cronista:

«Sahe de tarde da Santa Sé Cathedral, depois de hum optimo Sermão, e Te-Deum, a Solemne Procissão d'Acção de Graças, pela suspirada aclamaçam do Principe Regente, e feliz regeneração do nosso Governo. Concorreu a ella o Clero da Cidade e suburbios, as Communitades regulares, entre as quaes ião de Cruz alçada as dos Grillos, e Carmelitas Descalços (o que só havião feito no dia 28 de Julho) o Tribunal da Relação que se compunha de 33 Desembargadores, e todas as Irmandades e Confrarias, que costumão concorrer à Procissão de Corpus. Precedia a tudo huma companhia de Ordenanças com suas espingardas, e huma bandeira chamada da *Restauração*, por ser a primeira de que se servio o povo no memoravel dia 18, e se mandou ir alli esta Ordenança, para perpetuar hum factu, em que o povo teve a principal parte e que fará sempre epocha na historia Lusitana. Fexava a Procissão o Ill.^{mo} Cabido paramentado d'excellentes capas bordadas de ouro, e o Ex.^{mo} Prelado, que levava debaixo de hum rico pallio o SS.^{mo} Sacramento, a quem acompanhavão o Sennado da Camara, o Juiz do Povo, os Governos, a Nobreza, o Corpo dos Cidadãos, com o seu Capitam fardados com o seu novo uniforme, e huma grande copia de povo. As ruas estavam ormadissimas, differindo tão somente da Procissão de Corpus em não estarem toldadas; com este pomposo e magnifico triumpho se deu fim ao solemnissimo

eliminar esta participação pouco decente para um cortejo sagrado, o prelado D. Francisco de Lemos proibiu terminantemente, no fim do século XVIII, semelhante acompanhamento. A procissão, porém, manteve-se até ao 3.º quartel do séc. XIX.

¹⁴² Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 60-61; *O Leal Portuquez*, ano de 1808: 49-50.

¹⁴³ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 61.

¹⁴⁴ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 61.

¹⁴⁵ Cf. *O Leal Portuquez*, ano de 1808: 41.

Tríduo, que havia principiado em 31 de Julho. Vio-se na pompa e magnificencia com que elle se celebrou, não só desempenhada, mas excedida a Pastoral do Nosso Grande Pontifice; porquanto em todas as Igrejas, e principalmente nas Parochias, o custoso das armaçoens, a riqueza dos paramentos, a multidão das luzes, o concerto das vozes, a harmonia dos instrumentos, a perfeição das ceremonias, a escolha dos oradores, e o concurso dos fieis, tudo annunciava ao vivo a piedade nata dos Portuenses, e apresentava huns longes de gloria, de que gozão no Ceo os Bemaventurados. E se para desempenho das Oraçoens Evangelicas, analogas ao tempo, e ao objecto do tríduo, faltavão os Bossuets, os Bourdalús, os Massilhoens, os Flechiers, e os Tour-du-Pins, esta falta (graças á Providencia) foi dignamente supprida pelos Mayas, Limas, Netos, Rosarios, Mózéllos, e por muitos outros insignes oradores, cuja eloquencia tocante, e sublime, fez que não se sentisse a perda daquelles grandes corifeos da Oratoria¹⁴⁶.

Este movimento festivo, impulsionado pela euforia colectiva, crescia na sua dimensão sacro-profana de norte a sul do país.

Nos confins da diocese do Porto, em terras de Penaguião, houve na igreja paroquial de Lobrigos um tríduo de acção de graças, nos dias 14, 15 e 16 de Julho pela restauração do Reino. Não faltaram música sacra de qualidade e eloquentes sermões, escreveu o correspondente local para *O Leal Portuquez*, destinados «a estimular o reconhecimento devido a DEOS, e a inflamar o patriotismo, e a subordinação dos Póvos». E prossegue no mesmo tom exaltante e melodramaticamente empolado, sublinhando o cariz tirânico dos invasores acossados na retirada pelas populações: «Esta pompoza solemnidade foi precedida de piedosas Preces, às quais concorrerão todas as pessoas, não exceptuando mesmo os meninos, o que produzia particular enternecimento, manifestando-se evidentes signaes de penitencia, e gratidão aos Supremos Beneficios, que a Divina Providencia derramou com especialidade sobre este Povo, prezervando-o das furiozas atrocidades, que *Loyson* tinha disposto executar, além das praticadas, e que a sua arrebatada fugida evitou; morrendo o Gran-Major, e outro Official, que se tinham especialmente encarregado desta odioza expedição¹⁴⁷».

Exteriorização análoga ocorreu em Amarante, promovida pela

¹⁴⁶ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 63-64. Note-se a menção dos expoentes da parenética francesa dos séculos XVII e XVIII e de alguns dos mais afamados pregadores coevos do norte de Portugal.

¹⁴⁷ Cf. *O Leal Portuquez*, ano de 1808: 92.

Junta Subalterna da vila, onde, a 17 de Julho de 1808, com a presença das autoridades, nobreza, clero e povo local e das cercanias, na igreja do convento de S. Gonçalo. Foi cantado pela sua comunidade religiosa «com toda a solenidade e pompa o *Te-Deum* em acção de Graças pelos incomparáveis benefícios, que a Divina Providencia espalha sobre Portugal, illuminando-se as casas de todos os moradores nesta noite, e nos dias seguintes, e praticando alegres festejos em testemunho do geral contentamento»¹⁴⁸.

Por certo como outros, ordenou o bispo residencial da Guarda que os párocos da sua diocese destinassem cinco dias de preces a pedir a Deus ajuda para o triunfo da luta desencadeada contra os franceses. Nessa ocasião, a 25 de Julho de 1808, dirigiu-se aos fiéis, no que certamente não seria o único, o prior da freguesia de Faia, daquela diocese, reverendo Manuel Rodrigues do Nascimento Tavares, pregando a propósito um sermão que depois correu impresso¹⁴⁹. O texto tem a vantagem de nos proporcionar o que do púlpito teria sido pronunciado na circunstância pelo clero rural a quem incumbia pastoralmente a cura de almas. Vê-se, pelos tópicos que tomou, estar a par do que os exércitos napoleónicos faziam ao invadir os restantes países da Europa, o Egipto e Próximo Oriente. Aproveita o ensejo para se desculpar da colaboração dada ao ocupante, não deixando de denunciar os *afrancesados* que considera pérfidos, infames e vis, cuja traição «inaudita e afrontosa» importava vingar. E, querendo tornar mais contundente a abjuração, desfia o cortejo dos ultrajes e prepotências recebidas da parte desses «Tyranos, que tendo ainda mal seguras as rédeas do Governo, já nos assolavam com desmedidas contribuições, com requisições extravagantes e instantemente repetidas; com estranhas conscripções; com violentos saques»; com a manifestação clara do bárbaro e atroz projecto de roubar o nosso ouro, a nossa prata, todas as nossas preciosidades; de conduzir à morte os nossos soldados, e todos os que fossem capazes de o ser; de prostituir as nossas donzellas, de enxovalhar a nossa Religião Sancta com a tolerância de todas e observância de nenhuma, com escandalosos e atrevidos protestos de reforma, e proibições das mais edificantes procissões, e em huma palavra, de reduzir este bello, rico, Christianissimo paiz em hum paiz de pobreza e de miséria, de Libertinos e de Salteadores». Refere-se, para dar maior ênfase à necessidade de se resistir às tropas de Junot, à coragem dos espanhóis e destaca o comportamento patriótico dos «habitantes do

¹⁴⁸ Cf. *Ibid.*: 67.

¹⁴⁹ Cf. *Falla que fez a seus Fregueses Manoel Rodrigues do Nascimento [...]*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1808, 4 pp. inum..

Douro, que sem disciplina, e sem armas tão denodadamente atacarão, derrotarão, e puzerão em vergonhosa fugida a hum Exército desses chamados invictos, mas verdadeiramente fracos, tímidos, e indignos soldados». Termina, lembrando que a hora era de morrer com honra e glória, à semelhança do heróico povo bíblico, quando teve de enfrentar egípcios, filisteus e assírios, e à do primeiro Rei de Portugal, Afonso Henriques, que «só com treze mil soldados nos campos de Ourique alcançou completa vitória de hum Exército de trezentos mil Mouros, ou segundo outros afirmão de quatrocentos e oitenta mil»¹⁵⁰.

Prolongou-se pelo mês seguinte, enquanto decorriam operações militares decisivas, este ambiente de exteriorização religiosa que seduzia o público e patrioticamente o galvanizava. O ar que se respirava era bem análogo, neste repartir dos dias entre o templo e a rua, ao dos lausperenes e endoenças, tão do agrado dos crentes, e a que não podia alhear-se nem o praticante de domingo, nem o magistrado em exercício. De tão eloquente, o que, na altura, se viveu no Porto merece e justifica a leitura da descrição feita pelo anónimo coevo uma vez mais citado:

«Sahem também [ao longo do mês de Agosto de 1808] varias Procissoens, que merecem especial lembrança, a saber huma da Sé com assistencia das Communidades do Cabido, e do Senado, em commemoraçoens da celebre victoria d'Aljubarrota; outra de S. Francisco muy devota e penitente, composta das Irmandades existentes na dita Igreja, de muitos Irmãos da Terceira Ordem, e das Communidades de S. Francisco e de St.º António; outra de S. Christovão, de que logo fallarei; e outra de penitencia composta de meninos de 3 athé 12 anos, todos descalços, e muitos delles seminus (a que chamão Centurios) com varios generos de penitencia analoga ás suas forças. Principiava ella por huma cruz e duas lanternas accesas dos lados, do tamanho preporcionado aos seus conductores; e terminava-se por hum pequeno andor com huma linda Imagem do Menino Jesus, conduzido por 4 innocentes a quem acompanhavão dos lados, outros tantos com suas lanternas accesas. Além destes iam varios outros pedindo com bacias, em que chovia de todas as partes o cobre e a prata, em quanto os da Procissão bradavão incessantemente:

*Jesus de Misericordia,
Dai-nos a paz e concordia;
Livrai-nos do captiveiro
Do imperio da discordia.*

¹⁵⁰ Cf. *ibid.* Note-se a referência à batalha de Ourique.

Esta galante pantomima ou procissão pueril, pela innocencia e multidão dos que a compunhão, pelo ar devoto e penitente que affectavão, e pela graça e gravidade, com que progredião, inspirava assombro em huns, compunção em outros, curiosidade e prazer em todos. Resta fallar agora da que sahio de S. Christovão de Mafamude, em Acção de Graças pela feliz Acclamaçam de Nosso Augusto Principe, e que foi a função mais spectavel que se tem feito naquella Parochia. Depois de se haver satisfeito com a mais escrupulosa exacção á Pastoral de 14 de Julho no que respeitava ás Preces, e Procissão de penitencia, reservou-se para este dia o Te-Deum e procissão solemnes tão recommendados na mesma Pastoral. Começou esta grande festividade por huma bella illuminaçam na vespera, em que se esmeravão as ricas, e principaes casas da freguesia. A Igreja se armou com a mayor decencia; e o throno, em que todo o dia se conservou exposto o SS.^{mo} Sacramento, se cobrio totalmente de luzes. Cantou a Missa o R.^{do} Abbade D. João de Nossa Senhora do Pilar, Conego Regrante de S.^{to} Agostinho, servindo--lhe d'acólitos, outros dous Conegos, hum de Nossa Senhora da Conceição de Oliveira do Douro, e outro da Collegiada de S.^{to} Eloy da cidade do Porto. Assistirão tambem ao mesmo acto hum grande numero de sacerdotes que se havião convidado, vestidos todos com as suas sobrepellizes, e dispostos a hum e outro lado da Capella Mayor. Houve huma escolhida musica instrumental e vocal, vinda da Cidade; hum excellent solo de clarinete, tocado antes do sermão pelo insigne artista Heller, Mestre da musica do regimento d'Infantaria n.^o 6; huma eloquentissima Oração Gratulatoria, recitada pelo P. M. Frei Antonio de Mózellos, religioso da reformada Provincia da Soledade; e finalmente hum numeroso e luzido concurso, tanto das pessoas da freguezia, como da mesma cidade do Porto, que a fama havia convocado. Ás 4 horas da tarde se deu principio ao 2.^o sermão que depois de saber-se que foi parte do mesmo genio já nomeado, fica superfluo todo o elogio, que delle possa tributar-se-lhe. Seguiu-se o Te-Deum cantado alternativamente pelos Musicos e pelo Clero, assistindo a elle com tochas grande numero de devotos de todas as classes. Depois do Te-Deum teve lugar a Procissão, que, sahindo ás 5 horas da tarde, se recolheu ás 8 da noite. Esta grande procissão, ou melhor diria Triumpho, mais parecia propria de huma Corte que de huma Parochia semi-rural, tanto pela multidão das Confrarias, e aceio dos seus Irmãos, como pelo ornato das ruas, e athé dos despovoados por onde passou. Depois das confrarias da Igreja, compostas todas de muitos Irmãos vestidos com as suas opas, seguia-se a musica do regimento de Infantaria n.^o 6, tocando agradáveis e escolhidas marchas; e logo a Irmandade do SS.^{mo} que compreendia perto de 300 Irmãos e todos com suas Opas de seda carmezim. Seguião-se d'ambos os lados 16 Ecclesiasticos, revestidos de capas de seda d'ouro entoando ao Senhor reiterados psalmos e hymnos, a que respondião

alternadamente os musicos que junto a elles progredião. Immediatamente ao Corpo Ecclesiastico seguia--se o SS.^{mo} Sacramento, conduzido de baixo de hum rico palio pelo R.^{do} Abade da freguezia, a quem d'ambos os lados acompanhavão paramentados os ditos dous Conegos, que á Missa Solemne lhe servirão d'acolitos. Aos lados do palio ião 12 Irmãos com alantemas, e para mayor decencia e resguardo outros tantos Milicianos com hum sargento do terço de Penafiel, e 8 soldados Hespanhoes do Regimento de Balbastro, armados estes de bacamartes, e aquelles d'espingardas. Atraz do palio seguia-se o Juiz da Confraria dignissimo que era hum cidadão do Porto, vestido com a farda do seu uniforme, e conduzindo a insignia da sua dignidade. Cobria finalmente este triumpho hum batalhão de Melicianos do terço de Penafiel, commandado por hum Sargento Mor e no centro ia a bandeira com a música do mesmo terço, que por estar de novo fardado e tocar quasi incessantemente, lisongeava ao mesmo tempo os dois nobres sentidos.

Sahio esta magnifica procissão pelo sitio de Trancoso athé a rua da Bandeira pela qual desceu á dos Palhassinhas e dahi athé o Oratorio do Senhor do Loureiro, que he o ultimo termo da freguezia por este lado. Daqui tornou a encaminhar-se pelas mesmas ruas athé a da Raza, no fim da qual virando para o Oriente, chegou à Igreja do Senhor do Padrão; e voltando daqui pelas ruas de S.^{to} Ovidio, Barreiro, e Bandeira, se recolheu por Trancoso, á Igreja Parochial. Por todo este longo circulo que perfaria huma boa legoa, sem preterir os limites da freguesia, se vião multiplicados mastros, em que tremelavão bandeiras de cores e naçoens diferentes; as ruas juncadas de boninas, espadanas, e ervas odoríferas; as sacadas e peitoris cobertos de sedas e chitas; as janellas ornadas de senhoras, tanto da terra como da Cidade; os mesmos caminhos ruraes, bordados em grande parte de colchas; e hum numero excessivo d'espectadores, que a devoção e a curiosidade havião attrahido. Ao passar a procissão pelo sitio de Raza disparou o novo forte de S.^{ta} Maria, que alli se erigio, huma salva real de 21 tiros. Outro tanto praticou o reducto de S.^{to} Ovidio, apenas a elle chegou a procissão, disparando também 21 tiros, que sendo huns antecorreios da morte nas batalhas erão aqui humas lisongeiras mostras do Culto tributado à Divindade, inspirando por isso em todos os espíritos hum mixto de devoção, e d'alegria inexprimivel. Recolhida que foi a procissão, e o SS.^{mo}, disparou o batalhão 3 salvas geraes de mosquetaria, com o que se deu fim a hum Triumpho, que se não teve o apparatus dos d' Augusto ou d' Aureliano, foi infinitamente mais pio, mais nobre, e tão recomendável, que fará sempre huma saudosa epocha nos Annaes daquella Parochia»¹⁵¹.

¹⁵¹ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 73-76.

Dois eventos, porém, marcam o fim da presença das tropas de Junot em Portugal no decurso de um mês decisivo: as vitórias alcançadas pelas forças anglo-lusas em Roliça e Vimieiro, a 15 e 21 de Agosto de 1808, e a convenção de Sintra, firmada a 30 deste, que, paradoxalmente, permitiu ao exército invasor sair do país numa posição favorável, o que muito desapontou o povo português. Contudo, ao longo dos meses seguintes, nada obistou que se registassem por todo lado actos gratulatórios à Providência pela feliz recuperação da liberdade.

Em Vila Real, o acontecimento celebrou-se, a 21 de Setembro, com o maior brilho. Na igreja de S. Paulo, expôs-se a Eucaristia, havendo pronunciado, à missa solene, o franciscano Fr. Caetano de S. José um sermão acomodado à circunstância. Nas noites de 20 e 21 do dito mês, iluminaram-se também as casas, reservando-se o dia 29 para sufragar «as almas de todos aqueles que forão victimas da opressão dos Francezes, e dos bravos defensores da Pátria, que morrerão no Campo da honra»¹⁵².

São desta altura os 3 sermões publicados com os textos das pregações proferidas ao tempo, em Braga e Coimbra, um pelo deão da Sé bracarense, Luís Furtado de Mendonça, e dois pelo lente da universidade, Fr. Vicente da Soledade e Castro, natural do burgo portuense. O teor dos discursos é de exultação pelos feitos portugueses na defesa da pátria, sublinhando a heroicidade havida por parte dos naturais na expulsão de um governo odiado pelo estendal de crimes cometidos e pela injusta apropriação da liberdade.

Para tema do seu sermão, pregado na capela do Paço e na presença do Arcebispo Primaz, o Deão da Sé de Braga escolheu o versículo 36, do Salmo 36: *Vidi impium super exaltatum, et elevatum sicut Cedros Libani, et transivi, et ecce non erat (Vi o ímpio sumamente exaltado e elevado como os cedros do Libano, e passei, e eis que não era)*. O seu objectivo era pôr à vista dos presentes, como declara no exórdio, «o brilhante quadro dos recebidos favores; o magestoso rasgo da beneficiência do nosso DEOS, que compadecido da nossa sorte, nos restituiu em hum momento a antiga glória, o Throno, o PRINCIPE, e a Religião, e os pungentes motivos do nosso eterno reconhecimento»¹⁵³.

Neste contexto merecem destaque os dois sermões proferidos em Coimbra por Fr. Vicente da Soledade, abade beneditino do Colégio

¹⁵² Cf. *O Leal Portuguez*, ano de 1808: 148-149.

¹⁵³ Cf. MENDONÇA, Luiz Antonio Carlos Furtado de — *Oração Gratulatoria pela Restauração do Reino de Portugal*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1808: 5. Este titular do Cabido bracarense nasceu no Rio de Janeiro e morreu em 1832. Era doutor em Cânones e deixou vários escritos e sermões publicados, revelando-se mais tarde um miguelista convicto. Ver no «Apêndice», 11, o referido sermão.

de S. Bento e opositor da Faculdade de Teologia. O primeiro teve lugar a 25 de Setembro de 1808, na Sé Catedral. Trata-se de uma oração gratulatória em que, conforme sublinha o seu autor, se pretende agradecer a Deus a restauração de Portugal, cujas sagradas quinas são sinais da redenção e constituem um penhor da protecção divina, com que o Reino «logo em seu berço debellou, subjugou bárbaros Mouros, e triunfou sempre de quaesquer injustos invasores»¹⁵⁴. E no mesmo teor patriótico desenvolve o discurso dentro de uma tessitura retórica encomiástica. O segundo, pronunciado na Capela da Universidade, a 6 de Janeiro do ano imediato, acaba por ser um hábil aproveitamento da festa da Epifania para, como informa o rosto, tratar do «systema de impiedade, que se pretendeo estabelecer por meio da revolução Franceza e da qual os Francezes de hoje não parecem alheios». Dava-se ainda a circunstância de, na tarde desse dia, se fazer o alistamento militar, para a defesa do país, de lentes, opositores e estudantes, segundo a ordem da Regência, datada de 2 do corrente¹⁵⁵.

Pregados, com certeza, pela mesma altura e saídos do prelo da instituição universitária coimbrã em 1809, foram os três sermões de acção de graças também dedicados ao evento restauracionista que não ostentam o nome do autor. De igual forma, nem sequer do primeiro consta o local onde foi pronunciado. Expressa ele, no entanto, um vivo reconhecimento à Providência em virtude: da reconquista da liberdade retirada aos portugueses pelo mais vil, perverso, torpe e abominável de todos os tiranos; do afastamento de duras calamidades; da restituição pela decência, veneração, respeito e acatamento dos templos; da entrada dos proprietários na posse de suas propriedades e fundos injustamente invadidos; dos pobres miseráveis aliviados de seus horríveis males; da reintegração da casa de Bragança, «fecundo manancial de Heróis», nos direitos de que tão ímpia e iniquamente fora esbulhada¹⁵⁶. Na capela do

¹⁵⁴ Cf. SOLEDADE, Vicente da — *Sermão de Acção de Graças pela Feliz Restauração de Portugal*. Coimbra, Real Imprensa da Universidade 1808: 3. Ascendeu este lente universitário, ainda antes da Revolução de 1820, a arcebispo da Baía. Foi o primeiro presidente da Câmara dos Deputados, de 1821-1822, saído das eleições, em que participara como candidato pela província do Minho. Faleceu em 1822. Ver: RAMOS, Luís A. de Oliveira — *Formação e Opções do Primeiro Presidente do Parlamento Português*, in «Da Ilustração ao Liberalismo»: 147-184. Há neste estudo referências e comentários aos mencionados sermões.

¹⁵⁵ Cf. SOLEDADE, Vicente da — *Sermão da Epiphania do Senhor*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1809, 30 pp.

¹⁵⁶ Cf. *Sermões de Acção de Graças pela Feliz Restauração de Portugal*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1809: 3-4.

Recolhimento da Misericórdia de Coimbra foi pronunciado o segundo em que se alvejava primordialmente os *afrancesados*, mostrando-lhes como havia sido contrário às promessas feitas pela «ímpia, cruel e atroz dominação napoleónica o que viram na realidade de forma a poderem concluir» quanto «tem sido errado o seu systema, e inconsequente e reprehensível o seu procedimento»¹⁵⁷. A última das prédicas, inclusas no opúsculo, ocorreu na capela do Colégio dos Meninos Orfãos da cidade e parece ser da autoria de um religioso teatino. Na verdade, o orador endereça à *Divina Providência* as graças devidas por, em três meses, se ver: restabelecida e firmada a liberdade; concluído um tratado solene para a evacuação de Portugal das tropas invasoras; liberta a capital do domínio opressor onde semeara funestos e horrorosos males; arvoradas de novo por todo o Reino as quinas lusitanas; restituído ao seu legítimo soberano o Trono e a obediência da nação¹⁵⁸.

Como ordenara na pastoral dias antes publicada, o bispo do Porto, D. António de São José de Castro, presidia, a 2 de Outubro, ao solene *Te Deum* cantado na Sé e à procissão realizada no dia seguinte de acção de graças pela expulsão dos franceses. O mesmo deveria ser feito nas igrejas da cidade e nas paróquias da diocese, onde o evento foi festejado com repiques de sinos, fogo de artifício, iluminações das casas e outras manifestações de regozijo¹⁵⁹.

Na presença do Prelado e das autoridades, subiu ao púlpito o franciscano António de Mozelos para pronunciar um sermão apropriado ao momento¹⁶⁰. E a procissão, que percorreu o itinerário da de *Corpus Christi*, teve a incorporá-la o Cabido, ricamente paramentado, todas as confrarias com as suas insígnias, comunidades religiosas, clero da cidade até uma légua em redor, familiares do Santo Offício, grande concurso de povo e a tropa, encontrando-se a Sé engalanada com magnificência, riqueza e bom gosto. O cronista de *O Leal Portuguez*, pormenorizando os enfeites alegóricos de exaltante patriotismo, bem expresso em eloquente simbologia, que adornavam a Sé, refere: «No alto do Arco que dá entrada para a Cappela Mor estava collocado hum primorozo painel de 20 palmos

¹⁵⁷ Cf. *ibid.*: 19.

¹⁵⁸ Cf. *ibid.*: 30.

¹⁵⁹ Cf. LIMA, Durval Pires de — *op. cit.*, II: 102. O general Bernardim Gomes Freire d'Andrada, comandante do exército do Norte e Governador das Armas, é convidado oficialmente, com os outros chefes militares, a deslocar-se a Lisboa para receber o público testemunho de estima pela acção desenvolvida em ordem à Restauração do Reino e a assistir, na manhã de 2 de Outubro de 1808, a um pontifical de acção de graças e *Te Deum* na Sé Patriarcal de Lisboa. Cf. *O Leal Portuguez*, ano de 1808: 193.

¹⁶⁰ Cf. *O Leal Portuguez*, ano de 1808: 131.

em que o Porto vestido de armas affoitamente corria huma cortina, que tinha tido encoberto o Retrato do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, e que agora fica patente a Portugal, que no meio de Britania, e de Hespanha, com semblante de alegria, e gratidão, mostrava agradecer-lhes os socorros, que aquelas duas Potencias estavam em attitude de offerecer-lhe. No fundo divisava-se a História notando o feito heroico; e no alto viaõ-se arvoradas as Reaes Armas de Portugal, sustentadas pelos genios do Comercio, e da Agricultura. Nos Capiteis, e pedestaes das columnas, em que se firmava o mesmo Arco, se viaõ collocadas 6 Estátuas, que representavaõ a *Religião, Justiça, Fidelidade, Vigilancia, Honra, e Valor dos Portuenses*»¹⁶¹. A atmosfera festiva, nas noites desses três primeiros dias de Outubro, com as fachadas de muitas casas iluminadas a primor, tal como succedeu em Vila Nova de Gaia onde na frontaria dos Armazens da Companhia Geral do Alto Douro, junto da ponte, «apparecia hum quadro em que se viaõ alguns Anjos na acção de levantar hum véo, que tinha tido encerradas as Armas Reaes de Portugal: dellas cahiaõ huns raios de fogo sobre as aguias Francezas, que appareciaõ espedaçadas: d'huma banda via-se a Fama acclamando o PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor; e da outra hum Ente celeste, segurando-nos, que as nossas Armas seraõ sempre vencedoras»¹⁶². Outras figuras simbólicas — o Douro coroado de parreiras e, em medalhas, a Paz e a Justiça — , legendadas com versos, ladeavam a fachada.

Ao longo dos 800 palmos da ponte havia 1000 lumes cobertos com pinturas coloridas e 8 obeliscos iluminados de vidros. À entrada, do lado norte, frente à cidade, erguia-se um obelisco de pintura transparente, onde se lia numa medalha o nome do Príncipe regente e na base viam-se as armas reais de Portugal, colocadas sobre uma figura humana que retirava uma máscara do rosto e era calcada por um génio mítico, armado de escudo e lança, enquanto a deusa Ceres prometia riqueza abundante, lendo-se no painel:

*Sem máscara por terra o monstro rugo;
O génio tutelar à Lysia torna;
Lustrão, floréaõ vencedoras Quinas;
Celestes mimos a abundancia entorna.*

¹⁶¹ Cf. *ibid.*: 132-133.

¹⁶² Cf. *ibid.*: 133.

A nascente, elevava-se uma peça idêntica com o nome de D. João também em pinturas transparentes e por baixo as armas da casa de Bragança entre as figurações de Britânia e Espanha, com as águias inimigas a serem destroçadas pelos golpes do Tridente e pelas garras do Leão, e a seguinte legenda:

*De novo as Armas Bragantinas brilhão
Pelo valor do braço lusitano:
Ao fogo de Britania as Águias fogem;
Nas garras morrem do Leão Hispano.*

O povo passeava, ordeiro e em alegre e fraternal convívio, enquanto a música do Regimento n.º 6, depois de percorrer a extensão da ponte e as entradas da cidade, se recolhia a uma barca decorada com um arvoredado e interessante iluminação¹⁶³.

E de novo no Porto, como aliás por todo o norte e resto do país, a euforia da nação pela liberdade readquirida continuava a orquestrar o sagrado, com o fim de expressar o seu reconhecimento à Providência e simultaneamente alimentar a chama patriótica, não sem notória conotação ideológica de claro tom integrista. Pertenceu, assim, ao Senado da Câmara, na sequência do que fizera a igreja diocesana, a iniciativa de congratular--se com o milagre operado, pois, como acentua o cronista de *O Leal Portuguez*, de obra divina se devia reputar, operada a partir do burgo tripeiro donde «emanarão todas as providências necessarias para seu complemento, já pelo valor, e brevidade, com que as armas dos nossos fieis, e generozos Alliados, unidas às nossas, nos desapresáram do abominável jugo dos nossos impios inimigos, os Franceses»¹⁶⁴. Engalanou-se magnificamente a Catedral. Preciosos lustres de cristal substituíram «as alampadas, de que sacriliga mão despojára o Santo Templo; riquissimos cortinados, e todo o genero de brincos e enfeites de sêdas; varias estatuas, e emblemas, alluzivos ao objecto; nada faltou para que a pompa, e apparatus correspondesse à grandeza da acção»¹⁶⁵.

Na tarde de 11 de Outubro, foi cantado um *Te Deum* por dois coros escolhidos acompanhados de grande instrumental. Na manhã do dia

¹⁶³ Cf. *ibid.*: 133-134.

¹⁶⁴ Cf. *ibid.*: 151.

¹⁶⁵ Cf. *ibid.*: 151-152. Fr. José de Lima (1759-1847) pertenceu à ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, era formado em Teologia pela Universidade de Coimbra, tem alguns sermões publicados e foi, mais tarde, um miguelista mititante.

imediatamente (escolhido propositadamente por ser o do aniversário do Príncipe da Beira) celebrou-se uma missa solene, tendo, no final, o frade agostinho, Fr. José de Lima recitado «huma Oração, que em doutrina, e elloquencia nada inveja ás melhores do nosso tempo». E o autor da notícia continua: «De tarde sahio o SANTISSIMO em devota, e magnifica Procissão, não se podendo decidir se era maior a riqueza de milhares de pessoas, que concorrerão a vê-la; se o jubilo, e acatamento, que lhes infundia aquelle religioso acto, que lhes recordava os males, sofridos, e a inesperada, e efficaz bondade, com que o Céu lhes remediara»¹⁶⁶.

À noite a cidade surgiu fiericamente iluminada, com destaque para o edifício dos Paços do Concelho em cuja face de uma extensão de oitocentos palmos figurava uma arcada com uma varanda, adornada de pirâmides e pórticos com decorações alegóricas onde se viam através de uma «pintura transparente as Quinas do Escudo Portuguez, que dous genios aderessavaõ com um festaõ de flores, entre bandeiras, tambores, canhoens, e outros apetrechos, e armamentos bellicos», continuando a profusão de símbolos picturais da autoria do artista portuense Joaquim Rafael, retratos de membros da família reinante e dísticos encomiásticos com ressaibos mitológicos e classicistas na exaltação ideológica da monarquia restaurada¹⁶⁷.

Não deixou a tropa de festejar, por seu turno, o acontecimento. Escolheu, para tal, o dia 18 de Outubro de 1808 e a igreja do «Real Corpo dos Meninos Orfãos», onde se sediava a Irmandade Militar. Foi o templo engalanado com riqueza e pompa. Notava-se a mesma intenção alegórica de glorificação do País. Com uma referência ao milagre de Ourique num painel de João Baptista Ribeiro, artista de Vila Real, com os versos: «Os Reis de Portugal mentir não sabem: / Hum Deos lhe prometteo, — Lizia não morre», que desenhou também os outros três a completar o políptico, exaltando as classes sociais e a realeza que estruturavam politicamente a nação¹⁶⁸.

À tarde houve exposição do Santíssimo e *Te Deum*, oferecendo-se em seguida um magnífico fogo de artifício, diz o autor do relato inserido no mencionado periódico, e concertos executados por bandas militares portuguesas e espanholas¹⁶⁹. Na manhã seguinte, houve missa de pontifical celebrada pelo D. Prior de Cedofeita, com música do compositor

¹⁶⁶ Cf. *ibid.*: 152.

¹⁶⁷ Cf. *ibid.*: 152-154.

¹⁶⁸ Cf. *ibid.*: 172-174.

¹⁶⁹ Cf. *ibid.*: 174-175.

portuense Alexandre José Pires, assistido pelo Cabido da Colegiada, e pregação que esteve a cargo novamente de Fr. José de Lima. Igual oração de circunstância teve lugar na cerimónia da tarde pelo P.^o Joaquim da Silva Maia, não se realizando, no fim, a procissão prevista, dado o adiantado da hora¹⁷⁰.

As cerimónias sacro-profanas de público regozijo, reflectido nas decorações, luminárias, fogo de artifício, recitais de poesia, jantares, e as comemorações ltuosas estendiam-se, como atrás se disse, de norte a sul do país, das cidades e vilas às aldeias do interior. Com efeito, tendo as autoridades eclesiásticas decretado que houvesse nas paróquias preces pela felicidade das armas portuguesas e actos congratulatórios pela libertação reconquistada, logo por toda a parte se realizaram festejos religiosos em que o sermão estava presente. Chegaram a publicar-se, então, várias «relações» incluindo, por vezes, uma pormenorizada descrição do que se passara desde Trás-os-Montes e remoto Minho ao Alentejo raiano.

Chaves — segundo uma dessas fontes que, como as citadas, os prelos da Universidade divulgaram —, vangloriando-se de ter sido «a primeira que reconheceu, e aclamou o Legítimo Soberano», associou-se à celebração oficial do acontecimento, tal como sucedeu em todas os burgos do reino, com iluminações na vila e subúrbios, de 7 a 9 de Outubro, e magníficas pinturas alegóricas na fachada da Câmara. No dia 8, houve, na igreja da colegiada, um *Te Deum* e à noite iluminações das residências, cantando-se, no dia seguinte, uma missa solene com sermão pelo franciscano arrábido do convento de Mafra, Fr. António da Assumpção. Recorda o autor da mencionada «relação» que era já a terceira vez que ele subia «aquêlle lugar a tratar a mesma matéria que forão: a primeira em 13 de Junho convidado pelo administrador das Munições de boca para o Exército *António Vicente Teixeira de Sampaio*, que com motivo de solemnizar a *S. António* recomendou huma Oração revolucionária, a qual firmou a base da grande obra; a segunda em 24 do mesmo mez, convidado pelo Senado que nesse dia solemnizou o resgate da Província, e a acção e victória alcançada pelos Paisanos sobre o exército que commandava *Loyson* no Douro; a terceira neste dia 9 de Outubro em que o mesmo Senado solemnizava o resgate de toda a Nação». De tarde, saíu uma

¹⁷⁰ Cf. *ibid.*: 176-177. Todas estas exteriorizações de público regozijo podem enquadrar-se no espírito do contexto descrito no trabalho, a consultar, de: ALVES, Joaquim B. Ferreira — *A festa barroca no Porto ao serviço da família real na segunda metade do século XVIII. Subsídios para o seu estudo*, in «Revista da Faculdade de Letras. História», II série, vol. V, Porto, Universidade do Porto, 1988: 9-67.

procissão, que foi presenciada por muitos milhares de pessoas da região e da vizinha Galiza, com salvas de artilharia e mosquetaria a terminar. Sobre a ponte, à entrada da Praça, fizeram os jovens um magnificante arco de louros, oliveiras e flores por onde desfilou a Divisão da Infantaria e Milícias de Chaves, comandada pelo tenente-coronel Francisco Homem de Pizarro, o herói de *Cabeço Negro*. Ao passar o arco, duas figuras animadas e ricamente ornamentadas atiravam-lhes coroas e ramos de oliveiras por entre vivas, aclamações e lágrimas do povo. E a «relação» acrescenta que o dito administrador dos «Provimentos» para o exército de Trás-os-Montes mandou celebrar, a 11 de Outubro, solenes exéquias pelos soldados portugueses e espanhóis mortos em campanha pelo resgate da nação, da capital e do governo legítimo, com missas gerais, ofício dos defuntos, sermão e música. Foi, para o efeito, enlutada a igreja da Colegiada de Santa Maria Maior onde, a meio, se ergueu um mausoléu, formado de quatro colunas em que assentava um túmulo sobre o qual pendia um magestoso docel que tocava o tecto da capela-mor, para a qual dava entrada um elevadíssimo pórtico, encontrando-se o recinto decorado com emblemas e figuras alegóricas de glorificação aos heróis caídos na luta. Tudo isto feito com primores de arte, com muitos galões de ouro e prata, apetrechos bélicos de toda a espécie e 300 círios que alumiam o mausoléu. Nos nove altares da colegiada, coroados de luzes e cheios de oferendas, celebraram os sacerdotes, residentes até duas léguas de distância, missas pelos militares falecidos. O mesmo se fez no convento de S. Francisco, sendo o número de missas 150, num total de 176, pois as 26 restantes ficariam para depois se rezarem. A fúnebre cerimónia, além da presença dos dignitários civis e eclesiásticos, teve o concurso da nobreza e imenso povo, e o sermão de exéquias foi proferido pelo dito Fr. António da Assunção que o autor da memória, o dominicano Fr. João Hypólito, considera, em seu enfático empolamento, «Varão certamente grande e verdadeiramente sábio, pois tanto no estilo florido, como no pathetico tem conciliado as atenções de todo o povo, e nesta ocasião mais que nunca se excedeo na energia dos conceitos, e subtileza dos pensamentos, tomando por thema *Misit Jeroslymam offerri pro peccatis mortuorum sacrificium*. Mach. Liv. 2.º cap, 2.º». A festa, que bem espelha uma expressiva alegria barroca, decorreu entre concertos bélicos desde 6 de Junho, em que Chaves aclamara o Príncipe Regente, tendo-se a 7 arvorado uma bandeira com o retrato de St.º António e o escudo das armas reais, com a legenda: *St.º António Protector de Portugal. Viva o Príncipe Regente Nosso Senhor*, nas janelas da casa da Administração. A 12, a oficialidade com o seu comandante executou para a população «magnificos torneios no campo do Tabolado com o Estandarte de St.º António, excellent Música e muito fogo em obséquio ao Santo»,

cuja comemoração litúrgica, localmente tão festejada, se fez no dia imediato¹⁷¹.

E, como se reconhecia que o benefício da libertação era comum a todo o Reino e dádiva miraculosa da Providência, também os habitantes do concelho de Vila Real que com o seu valor e patriotismo haviam batido o inimigo nas margens do Douro e além de Lamego, festejaram com espavento no dia 23 de Outubro o sucesso, «dando-se este espaço de tempo para que as famílias retiradas nas colheitas, e os defensores da Pátria auzentes no Exército, pudessem concorrer em tão devoto, e glorioso ajuntamento»¹⁷². Ocorreu a solenidade na ampla igreja do convento dos dominicanos e, como era hábito, com a presença das autoridades e grande afluência de povo, tendo a missa sido celebrada perante o Santíssimo exposto. O sermão foi pregado de tarde por Fr. António Maria de Santa Teresa, aí residente, orador erudito e eloquente que deligenciou depois publicar o seu discurso, seguindo-se um solene *Te Deum* e uma piedosa e concorrida procissão¹⁷³.

Promoveram de igual modo as freiras clarissas do convento da vila uma fiéfrica iluminação e uma sessão de fogo de artifício, na véspera de 20 de Novembro, celebrando-se no dia imediato uma missa com exposição do Santíssimo, havendo de tarde *Te Deum* e pregação pelo mesmo frade dominicano¹⁷⁴.

É, ainda, através de uma «relação» impressa que se sabe ter a freguesia de Couto de Fonte-Arcada, concelho de Póvoa de Lanhoso e Arquidiocese de Braga, realizado por iniciativa do pároco, João Afonso

¹⁷¹ Cf. *Relação Exacta* [...], Coimbra, Real Imprensa da Universidade de 1808: 5-8.

Outro testemunho desta onda de preces gratulatórias pela retirada das tropas de Junot e de sufrágios pelos mortos, que a ocupação francesa provocara, surge numa correspondência da Província da Beira para *O Leal Portuguez*, referindo que houve na Covilhã, na primeira quinzena de Outubro de 1808, um «soleníssimo tríduo de acção de graças pelo desagravo da Religião, e Restauração da Patria», tendo pregado nesta celebração religiosa: o franciscano e mestre de filosofia, Fr. Manuel de Santa Rita de Cassia Maya; o sacerdote secular e bacharel em leis, Pedro Álvares; o P.^o António Manuel e o frade da província da Soledade e leitor de filosofia, Vicente da Covilhã. Três dias depois, as corporações eclesiásticas, seculares e religiosas, que promoveram este devoto acto, efectuaram exéquias pela alma dos militares falecidos na defesa da pátria, havendo sido proferida uma eloquente oração fúnebre.

Cf. *O Leal Portuguez*, ano de 1808: 212.

¹⁷² Cf. *O Leal Portuguez*, ano de 1808: 195-196.

¹⁷³ Cf. *ibid.*: 196.

¹⁷⁴ Cf. *ibid.*: 226-227.

Pereira, festejos congratulatórios pela expulsão das hostes invasoras, a 30 de Outubro de 1808, havendo já no dia 10 do mesmo mês feito levantar, no sítio chamado *O Cruzeiro*, em frente da Igreja, uma «luzida bandeira com as Reaes Quinas, e aos pés destas as águias Francesas», que atraiu os eclesiásticos e o povo da freguesia e circunvizinhos, bem como as famílias e autoridades da Póvoa de Lanhoso. Houve então música instrumental e recitação de poesias alusivas ao assunto. A 30 de Outubro, cantou-se, com a igreja engalanada e a Eucaristia exposta, uma missa solene, havendo pregado o reitor de Antime, José Teixeira de Carvalho que teria, com toda a sua reconhecida «litteratura e oratória», feito «vêr tanto ao vivo nossa triste situação e nova felicidade, que não ficou hum só espectador a quem não rebentassem por várias vezes as lágrimas». Estiveram presentes as Câmaras da localidade e do concelho, com os seus presidentes oficiais, e as cerimónias religiosas, abrilhantadas por uma capela de música da região regida por um maestro natural da freguesia, terminaram com uma procissão, «indo o Santíssimo debaixo de hum rico Paleo, conduzido por seis Ecclesiásticos vestidos de asseadas alvas, e ricas capas, e no meio della o andor com as Reaes Quinas em triunfo, conduzido também por quatro beneméritos Ecclesiásticos, acompanhada de hum escolta de cincoenta e três Milicianos»¹⁷⁵.

Atente-se também no acontecido em Castelo de Vide onde o Senado da vila promoveu actos festivos de público regozijo, acompanhados de concertos de música e atribuições de esmolas aos pobres, entrelaçando manifestações de religiosidade com expressões de euforia colectiva. Com esse fim, celebrou-se um soleníssimo tríduo, nos dias 31 de Outubro, 1 e 2 de Novembro, no Convento de N.^a Senhora da Conceição da Ordem de S. Francisco, da província dos Algarves. «Forão Oradores, segundo uma relação coeva, o Reverendo *José Justino Ribeiro Corrêa*, Prior da Freguesia de Sant'Yago desta Villa; o P. M. Fr. *Luiz Ignacio dos Remédios*, leitor de Filosofia em Marvão; o P. M. Fr. *Domingos de S. Theresa Sutil*, leitor jubilado e definidor actual; e o P. M. Fr. *José de S. Narcizo e Oliveira*, Leitor jubilado e pregador da Real Capela de Villa Viçosa, todos da sobredita Ordem, em cujas Orações brilhou a eloquência, não só por se tocarem muitos factos notáveis da História Portuguesa, e das Nações alliadas, mas por se descreverem as virtudes dos nossos amabilíssimos PRINCIPES, que blasonam de serem amigos da Religião, e dos seus Vassallos, por cuja defesa fizerão innumeráveis

¹⁷⁵ Cf. *Relação das Festas do Couto de Fonte-Arcada, no mez de Outubro de 1808*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1808: 3pp.

sacrifícios». Efectuou-se, a findar, uma procissão em que tomaram parte todo o clero secular e regular, muitas irmandades, o corpo da justiça e o regimento n.º 8, «que deu muitas descargas de Mosquetaria», quando se cantou o *Te Deum*, tendo-se iluminado a vila durante aqueles três dias e colocado na frontaria da Câmara, num trono de luzes, o retrato do príncipe regente D. João, bem como os de D. Maria e os do Príncipe e da Princesa, nas casas do Juiz de Fora. «Todos os ditos retratos, continua o autor da *Relação*, são tão brilhantes, e influirão tanto o Povo, que se ouvirão continuamente os vivas nascidos de júbilo e prazer por se figurarem presentes aquelles soberanos».

E se os religiosos e povo da vila se sentiram amedrontados, no tempo em que os franceses dominavam e o exército de Loison batia a região, os moradores do Castelo de Vide andaram, por tal razão, «fugitivos e dispersos pelo campo, buscando os sitios das penhas mais occultos e seguros para escaparem ao furioso inimigo». Acreditavam, desta forma, piamente que de todos estes males os havia livrado «N. S. da Alegria, Imagem de muita devoção, e por isso passou da sua Igreja do Castello para a da Freguezia de *S. João Baptista*, onde se lhe fez uma Novena, e depois função de triduo com Sacramento exposto nos dias 11, 12 e 13 de Novembro, em o qual pregarão quatro Oradores escolhidos, que desempenharão bem o seu Ministério e agradarão muito a este Povo, que não cessa de dar graças a Deus todo Poderoso, e à sua Protectora, que os salvou de perigo tão imminente».

De facto, todas as noites acenderam-se luminárias e na Câmara pôs-se novo retrato mandado fazer na capital, a Felizberto António Lisboa. Houve «Música instrumental e vocal, e algumas Odes, deitando-se muito fogo do ar»¹⁷⁶.

A situação, porém, em que ficara o país, após a expulsão do invasor, em virtude das vicissitudes que acompanharam a luta pela restauração da independência, constituía para as autoridades locais e para a regência uma herança difícil de gerir. E será de notar que, se o apelo feito ao povo e a colaboração por ele prestada resultaram, não deixaram também de dar aso a contemporizações e cedências prejudiciais à ordem pública.

¹⁷⁶ Cf. *Relação das Festas de Castello de Vide nos mezes de Outubro e Novembro pela Restauração de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1808: 1-4.

3. Da entrada de Soutl no Porto à derrota de Massena

A marcha de Soutl, rompendo vitorioso por Chaves até ao Porto, restabeleceu, no norte, o mesmo cenário de devastação, morte e resistência. A anarquia impera e o povo manifesta-se arrastado pela emoção e pelo descontrole, provocados pelo rápido avanço das tropas francesas. A execução de Bernardim Freire é um dos casos exemplares das circunstâncias dramáticas vividas.

De novo o discurso patriótico emitido, para retoma das armas em ordem à resistência nacional, tem evidentes conotações religiosas. Lembra-se o recente comportamento contra Junot e o passado da nação, tradicionalista e católico.

A proclamação da regência, publicada em Lisboa a 21 de Janeiro de 1809 e comunicada ao país, apela à intervenção directa do clero, dirigindo-se-lhe nestes termos:

«Os mesmos ministros da religião procurarão mostrar como têm já mostrado que são intrépidos soldados quando se trata de vingar os desacatos da divindade, os estragos da Pátria e os insultos da soberania. Trata-se de um combate, para se conservar, o que sempre se tem procurado desde a fundação da monarquia; a religião, os príncipes e as leis. E aniquilar os inimigos, manter a independência, franquear os mares, dominar as costas de África, vencer as nações do Oriente e estabelecer um vasto império sobre a mais bela parte do Mundo Novo»¹⁷⁷. E nem se esquece a referência à promessa Divina feita em Ourique a Afonso Henriques garantida pelas cinco Chagas de Cristo. Era o recurso ao passadismo histórico, ao imaginário nacional, à utopia.

Estava dado o mote para a intervenção no púlpito, em ordem a um novo levantamento patriótico, como, de facto, aconteceu.

A aproximação de Soutl faz estremecer de pânico o Porto onde os sinos tocam a rebate e os religiosos pregam em tons apocalípticos nos templos pejados de gente. O resto é sobejamente conhecido: a conquista da cidade, o desastre da ponte das barcas e o saque durante três dias¹⁷⁸.

¹⁷⁷ A proclamação, assinada por João António Salter de Mendonça, encontra-se transcrita em BASTO, Artur de Magalhães — 1809. *O Porto sob a segunda invasão francesa*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1926: 14-15.

¹⁷⁸ Ver: BASTO, Artur de Magalhães — *op. cit.*: 33-37, 90-92; TAIT, Geoffrey M. — *O Porto e a Guerra Peninsular*, in «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», Vol. XIX, Porto, 93-97. A versão da parte vencedora pode ler-se em: *Relação da entrada do Executivo Francez na Cidade do Porto*, in «Diário do Porto», Sábado 15 de Abril de 1809, n.º 2: 9-11. A invasão de Soutl, a campanha militar desenvolvida

A tentativa, porém, de captar a população, desencadeada nos meses posteriores, porém, não resulta. Na verdade, a maioria do clero mantém-se hostil e desconfia do alcance de medidas como a prisão, por suspeitos à religião e ao estado, dos clérigos que andassem sem coroa, sem insígnias, sem hábitos ou vivessem fora dos conventos a que pertenciam¹⁷⁹. E ficou sem eco o pedido feito aos pregadores para actuarem do púlpito no conhecido esforço de dirigir a opinião pública. Esse aliciamento foi tentado através do seu capelão-mor, o célebre Cónego Valério, prometendo Soutl aos que se decidissem pela colaboração gozarem das mesmas prerrogativas materiais dos oficiais do exército¹⁸⁰. Contudo, o avanço das tropas anglo-lusas para o norte e a reconquista do Porto conduziram ao desalojamento dos franceses da cidade e à sua perseguição pelas terras do norte até à Espanha. Batidos em fuga apressada, assistiu-se então a um cortejo de violências e retaliações em que os ânimos excitados dificilmente podiam ser contidos. E os mesmos actos gratulatórios encheram os templos. As procissões nas ruas e as pregações nas igrejas assinalavam os sentimentos experimentados.

A chama ideológica e patriótica permanecia viva e mais intensa, por

e a resistência armada das gentes nortenhas, com referências nominais ao papel interveniente e patriótico do clero, podem ver-se no circunstanciado estudo monográfico de AZEREDO, Carlos — *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, Museu Militar, 1984: 252 pp.

¹⁷⁹ Cf. BASTO, Artur de Magalhães — *op. cit.*: 233-234, n.º 266 (Fonte: «Livro dos Termos e Protestos» — Ms. do Cabido: 12v-12v). Segundo o Suplemento ao n.º 3 do *Diário do Porto*, de 28 de Abril de 1809, a p. 24, por decreto do dia 24 do mesmo mês, Soutl, invocando as leis da Igreja e do governo português, ordenou: «Se no tempo, que os Canones prescrevem, os Bispos, Beneficiados, Parochos, ou Conegos, que devem ser admoestados pelos seus legitimos superiores, não se restituirem as suas residencias, os superiores deverão declarar vagos os Beneficios, para serem providos por quem de direito competir».

¹⁸⁰ Cf. BASTO, Artur de Magalhães — *op. cit.*: 234, n. 2 (Fonte: Ms. do Cab., cit.: 11 v-12 v). No discurso de agradecimento à deputação do Porto, constituída pelas autoridades civis, clero, representantes de cada uma das ordens religiosas, nobreza, corporações judiciais e militares, que foi recebida por Soutl e lhe solicitou pedisse a Napoleão para lhes nomear um príncipe de sua casa, disse ele, a ser altura, ao louvar a intenção e afiançar os bons propósitos do seu governo: «os Ministros pois da nossa Santa religião, a cujas vozes presta sempre ouvidos o Povo, quando o illustrarão sobre os seus verdadeiros interesses, sejam os primeiros (e assim o espero) a dar-lhe o exemplo daquelles deveres, que nestas memoraveis circunstancias deve preencher todo o Cidadão; que Eu antecipadamente me lisonjeio de lhes prometter em Nome de S.M. o Imperador, e Rei, que deste seu procedimento se ha de fazer merecida estimação» Cf. *Diário do Porto*, n.º 4, Sábado 29 de Abril de 1809: 28.

certo, após a expulsão de Soult. A iniciativa continuava a partir de leigos como de eclesiásticos. Foi assim que na freguesia de S. Jorge, do concelho de Vila da Feira, o capitão de ordenanças da localidade, que tinha servido com distinção sob o comando do General Trant, querendo recordar, em Março de 1810, o que a população sofrera um ano antes, movido por sentimentos de solidariedade cristã, segundo o autor da notícia inserta em *O Leal Portuguez*, deu em sua casa um jantar a quatrocentos pobres da freguesia e terras vizinhas. No final, na igreja da paróquia, houve «devotas preces, pelas almas dos que falecerão naquella calamidade e piedosas acções de graças pelos incomparáveis benefícios da Omnipotencia, que se dignou libertar tão promptamente este Paiz de seus crueis inimigos». E refere que nessa ocasião pregou o abade da freguesia, Inácio António da Cunha, distribuindo o mencionado militar uma esmola de oitenta reis por cada pobre da freguesia e metade dessa importância por cada um dos de fora¹⁸¹.

Por fim, a 3.^a e última invasão, sob o comando de Massena, entrando por Almeida flectira através do Buçaco para Coimbra que foi saqueada. Embora vigilantes, o Porto e o norte acabaram por não serem atingidos. Mas nem por isso o clero deixou de actuar duplamente: mobilizando por meio do sagrado a resistência patriótica e incorporando-se no exército, alguns de armas nas mãos e outros na missão de capelões dos batalhões anglo-lusos¹⁸². Viveu-se, deste modo, em tensa expectativa, de Agosto de

¹⁸¹ Cf. *O Leal Portuguez*, ano de 1810: 308.

¹⁸² Na «Proclamação» dos Governadores do Reino aos Portugueses, datada de 1 de Junho de 1810, apelava-se para o patriotismo da nação, ante a ameaça de Massena, e lembrava-se nomeadamente: «Não se tracta só de salvar a Pátria de hum jugo de ferro; tracta-se tambem de conservar a religião de nossos Pais; de livrar a Mocidade Portugueza do terrivel sacrificio de ir acabar em Paizes remotos; de fugir ao opprobrio de seres tractados como escravos rebeldes; e de conservar a vida de tres milhoens de Habitantes, que perecerão victimas da fome, da desgraça, e da miseria, se a nossa amada Patria for subjugada». A nota religiosa era, pois, ferida e, com ela, recordava-se o dever dos eclesiásticos nesta mobilização geral: «Mas não bastão para salvar a patria as fadigas Militares; he igualmente necessario que todos, no lugar a que os destinou a providencia, desempenhem escrupulosamente os seus deveres: Os Ministros da Religião ensinando aos Povos as Maximas da Moral Christã, e as obrigações de Vassallos. Os Magistrados exercendo huma justiça imparcial, e facilitando as operações dos Exercitos com o seu zelo, e exacto cumprimento das Ordens que se lhe dirigem: Os pais de familias inspirando a seus filhos, e domesticos o amor da virtude, e a fealdade do Egoismo. Todos em fim devem concorrer para estreitar os vínculos sociaes, que constituem a força e a energia das Naçoens». Cf. *O Leal Portuguez*, 9 de Junho de 1810: 275-276.

1810 até Março de 1811. Não podendo avançar sobre Lisboa e ultrapassar o obstáculo das Linhas de Torres, Massena começou a bater em retirada.

No púlpito, os pregadores não viam, nos factos, senão o milagre esperado. Na sua perspectiva providencialista e messiânica, a nação fora uma vez mais salva e a promessa de Ourique prevalecia¹⁸³. O Portugal católico e legitimista via a liberdade da pátria afirmada e o trono mantido na posse de seu rei natural¹⁸⁴. Repetia-se o que sucedera na época restauracionista de 1640¹⁸⁵. E na memória e no imaginário da nação, em seu escopo tradicionalista, ficavam novos motivos para se continuar a acreditar num exaltante destino histórico. Só que a página voltada trazia germens eficazes de mudança que iam crescer até proliferarem na implantação do liberalismo. E, uma vez ainda, o clero exercerá importante papel, dividindo-se pelos dois campos em luta¹⁸⁶. Os meios a utilizar serão ditados pelas circunstâncias do embate: a palavra oral e escrita, no púlpito e na imprensa, e o manejo das armas, quando houve confronto militar.

Concluindo: a presença e intervenção do clero nortenho na situação conjuntural, vivida durante invasões francesas, foi sem dúvida assás influente, quando houve que desencadear a revolta contra o ocupante e alimentar a resistência patriótica armada.

A agressividade demonstrada era um reflexo do clima de exaltação patriótica, sentido e provocado na linha ideológica da união entre o Trono e Altar. O combate, como definiria Acúrsio das Neves, era o da guerra

¹⁸³ Ver, por exemplo, os sermões que na circunstância pregou o P.º José Agostinho de Macedo. Cf. SEPULVEDA, Christovam Ayres de Magalhães — *Dicionário Bibliográfico da Guerra Peninsular*, II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926: 244-245. Estas pregações foram objecto de uma comunicação, intitulada «A Revolução e as Invasões Francesas no sermonário do Padre José Agostinho de Macedo», que apresentámos ao Colóquio Internacional sobre *A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, promovido, de 9 a 11 de Novembro de 1989, pela Faculdade de Letras do Porto, a publicar nas «Actas».

¹⁸⁴ A denominação de rei legítimo e natural dada ao príncipe português, tiranicamente esbulhado do trono, é constante nos sermões por esta altura pregados.

¹⁸⁵ Cf. MARQUES, João Francisco — *A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640-1658*, II, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica — Centro de História da Faculdade de Letras do Porto, 1989: 15, 97-98, 122-123.

¹⁸⁶ Os exemplos abundam, mas não deixa de ser expressivo, no que se refere à região nortenha, o testemunho do pároco de Tebosa arquidiocese de Braga, P.º António José Monteiro, pertencente ao Arquivo Municipal de Ponte de Lima. Ver, *supra*, nota 25.

santa¹⁸⁷. Não se poderá, porém, deixar de ter presente que ele visava enfrentar também a difusão das ideias maçónicas, tidas como fruto da própria Revolução Francesa, que minavam, segundo o clero integrista e conservador, os fundamentos da Religião, da Pátria e da Ordem Social¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Ao falar da resistência do clero nortenho e da colaboração estreita na luta popular contra o invasor francês, José Acúrsio das Neves escreveu: «Era quase tudo paisanagem, algumas milícias e muito pouca tropa de linha, porque a não havia. Os clérigos e os religiosos faziam uma parte muito considerável desta expedição [do Tua até ao Cávado], e deve-se-lhes muito, não só pelo valor e actividade que despregavam, mas também pelo entusiasmo que sabiam inspirar aos povos. Um religioso autorizado e resoluto, um abade, ou mesmo um cura, à frente do seu povo, valia por um general: as suas ordens eram obedecidas sem réplica. Este mesmo espírito manifestou-se no clero por toda a parte do reino: era a consequência de uma guerra que tomava os caracteres de uma guerra de religião e de pátria; e os invasores deviam esperar este resultado da sua desinteressada e infernal política. Roubando indistintamente os povos, eles chamavam sobre si o ódio da nação inteira; atacando a religião nos seus princípios e lançando as suas mãos ávidas sobre os templos e sobre os bens do clero, faziam por duplicados motivos um inimigo implacável deste corpo numeroso de que tanto conheciam a influência sobre os povos». Cf. NEVES, José Acúrsio — *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste reino*, ed. cit., II: 125.

¹⁸⁸ A referência à maçonaria e às ideias, cuja difusão a corrente integrista católica e contra-revolucionária lhe atribuía, perpassa insistentemente neste intervencionismo polémico. Recorde-se que a tese de a Revolução Francesa haver sido fruto de uma conjura jacobina, em que se associavam o iluminismo, o filosofismo e a franco-maçonaria, ressalta da actuação do clero, no púlpito e na imprensa. Em 1738, o papa Clemente XII dera o tom na bula *In eminenti apostolatus specula*, de 28 de Abril, condenando o ideário maçónico que pugnava pela liberdade religiosa, separação da Igreja do Estado e limitação do despotismo monárquico. Bento XIV, em 1751, reforça essa condenação na bula *Providas Romanorum Pontificum*, de 18 de Maio, que continuará a ser feita pelos pontífices seus sucessores: Pio VII, Leão XII e Pio VIII.

Empenham-se os prelados portugueses nesta luta contra a maçonaria em pastorais obrigatoriamente lidas nos templos. Escritos polémicos, originais ou traduzidos, são publicados, o que não impede, segundo o Prof. Oliveira Ramos, nos finais do século XVIII haver em Portugal núcleos maçónicos importantes em Lisboa, Porto, Coimbra, Viana do Castelo e Madeira, contando entre os seus membros gente do clero. E o mesmo historiador acentua com pertinência: «O que se averigua das várias lojas, em matéria de recrutamento de irmãos, evidencia que na maçonaria ombreavam aristocratas, clérigos, militares, e elementos do Terceiro estado, entre os quais aparecem, em determinados núcleos, mestres de embarcações, capitães de navios, alfaiates e hospedeiros, posto que senhores de fortuna, pensa-se. No Porto, em Lisboa, os maçons mais avançados, no que toca a opções políticas, além de se constituírem, no dizer de um relatório [policial], em «*filósofos da presente época*», vergastavam, declaradamente, o «*trono e o altar*» e abonavam o «*governo dos franceses*», assim preparando o caminho para a sociedade liberal». Cf. «Reflexão sobre as Origens do Liberalismo em Portugal: Alguns aspectos», in *Sob o Signo das «Luzes»*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da

Importaria, por isso, confinarmos o âmbito e as motivações desta actuação que se insere, no entanto, num contexto vasto. E, embora tivesse um alcance imediato que se inscrevia na linha própria da sobrevivência de uma sociedade ferida de morte, reflectia, sem dúvida, uma cultura e um comportamento integrista que, aproveitando-se das virtualidades específicas mentais e geográficas de uma área regional, estava em consonância com o pensar e o sentir da esmagadora maioria da nação.

Moeda, 1988: 151. Para além do presente estudo [*loc. cit.*: 135-175], ver também do autor com elementos informativos do que passava, neste aspecto, no norte do país: *Para a História Social e Cultural (Fins do Século XVIII — Princípios do Século XIX)*, separata da revista «Bracara Augusta», XXXI, fasc. 71-72, Jan.-Dez. de 1977: 83-94. Veja-se também DIAS, Graça e José Sebastião da Silva — *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, Vol. 1.º. T. I: 11-31 (a Santa Sé e a Maçonaria) e 61-67 (o Santo Ofício e as bulas papais).

APÊNDICE

1. — Mapa da Região Norte de Portugal
2. — O Dragão e a Besta
3. — Napoleão carregado para o Inferno
4. — Anjo Custódio de Portugal
5. — Estampa do Senhor de Matosinhos
6. — Medalhas patrióticas
7. — Pastoral do Bispo de Lamego
8. — Cartas do Secretário do Bispo de Coimbra
9. — Proclamação do Arcebispo de Braga
10. — Proclamação da autoria de Fr. Joaquim Soares
11. — Oração gratulatória do Deão da Sé de Braga



1. Região Norte de Portugal

LEITURA DO PROSPECTO O DRAGÃO E A BESTA

CORPO LATERAL ESQUERDO

1.ª COLUNA

APOCALYPSE de S. João Evangelista

CAPÍTULO XIII

Descrição da BESTA e do DRAGÃO

1. Eu vi levantar-se do mar (a) huma BESTA (b) que tinha sete Cabeças e (c) dez Cornos e sobre seus Cornos dez Diademas (d) e sobre suas Cabeças nomes de blasfemias

2. E esta BESTA que eu vi, era semelhante (e) a hum Leopardo, e os seus pés como (f) pés de Urso, e a sua boca (g) como boca de leão (h) e o DRAGÃO lhe deu a sua força e o seu poder

3. E vi huma das suas cabeças (c) como ferida de morte e foi curada a sua ferida mortal (h) E se maravilhou toda a terra após a BESTA

4. E (l) adorarão o DRAGÃO, que deu o poder à Besta dizendo (m) quem ha semelhante à BESTA? E quem poderá pelejar contra ella?

5. (n) E foi dada à BESTA huma boca que se gloriava com insolencia (o) que pronunciava blasfemias e (p) foi lhe dado poder de fazer guerra 42 mezes

6. E abriu a sua boca (q) em basfemias contra DEOS para blasfemar o seu nome e o seu Tabernaculo e os que habitao o Ceo

7. E foi lhe concedido que (r) fizesse guerra aos Sanctos e os vencesse, e foi lhe dado poder (s) sobre toda a tribu, e Povo, e Lingua, e Nação

8. E todos os habitantes da terra (t) a adorarão aquelles cujos nomes não estão escritos no Livro do Cordeiro que foi immolado desde o principio do Mundo.

9. Se algum tem ouvidos (u) ouça

10. Aquelle que levar para o Captiveiro (v) Irá para o captiveiro aquelle que matar a espada importa que seja morto a espada (y). Aqui esta a paciencia, e fé dos Santos

11. E vi (z) outra BESTA que subiu da terra (a) e tinha dous cornos similhantes aos do Cordeiro, que (b) fallava como o DRAGÃO

12. E ella exercitava (c) todo o poder da primeira BESTA na sua presença e fez que a terra e os que oahabitão (d) adorassem a primeira BESTA, cuja ferida mortal tinha sido curada

13. E obrou grandes prodigios de sorte que ate fazia descer fogo do Ceo sobre a terra a vista dos homens

14. E seduzio (e) a os habitantes da terra com os prodigios que se lhe permitirao fazer diante da BESTA: dizendo aos habitantes da terra que (f) fizessem huma Imagem da BESTA que tinha recebido hum golpe de espada, e ainda estava viva

15. E foi lhe concedido que comunicasse espirito a Imagem da BESTA (g) e que fallasse a tal Imagem e que fizesse que fossem mortos (h) todos aquelles que não tivessem a Imagem da BESTA

16. E a todos os homens pequenos, e grandes e ricos e pobres e livres e escravos fará ter hum sinal na mão direita ou nas suas testas

17. E que nenhum possa comprar nem vender senão o que tiver o sinal ou nome da BESTA, ou o numero do seu nome

18. Aqui ha sabedoria. Quem tem inteligencia calcule o numero da BESTA. Porque he numero de homem o numero della he seis centos e sessenta e seis.

NOTA

No Cap. IX v. 11 se lê que o seu nome em Grego he APOLYON. Esa palavra achase escrita nas Biblias das diversas maneiras seguintes: Apolion, Appollyon, Apolygon, Apollyon. Em Latim se acha Nappolleon, Napoleon, Neappoleon, Neapoleon. Do que se segue que toda a escrita que se accommode a qualquer das referidas Originaes, não deve imputar se a erro.

Nota. O seu cognome proprio e uzado nos paizes que o reconhecem por Imperante, he o de Imperador, e em Italia competelhe mais o de Rei: E nos paes onde não he reconhecido como tal o seu Cognome he só o Bona Parte.

Vede pois a exactissima Verificação em diversas Linguas como se mostra em frente.

2.^A COLUNA

Exposição e Verificação exactissima

Bemaventurado aquelle que lê, e ouve as palavras desta Prophecia porque o tempo esta perto. Alias he chegado. Cap. I v. 3

(a) Napoleão da Ilha Corsica (b) Os sete Reinos Catholicos invadidos, ou subjugados. Vedes na Estampa, e Cap. XVII-10 (c) Os dez Reinos que elle fez. Est. e Cap. XVII-12 (d) Os titulos de Reis e suas consequencias são blasfemia porque só Deus he o factor, o Rei dos Reis

2. (e) Animal malhado, e que demonstra nesta a sua vista inconstância, Atheismo, Dan., Cap. XI-36 e hipocrisia (Jo Cap. XXXIV-30)

(f) O que demonstra a sua veleidade, e avareza (g) O que demonstra a sua voracidade e devastação por onde passa (h) Napoleão em quanto Diabo

3. (c) A Francia quando Napoleão veio do Egipto, e lhe substituiu a ordem, e a victoria

(h) Todos admirarao e pasmarao à vista deste caso, e com as victorias da França se humilharao o seu sistema

4. (l) Renderao obediencia a Napoleão que deu força à França.

(m) Estas as proprias expressoens que por toda a parte se ouvião.

5. (n) Assim se ve nas basofias e fanfarricas ou insolencias com que falao os Francezes (o) Tais são a denominação do Omni-potente, e outros só próprias de Deus.

(p) Do cap. XI v. 2.^o se vê terem principio desde o tempo em que os Gentios aos Francezes tem pizado com seus pés a Cidade Santa Roma e as Potencias Catholicas Portugal, Hespanha e Italia. E no mesmo concorda o verso 7 e seguinte.

6. (q) Deos olha todas as suas palavras e açoens como blasfemias e ofensas

7 (r) Aos principaes Povos Catholicos como Hespanha e Portugal, e desde este tempo correm os 42 mezes supra (a) quer dizer sobre todos os Reinos e Estados do Catholicismo. C. XI v. 2.^o

8. (s) Todos os reinos, Potencias e Estados do Christianismo a reconhecerão, ou lhe renderão Vassalagem e assim será visto: Mas sobre aquelles que perceberão neste erro, recae a reprovação de Deus aqui declarada.

9. (u) Quer dizer Attenção ao que se segue, que he importante

10. (x) Vivamos na certeza, que quem fas o mal hade pagallo, e se os bestialistas Francezes excedem a tudo em maldade, também o seu castigo e a vingança de Deos para com elles será sobre tudo (y) Na paciencia e sofrimento com resignação está o nosso merecimento

11. (z) Taleirand e o Senado ou Ministerio Espiritual e Temporal Francezes (a) Os ditos dois Menisterios semelhantes ao cordeiro por se denominarem Catholicos (b) Mas blasfemias, basofias e insolencias.

12 (c) Como tribunais executivos fazem cumprir as Ordens que lhes dimanão do Trono

(d) Rendessem Vassalagem e obediencia a Napoleão e Imperio Francez por elle organizado e Victorioso.

13. Prodigios de guerra e injustiça, de maneira que desafião a vezivel vingança de Deus: este o fogo do Ceo

14. (e) Da terra Catholica porque a graça da Prophecia he so para os Fiéis.

(f) Que se fizesse hum Codigo e que este se intitulasse CODIGO NAPOLEAO. He esta perfeita imagem da Besta: porque contem em si todos os seus sentimentos, he como o Orgão por onde elle falla a todos.

15. E este Codigo como Livro contem todo o espirito e fundamentos do Imperio Francez (g) E como fal falla e diz o que em si contem

(h) Quer dizer: que todos serão obrigados com penna de morte a observar as Leis e Decretos do mesmo Codigo.

16. Todos serão obrigados a pegar em armas para defender o Imperio e o mesmo Codigo. A arma pois he o sinal da mão direita. E o topo nacional o sinal da testa, que todos são obrigados a trazer.

17. Verificasse isto no chamado sistema Continental, que prohibe todo o Commercio e Comunicação com os que o não seguem.

Na palavra sinal da besta são com-prehendidos ou Aliados de França: por nome de Besta, os Francezes: e por numero de seu nome o que tem por apelido: Napoleão.

18. O numero delle he 666. Os Gregos, em cuja Lingua escreveo S. João o Apoc. regulavão a Aritmetica pelo ABC, da maneira seguinte

CORPO LATERAL DIREITO

3.^a COLUNA

Cap. XVII

Interpretação do Cap. XIII e outros

1. Então me veio fallar hum dos sete Anjos que tinha os (a) sete Calices e me disse. Vem cá, e eu te mostrarei a Condemnação da (b) grande Prostituta que está assentada sobre as (c) grandes agoas:

2. Com o qual os Reis da terra commeterao (d) as suas fornicaçoens, e que tem embedadado os habitantes da terra com o vinho da sua prostituição.

3. E tendome levado em espírito vi (e) huma mulher assentada sobre huma BESTA de cor escarlata, cheia de nomes de blasfemias, que tinha sete cabeças e dez cornos.

4. Esta mulher estava vestida (f) de purpura escarlata, ornada de ouro, e de pedras

preciosas, e de perolas; tinha na sua mão (g) hum vaso de ouro, cheio de abominação e da impureza da sua fornicação.

5. E estava escrito na sua testa este nome (h) *Mysterio*. A grande *Babylonia*. a *Mai* das fornicações e das abominações da terra.

6. E vi esta mulher (i) embebada do *Sangue dos Santos* e do *Sangue dos Mártires de Jesus*, e vendo a fiquei (k) em estremo admirado.

7. Então me disse o *Anjo*. Porque te admiras. Eu te direi o (l) *Mysterio* da mulher e da *BESTA* que a leva, e que tem sete cabeças e des cornos.

8. A *BESTA* que tu viste (m) era e ja não he; ella hade subir (n) do abysmo e hade ser precipitada na perdição e os habitantes da terra (o) cujos nomes não estão escritos no *Livro da vida* desde o principio do *Mundo*, se encherão de pasmo, quando virem a *BESTA* (p) que era e ja nao he.

9. E eis aqui o sentido disto cheio de sabedoria (q). As sete *Cabeças* são sete montes, sobre os quaes a *Mulher* esta sentada:

10. São tambem (r) sete *Reis*, dos quaes cahirão (s) cinco, resta ainda (t) hum, e o outro (u) ainda não veio e quando elle vier (x) importa que dure pouco.

11. E a *BESTA* que era o que ja não he (y) he a oitava, he tambem huma das sete, () e caminha a sua perdição.

12. Os dez cornos que tu viste, são (z) dez *Reis* (a) que ainda não receberão os seus *Reinos* (b) mas elles hao de receber o poder com *Reis* (c) huma hora depois da *BESTA*.

13. Elles tem todos (d) o mesmo intento (e) e elles darão a sua força e o seu poder a *BESTA*.

14. Eles pelejarão contra o *Cordeiro* e o (f) *Cordeiro* os vencera; porque elle he o *Senhor dos Senhores*, e o *Rei dos Reis*, e os que são como elle são os chamados, os *Escolhidos*, e os *Fiéis*.

15. Disse me mais o *Anjo*. As aguas que tu viste, onde a *Prostituta* esta assentada (g) são os *Povos*, as *Nações*, e as *Linguas*.

16. Os dez cornos que viste na *BESTA* aborrecerão a *Prostituta*, reduzilla hão a ultima miseria, despojalahão, comerlhe hão suas carnes e abrazalla-hão mettendolhe o fogo.

17. Porque (h) *DEOS* lhe pôs nos seus *Coracoens* o executarem o que he do seu agrado delle que he darem o seu *REINO* a *BESTA* até que se cumpra as palavras de *DEOS*.

18. E a mulher que tu viste (i) he a grande cidade que reina sobre os *Reis* da terra.

4.^a COLUNA

Exposição e Verificação exactíssima

Bemaventurado aquelle que lê, e ouve as palavras desta *Prophecia*, porque o tempo esta perto. Alias he chegado. Cap. I a 3

1. (a) Com as sete pragas de que tratão os Cap. XIV, XV e XVI

(b) A *França* a quem symboliza a *Prostituta*, que os *Francezes* levarão em porção ao *Templo*, onde lhe prestarão adorações, reconhecendo nella por unica *Devidade* os sentimentos da natureza. Este o symbolo de todas as prevaricações da terra

(c) As *Nacoens Catholicas* corrompidas pela *França*.

2. (d) Quer dizer que os *reis Catholicos* que se tem unido a *França* se hão corrompido faltando á justiça que ja mais lhes permitia semelhante facto.

3. (e) He a mesma Prostituta que em sentido Methaphorico se representa aqui dominando a França, e como principio e Symbolo das prevericações que ha produzido a Revolução: e para melhor verificação ate a sua effigie foi cunhada no dinheiro do tempo da Republica.

4. (f) Quer dizer de todo o fausto, grandeza, e prostituições mundanas (g) Este vaso significa os principios corrompidos e infernais, que adoptou a Revolução com os quais ha corrompido tantas Nacoens.

5. (h) O Mysterio he que a Revolução he a May fecunda das maiores abominações que tem visto o Mundo. Todas as seitas clamam contra as paixoes mas na adopção da Prostituta se adoptarao como Lei as mesmas paixoes.

6. (i) Esta França gloriandose do sangue, que ha feito derramar nos Povos Catholicos, e de suas injustas victorias (k) caso que faz estremecer

7. (l) Aqui se permite a explicação do grande Mysterio. A Besta que leva a mulher he a Revolução levando ao templo a Prostituta, symbolo das suas Constituições infernais

8. (m) Porque de BESTA passou a DRAGÃO; de Republica a Imperio; de Consul a Imperador

(n) E porque breve tem de acabar, estando completo o prazo que Deos lhe deu: e hade ser precipitada viva no Inferno. Vid. o Cap. XIX v. 19 (o) Entenda-se das Nacoens e pessoas corrompidas, que presistem, no erro (p) Esta dito, tambem porque a Cabeça França Cahio com a morte do Rei

9 (q) São os sete Reinos, cat. sobre os quaes tem ou tiverão influencia os principios Revolucionarios ou o CODIGO NAPO-LEÃO. Estes Reinos de Christo cairão e em seu lugar surgirão os Cornos, Reinos do ANTI-CHRISTO.

10. (r) Os sete Reis dos sete montes, ou Reinos supra, e são França, Hespanha, Napoles, Alemanha, Portugal, Sardenha e Etruria. (s) Cinco a saber: O de França, e de Hespanha, e de Nápoles e de Sardenha e o de Etruria. (t) hum O d' Alemanha (u) O de Portugal. Sebastião (x) porque ja conta sobre 256 an.

11 (y) Porque a contarem se os Estados do Papa como Reino são 8 alias são 7

12. (z) Dez Reis intrusos A saber, o de Hespanha e de Napoles, e de Italia e de Hollanda, e de Baviera, e de Saxonia, e de Westphalia, o de Wurtemberg, e de Suecia, e o de Roma (a) por serem intrusos (b) Por tais são obedecidos (c) Esto he logo depois da BESTA e assim se ha visto.

13. (d) Estão regulados pela mesma Cabeça que nos derige (e) Cooperão com a França na Guerra

14. Contra os Povos Catholicos (f) Afinal os mesmos Povos Catholicos hão de vencer. Só Deos he Rei dos Reis e não o Dragão que tambem o quer ser.

15. (g) As Nacoens subjugadas e abatidas a França e amoldadas por isso ao sistema Revolucionario são as que aqui se re-presentão.

16. Os dez Reis Criados por Napoleão afinal aborrecerão o sistema de Napoleão. Voltar--se-hão contra elle e contra a França e a dessolarão

17 (h) Estes Reis assim como são o flagello dos Christãos em quanto unidos a França, da mesma sorte serão o seu alívio quando voltados contra ella. São os instrumentos de que Deos se serve ja para a sua justiça ja para sua misericordia

18 (i) No sentido literal ha a Prostituta acima mencionada no Methaphorico he a Cidade dos Reis, e o Imperio Francez.

CORPO CENTRAL — 1.º PLANO

O DRAGÃO E A BESTA

Representados e Verificados em NAPOLEÃO E O IMPÉRIO FRANCÊS

NOTA

Napoleão em contraposição a Christo tem duas naturezas humana e Diabolica. Em quanto homem he a BESTA e emquanto Diabo he o DRAGÃO. Asi ao DRAGÃO he o Espirito Infernal que domina nelle. Também se entende por BESTA o Imperio Francez

NOTA

Esta BESTA e DRAGÃO segundo todos os Expositores he o mesmo que ordinariamente se chama ANTI-CHRISTO

NOTA

Se os sucessos dos Reinos Catholicos se descrevem nesta Prophecia, como se vê do Cap. XI. v. 2.º, por isso a Suecia e Prussia vv.ª se não contão como cabeças da BESTA

NOTA

S. João nos quiz mostrar nestes dois Capitulos todos os Caracteres, figuras, e circumstancias da BESTA e DRAGÃO e mostrando se aqui tudo tão perfeitamente verificado até será falta de Religião deixar de assentir

2.º PLANO

MIGUEL e os seus Amos palavrão com o DRAGÃO c. XII v. 7 Esta a suceder pois que a Profecia só olha o futuro

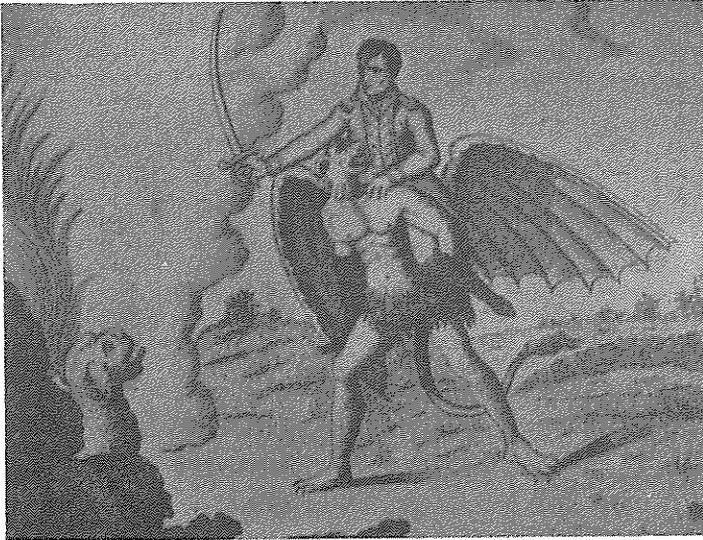
3.º PLANO

Temei ao Senhor e dai lhe gloria; porque he chegada a hora do seu Juizo, e adorai aquelle, que fez o Ceo e a terra, o mar, e as fontes das agoas. cap. XIV v. 7. Cahio, cahio aquella grande Babylonia, que sea beber a todas as Gentes o vinho da sua ira, e da sua luxuria. Cap. XIV v. 8. Se algum adorar a BESTA, e a sua imagem, ou trazer o seu caracter na testa, ou na mao, este tal beberá o vinho da ira de Deos: e será atormentado em fogo e enxofre diante dos Santos, Anjos e na presença do Cordeiro. Cap. XIV v. 9

4.º PLANO

Alemanha			
Vaso de abominação e impureza. Corrupção geral que fez a Revolução	Rei de Westphalia	Rei de Wurtemberg	Hespanhoes
	Rei da Saxonia	Rei da Baviera	
	Rei de Napoles	Napoles	Rei da Hespanha
Prostituta	Rei de Italia	Sardenha	Hespanha, segregada
			Portugueses
	Etruria		Rei da Hollanda
NAPOLEÃO BESTA e DRAGÃO			Rei de Suecia
			Rei de Roma
			Portugal já segregado
			Poder temporal
			Poder espiritual
			Imagem da Besta
			Codigo Napoleão
			Quem ha semelhante a
			BESTA? que pode patejar contra ella?
			Nações subjugadas
ILHA CORSICA			BESTA que se levanta da terra. C. XVIII v. II

A	1	Verificação em Francez	Neapolleon	Empeur	666
B	2				
C	3				666
D	4	Dita em dito de outro modo	Napoleon	Je	Empeur
E	5				
F	6				666
G	7	Dita em Hespanhol	Neappoleon	Emperador	
H	8				666
I	9				
K	10	Dita em dito de outro modo	Nappoleon	el	Emperador
L	20				
M	30				666
N	40	Dito em Italiano	Napoleon	Emperador Re	
O	50				
P	60				666
Q	70	Dito em Latin	Napoleon	a	Bonaparte
R	80				
S	90				666
T	100	Dito em Portuguez	Nappoleão	Bomnaparte	
U	110				
V	120				666
X	130	Dita em dito pondo no ABC o J depois do I	Napoleão	Bonaparte	



3. Curiosa gravura do tempo das invasões que representa o Demónio conduzindo o Imperador Napoleão para os infernos, in Alfredo Pimenta, *Elementos de História de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1936: 461.

O ANJO CUSTODIO DO REINO
 Exterminando de Portugal a Águia de Napoleão e a tropa Franceza



VICTORIA ALCANÇADA PELAS ARMAS BRITANICAS E PORTUGUEZAS NO SÍTIO DO VIMEIRO CONTRA OS FRANCEZES

EM 24 DE AGOSTO DE 1808

A. Lous de Covilha, alferes
 B. Espinosa, tenente
 C. Espinosa, tenente
 D. Tropa da Alameda
 E. Companhia de Artilharia
 F. Artilharia de Campanha
 G. Companhia de Artilharia
 H. Companhia de Artilharia
 I. Companhia de Artilharia

4. Estampa coeva anti-francesa alusiva à expulsão de Portugal das tropas de Junot.
 B. P. de Braga, Sala Barca e Oliveira (BO), d) Colec. de Estampas.



6. Medalhas com legendas patrióticas e um verso do poeta latino Virgílio, espalhadas pelo país após a rebelião do Porto, in Pedro Vitorino, *op. cit.*, est. XIX: 96.

7. Do bispo de Lamego, D. João António Binet Píncio B. P. M. do Porto, misc. 872

PASTORAL DO BISPO DE LAMEGO

D. João Bispo de Lamego etc^a. Fazemos saber aos Reverendos Parocos da Nossa Diocese que nas actuaes circumstancias he preciso pera conter alguma desordem dos Povos, e evitar grandes ruinas, fazer-lhes conhecer que pelos geraes principios da nossa santa Religião, pelas razoens proprias da humanidade e pelos motivos do público e geral interesse, já mais foi permitido offender ou insultar ao nosso Proximo, principalmente quando elle nos não provoca; e muito menos quando as ordens Augustas nos recomendão os bons officios de hospitalidade. Nestes termos se achão todas as Pessoas do exercito, que entrou e vai entrando nestes Reinos, com os protestos de affiançar tanto os effeitos da Sua amizade na nossa moderação como as da Sua vingança a ferro e fogo devastação e ruinas de Povovaçoens (sic), Villas e Cidades, se o mau comportamento de qualquer individuo destes tes (sic) Reinos desafiar a sua colera, por infamia, injurias ou offensas, que pratique, como pode succeder por falta de reflexão, poucos conhecimentos dos deveres da humanidade e mesmo por estragamento de juizo. Ao que devemos acudir, persuadindo a todos que não offendão por qualquer maneira a pessoas algumas do dito Exercito; antes os tratem como amigos, mesmo fornecendo-lhes o possível e justo socorro, de que precisarem fugindo /n' huma palavra/, tanto por amor do bem, como por temor do mal, de tudo o que poder escandalizar os Chefes e membros do dito Exercito. O que cada hum dos Reverendos Parochos, nossos Coadjuutores, deve fazer conhecer, e persuadir os seus Parochianos.

Lamego 9 de Dezembro de 1807.

João Bispo de Lamego

8. Cópia das cartas do secretário do bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. B.P.M. do Porto, misc. 872.

CARTAS DO SECRETÁRIO DO SENHOR BISPO DE COIMBRA

Bayona 18 de Abril de 1808 — Na que escrevi a V. merce 5.^a feira lhe dei parte ter chegado aqui o Impedador e o Rey no mesmo dia. Na 6.^a passou ele revista a tropa e no Sabado deu Audiencia a Deputação Portugueza. Recebeu-a com o melhor agrado e benevolencia perguntando a cada hum: quem era, o Seu cargo, e occupação. Disse que venerava e tinha em muito bom conceito a nação Portugueza, que nada tinha contra ella: nada contra o Principe senão o deixar se enganar pelos Inglezes, e nada contra a Caza de Bragança. Mostrou-se disposto a fazer quanto se lhe requeresse. Perguntou se querião que Portugal se unisse a Hespanha; mas fez esta pergunta com algum sorriso e como quem esperava resposta negativa, como com effeito se lhe deu. He pois necessario / dice o Imperador e Rey / saber se voz sois capazes de ser huma Nação / Voz entende se Portugal / e nesse cazo he necessario hum Rey. A França não pode lá ter hum Exercito nem Portugal sustentallo. Governo de Vice Rey não convem nem he bom Governo. Hade ser hum Rey, mas hum rey que tenha espirito Francez e que prezerve a Nação do Captiveiro Inglez. Que Mostrou não duvidar de que seja resituída a Caza de Bragança mas como ha de vultar / dice / essa familia do Brazil só se os Inglezes que a levarão a quizerem trazer. Emfim concludo: fazei as vossas Respostas digo Representaçoens por escripto Eu quero ouvir a todos e estou pronto pera ouvir cada hum em particular. E elle mesmo sem se lhe fallar fallou na Contribuição dos 40 milhoens, dizendo que já sabia ser excessiva, mas que a modificaria quanto fosse possível. Esta pois a Deputaçam muito satisfeita e bem esperaçada. Trabalha nas suas sessoens são nesta caza de S. Ex.^o, etc., etc.. A mesma Deputaçam he aqui muito respeitada, e faz grande figura. Vai hoje jantar toda ella com Champanhy Menistro dos Negoceos Estrangeiros.

Bayona 22 de Abril. Estavamos a partir pera Bourdeaux a comprimentar a Imperetris mas veyo noticias de que a mesma soberana chega aqui por estes dous dias. Aqui se acha Fernando 7.^o Rey d'Hespanha com hum Infante seu Irmão que vierão a comprimentar ao Imperador e tem lhe feito todas os obsequios. Corre vós que também virá aqui o velho Carolos 4.^o e a Rainha sua mulher enfim está Bayona com hum Congresso em si como talvez nunca se visse em cidade alguma de França fora de Pariz. He provavel que quando chegar ahi esta minha carta tenha já chegado a suspensão da Contribuição dos 40 milhoens que se afirma ter hido pera dois ou 3 dias por hum Correio. A Deputaçam Portugueza vai fazendo as suas sessoens e preparando-se pera fazer os seus officios perante o Imperador e Rey na forma da facultade que S.M.I. e R. se dignou conceder. As esperanças do bom exito não podem ser mais lizongeiros e gratas; Deos prospere tam importante negocio etc., etc.

Foram communicadas estas copias por Manuel Ferreira Velho Conego terciario em Coimbra, que já foi da familia do senhor Bispo etc.

PROCLAMAÇÃO Q'O ARCEBISPO DE BRAGA FEZ A TODOS OS SEUS DEOCEZANOS

A Religião a Patria, e a tranquillidade das vossas Familias, os Nossos verdadeiros interesses, tudo isto Valerosos Portuguezes vos convida a lansar mão as Armas para que com o mayor animozidade lancemos por terra estes Inimigos do Nosso sucego, e geralmente de toda a Europa.

As extorçoens que tem praticado no Nosso Paiz e as execcibas contribuiçoens, que em Nossa tribulação tem imposto estes verdugos da Homanidade para celarem a Nossa ultima desgraça, finalmente o sangue innocente, sangue de Nossos honrados compatriotas, que tão injustamente foi expargido na Villa das Caldas. Ah! Portuguezes cada hum destes factos atrozes, só por sy serião asás bastantes para que Nos todos e cada hum em particular Nos conspirassemos contra estes oppressores da Nossa Augusta Relegião, e das Respeitaveis Sançoens dos Nossos Prezados Monarcas o pezado jugo que Nos oprime he ja tempo de o sacudirmos. A liberdade este Dom, que o Ceo Nos deu pera Nos diferençarmos dos animaes Selvagens deve recobrar os seus antiquissimos direitos.

Sim briozos Portuguezes quando huma serie não interomper de males, e de infortunios pairesse querer abismar-nos no mais profundo pelago de clamidades, e de mizerias, quando huma pequena turma desses selerados, que ha mais de doze annos não vivem senão de roubos, e de rapinas pertendem seduzir nos reforçando os seus detestaveis crimes com os frivolos pretextos da Nossa felecidade assim como elles o forão ja com o mal entendido nome de Liberdade. Acazo deixar nos hemos ainda ilodir dos seus falços permetimentos?

Não Nos tem elles dado bastantes provas da sua perfidia, e dos seus embustes? A entrada do Exercito Francez no Nosso Reino mascarado com nome de protecção? e o seu fucturo proceder não fornece aos Luzitanos incontrastáveis sinaes do seu comportamento? E serão tão necios ainda os Portuguezes que consintão serem arrastados athe a borda do precipicio esquecendo-se das gloriosas accoens, que os Nossos Precedentes, cujos nomes ainda Nos motivão saudades tantas, e tão amiudadas vezes tem praticado, seja libertando a Patria do Estrangeiro, e ilegítimo governo, ou já adquirindo immortaes Louros em tão remotos Paizes, só por obdecerem as Sagradas Luz dos seus Legitimos Soberanos: Por insondaveis Decretos da Providencia Nos achamos prezentemente incombidos da vossa instroção, e obrigados a vigiar, e promover a Vossa ventura Esperitual, e edeficar-vos com os Nossos exemplos praza aos Ceos, que os seus effectos possão corresponder aos Nossos desejos: Maz ah! com que magoa a vamos repetir, temos visto oh! dor inexplicavel os Nossos Templos, o Tabernaculo de Deos dos Nossos Pays a Caça do Senhor profanada por estes secretarios de Satanas, Vos tambem o tendes observado: Meus Deocezanos, as mais ricas e apreciaveis peças que há tantos anos servirão de Ornamento, e de Magnificência aos nossos Templos e que nos forão roubados. Ehia portanto honrados e aguerridos Portuguezes com amor a imitação dos Nossos vezinhos tão zelosos do culto, e da Patria com amor a defender, e a vingar tantas injurias, e afrontas. O Deos dos Exercitos abençoará as Nossas Legioens, somos Portuguezes, somos Povo do Senhor, as suas promeças são infalíveis, o todo Poderoso asim o assegurou, e prometeo a Henrique primeiro Rey de Portugal, temão e tremão as Aguias Francezas das Nossas Quinas e experimentem o mesmo estrago que antigamente aqui mesmo experimentou a orgulhosa Roma.



PROCLAMAÇÃO.

PORTUGUEZES:

A Elevação do impio sobrepuja os Cedros do Libano, mas a sua duração he como a do relampago, e tão passageira como a do estrondo do trovão. Assim foi a desse *Monstro vomitado pelo Inferno* para opprimir a humanidade, assolar a Religião, roubar a terra, e calcar a seus pés os direitos mais sagrados da sociedade, da Religião, e da natureza. Seu Throno posto sobre perfidias, sobre roubos, sobre injustiças, e tyrannias bambeleava sempre que o *Tyranno* se assentava sobre elle, sem outras forças para o firmar, mais que a embolia, a mentira, e huma vil Tropa de partidistas malvaços, e materiais, que abjurando a honra, a Religião, o amor da Patria, e a fidelidade aos seus legitimos, e verdadeiros Soberanos, procuravao, como elle, infundir nas Naçoens este terror panico, com o qual só tem colhido rapinas, derramado sangue, cómettido sacrilegios, e atropellado tudo. Este terror acabou, e com o seu fim, se inda não está, não tardará a cahir, e ficar por terra o Throno, a elevação, e a brutalidade do impio, do ambicioso do malvado *Bonaparte*. Suas perfidias chegárao ao seu cumulo, e desde este momento começárao a descahir. A roda da fortuna para elle, e para nós de desgraças parou no ponto em que seus atrevimentos, dezaforos, e impiedades, não podiao passar avante. A Historia não conta factos taes, quaes a Europa vio nos nossos dias. Seu systema totalmente avesso de todos os direitos, e ideas politicas, sociaes, e religiosas, não podia ser de dura; nem o Ceo podia soffrer mais tempo hum saiteador, e hum barbaro pior que os Neros, os Caligulas, e os Dioclecianos. Graças ao Ceo, que já os olhos estaõ abertos, já estaõ conhecidas, suas intrigas, as compras, e suas maldades. Sempre pensei, e estive persuadido, que isso, a que seus *Partidistas* chamaõ gloria, e heroicidade, era devido ao terror panico, e ás compras, e que só os Póvos levantando-se em massa podiao acabar por huma vez de sacudir o pezado jugo com que os opprimia; e esmagar essa fera péssima, e soberba, que com huma vil porção d'outros iguaes a elle em sentimentos, e character os queria espezinhar, e reduzir á escravidão. Os *Franceses* são mais fracos, que os Póvos das outras Naçoens, mais mentirosos, mais velhacos porém, que ellas: he só a estes dous Crimes que elles devem as Conquistas que tem feito. Vós mesmos vistes a do nosso *Portugal*: vistes a de *Hispanha*, e como estas foraõ todas as outras. Digaõ o que quizerem em nada os acrediteis; sua *Protecção* he roubo, a sua *felicidade* he miseria, a sua *bravura* he medo, he *fraqueza*. Os *Franceses*, que inda existem entre nós he hum bandido de crianças para os quaes basta só hum *Portuguez*. Tende pois animo, e valor para continuar a gloriosa acção que começastes. Confiai no Sáo, e providente Governo que elegestes, e deste modo será epoca em todas as idades, a vossa coragem, e repetiremos em todos os tempos nã, e os nossos Vindouros, Viva o nosso Augusto PRINCIPE, Viva *Portugal*, e Viva o Valor, a Honra, e a Fidelidade dos *Portuguezes*.

Fr. Joaquim Soares.

Porto. Na Typographia de Antonio Alvarez Ribeiro.

ORAÇÃO GRATULATORIA

P E L A

RESTAURAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL,

R E C I T A D A

NA SOLEMNIDADE, QUE EM ACÇÃO DE GRAÇAS FEZ CELEBRAR
NA CAPELLA DO PAÇO ARCHIEPISCOPAL

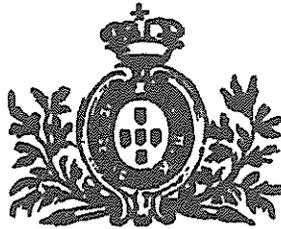
O EXCELLENTISSIMO , E REVERENDISSIMO
ARCEBISPO PRIMAZ DE BRAGA ,

E O F F E R E C I D A

AO MESMO EX.^{MO} E REVERENDISSIMO SENHOR..

P O R

D. LUIZ ANTONIO CARLOS FURTADO DE MENDONÇA
DEÃO DA SÉ PRIMAZ , E VICARIO GERAL DO ARCEBISPADO.



C O I M B R A :

NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

1 8 0 8.

Com licença do Governo.

Vidi impium super exaltatum, et electum sicut Cedros Libani, et transiit, et ecce non erat.

Ps. 36. v. 36.

Estalaria já os pesados ferros, os duros grilhões, as insupportáveis algemas, com que o mais impio Tyranno do Universo affligia, e vexava em captivo infâmico, a mais bella, a mais formosa Rainha das Nações. Passou o tormentoso Inverno de tantos males, desgraças, e susos, que repressário os nossos corações, e succedea-lhe a alegre Estação da mais doce alegria: que engrossando a caudalosa torrente dos nossos infortunios assolava o Reino, e a Patria: Acalmáram os ventos furiosos, que soprando indomitos, e desencadados, pretendião revolver, e derrubar o Throno, e o Altar: Trocou-se incitramente o nosso destino; e até o Impio, que ousado formava planos de grandeza, que o Senhor reprovou, cahio do mais alto cumo da sua elevação, ao mais profundo abismo do nada, vio fugir-lhe n'um momento a gloria, a fortuna, a opulência, que o exaltavão sobre os Cedros do Libano, e desaparecção elle mesmo dos nossos olhos. *Vidi impium* etc.

A sombra da linda imagem da amavel virtude, jurando aos Ceos a fé mais pura, e aquella estreita amizade, que lhe filha da similhaça, e da igualdade, prometendo á Nação inteira *protectione*, e *auxilio*: este impio Sberbo, que se emboçára na Hespanha para enganar dous Soberanos, para roubar dous Thronos, quer sentar-se nelles fazendo-se respectar á custa do sangue, e das lagrimas de tantos desvalidos, que são victimas fizes de acas enganos, de seus roubos, de seus insultos,

2 3

de sua tyrannia, e de sua carnagem; mas ao tempo que levanta o colosso de sua grandeza, humta pequena pedra desfiáz esta formidavel Esatua, hum leve sopro apaga tão brilhante luz, e o impio, que eu tinha visto exaltado sobre os Cedros do Libano, já não existia, nem mesmo vestigio delle, quando o procurei. *Vidi impium* etc.

Pallido, e macilento o rosto, desfita em lagrimas, trajado o manto lugubre da viuvez, chora *Levia*, choravão todos, o desastre infando da sua orfandade, e do seu azar; não cabia no peito a dor; mas igual á honra, e á fidelidade não soffre mais insultos: Eis com raivosa mão enalha, e grava nas suas Praças mais públicas este Epitafio terrivel, *Vingança*, *Portuguezes*, *Vingança*, e só *Vingança*; acorda a Nação, Portugal se arma, e os filhos dos antigos Heroes mostrão que são tambem Heroes. O animo, e o valor dos *Albuquerquez*, dos *Camus*, dos *Castroz*, e de todos esses Heroes famosos, que fizeram a honra da Nação, e assombração o Universo inteiro, trahordando dos peitos, se devisão pintados nos rostos de cada hum dos Portuguezes, bravos Soldados pegão ás armas, levam-se *Excercitos* respeitaveis, a Nação em massa defende a Causa. Retornão nos Campos da batalha Obuzes, Morteiros, Granadas, Bombas, toldão-se os ares com o negro fumo da grossa Artilharia, gemem os mares com poderosas Armadas, e a morte encarando por toda a parte com esse bando de Salteadores, que sem direito algum invadião Portugal, ou os deixa victimas das nossas armas, ou os poem na mais vergonhosa fuga, quaes Camos velozes, a quem persegue o Caçador.

Quasi em hum momento apparece vingada a Religião, a Patria, a Nação inteira, e o seu Soberano. *Jurat*, *Labore*, *Thronis*, *Lauros*, impios, onde estaes?

Onde os lauros de *Marengo*, de *Austerlitz*, de *Jena*, e de *Friedland*? Onde a vossa gloria, a vossa sobriba, a vossa cle-

vação em Portugal? Ah tudo desappareceu, semelhantes ao im-
pio, não ha nem ao menos resto de tacs homens! *Vidi im-
pium* etc.

Oh dia feliz, dia sempre fausto, e memoravel, dia de
consolação, e de prazer, dia da nossa Restauração! o Ceo
abengeoe a tua risonha Aurora; (o Ceo, que se dignou de aben-
goar este Paiz, que he seu, afaziando d'elle a escuridão,) con-
serve a posteridade sempre a tua memoria, e respeite o tempo
o teu anniversario. Anjos tuetares de Portugal, Espiritos Celestes,
disponde-vos, inspirai os Canticos melodosos, com que os Por-
tuguezes vão render ao Eterno as devidas acções de graças, pela
sua liberdade e pela sua Restauração.

Levantai, Bracharenses, levantai devotos as mãos aos Ceos,
dondc emanou o vosso auxilio, e humilhados ante o Throno
magtoso da quelle DEOS vivo, soltai toda a ternura de vossas
almas, e esgotai toda a sensibilidade de vossos corações: fazei
subir á sua presença o incenso de vossas rendidas homenagens,
e o grato perfume de vossas fervorosas Orações. Eu vou inflama-
r-vos, pondo á vossa vista o brilhante quadro dos recebidos
favores; o magtoso raso da beneficencia do nosso DEOS, que
compadecido da nossa sorte, nos restituiu em hum mumento
a antiga gloria, o Throno, o PRINCIPE, e a Religião, e os
pungentes motivos do nosso eterno reconhecimento. Eis-aqui
n'hum só ponto todo o plano d'esta Oração.

Oh feliz, e mil vezes feliz eu, que á vista dos meus Con-
cidadãos, tenho a honra de levantar a voz, e de engrossar com
ella cheio de júbilo, e de prazer, o brado geral da Nação! Oh
meu PRINCIPE, diz ella, delicias dos Portuguezes, Pai de
teus Vassallos, o Monstro está vencido, seus secretarios em ferros,
teu Reino restaurado, tuas Armas descobertas, tuas Bandeie-
ras tremulando; e nós que por força arrancamos da mão, e da
cabeça do *Jyanno* o Sceptro, e a Coroa, que vos roubara,

collocando-os de joelhos ante o teu busto magtoso, grotescos
clamamos, aqui tem o Sceptro, e a Coroa; sede o nosso Sobre-
zano, que nunca reconhecerá outro nossos corações. Abençoi,
Freiado Amavel, os Votos do vosso Subdito; se fallo a lingoa-
gem da verdade, do reconhecimento, e do amor ao meu Soberano,
que aprendi desde o berço; meus sentimentos se aperiçoarão
com o vosso exemplo, e á vista daquella constante, e animosa
fidelidade, pela qual sem ter já mais prostrado a tua penna em
loavores dadas a esse *Jyanno*, mandaste com perigosa anti-
cipação tirar seu Nome da Collecta, e descobrir as Reaes Ar-
mas, a despeito de seus despotismos, e da vil intriga, que a
calumnia, e a adulação de perfidos traidores tecião já contra o
vosso zelo, e patriotismo. o

Accitai, Nação generosa, este teatruminho do meu respeito,
e da minha vassallagem, e honrai com a vossa beneficencia á
vez que em teu abono se faz ouvir.

Colhei entretanto, illustres Bracharenses, as palmas, tecci as
coroas, com que de novo se haja de ornar a frente Augusta do
nosso Amavel PRINCIPE.

E vós, SENHOR, purificai meus labios, e assisti-me com
a Vossa Graça, por intercessão daquella Virgem, que foi toda
cheia de graça.

o Escrivão e Reverendissimo Ambispo Prima subido, que no dia 6 de Junho é
brás titulo de Hieronymo presidiu no Pare o General *Severin*, e os mil *Vassallos*, que ali
se achado, mandou no dia 8 do mesmo mez Ordem á Cathedral para que se tirasse a Collecta
e Nome de *Majestade*, substituídos os de S. A. R., e se desenterrasse as Armas Reaes, que tita-
das caberam no Principado do seu Paiz.

D I S C U R S O.

Nós não podemos formar huma idéa mais adequada da grandeza de qualquer beneficio, que se nos concede, como pela horrivel, e affrontosa imagem dos males, de que elle nos livra. As luzes brilhantes, que ferem os nossos olhos, já mais nos encantão, como quando succedem ás negras trevas, que antes apalparamos; nem ha quem conceba melhor os generosos sentimentos de hum beneficitor, do que aquelle mesmo, a quem elle solta das pesadas cadeas, que arrastava no triste lugar do seu captivo.

Para entrar-mos pois na devida, e profunda admiração do beneficio, que o Ceo acaba de conceder-nos na feliz e desejada Restauração do nosso Reino, devemos entrar na melancolica reflexão dos males, que nos opprimirão, e renovar a ferida, sobre que já tem entornado a mão do SENHOR, o mais suave balsamo.

Oh! E quem poderá desenvolver o montão de desgraças, que a barbara invasão dos Francezes em Portugal causou a este Reino, que até então era o asylo da paz, e da justiça?

Não foi, que huma Nação Estrangeira, rival, e inimiga, se arrogaesse o direito de destruir as nossas Leis, obrigando-nos pela força das armas, em consequencia de suas victorias á aceitar Instituições novas; não foi, que abusando do seu poder, e de suas prosperidades, hum Conquistador soberbo voltasse contra nós suas armas por sentir, que lhe vacillava o Throno, e a Coroa pelo systema, ou emulação do nosso Gabinete; d'esses escandalos tão raros ainda se encontram exemplos, nos tristes annos do Genero Humano: Foi, e quem o acreditará para o futuro, que homens tão des-carados, que se proclamação *Restauradores da Justiça, da Liberdade, e do Direito*

b 3

Natureza, que elle mesmo subvertério; que hum homem obscuro, sentado pela mão da *tyrannia* em hum throno usurpado, em torto do qual ainda fungea espozido o sangue do seu legitimo Soberano, costumou a negar com as Couros da Europa, coberto, e executou o vil projecto de roubar tambem a de Portugal, prostituindo indignamente as palavras de Virtude, de Generosidade, e de Justiça, que reclamavão a fidelidade aos Tratados, e a observancia das sagradas Leis da honra, e de todos os direitos; e he esta monstruosa novidade, que ha de fixar a opinião dos acultos futuros a respeito do caracter, e dos principios do Governo Francez. *Vidi impium etc.*

Portugal, que havia esgozado o Escuro da Nação, para poupar o sangue dos Vassallos, que havia sacrificado todos os seus interesses, e até se havia unido no Continente a esse *Usurpador*, não merecia, nem podia lembrar se, que tão ambicioso, como iniquito, elle attentasse illudir com escudo de paz, com perfida traição hum PRINCEPE seu Alliado, e que suas Tropas a marchas forçadas, com promessa de não cometerem a menor hostilidade, se dirigissem mui particularmente a cometer o maior nosso Amavel Sobrano. *Vidi impium etc.*

Parece, que entre os deitos da *tyrannia* brotava a mais infame ateivosia raios de odio, de carnagem, de desolação contra a Beneficencia, e a Amizade, e que a impostura envernizando com a linguagem da *proteção* as tramas, que hum silencio do seu encubria, marchava na frente desse exercito, que nos invadio, enganado elle mesmo pelas vãs promessas de seus Generaes. Ainda enão a hospitalidade, a paz, a Amizade acolhição em seus braços com todo o desvelo a perfidia, e a traição: pôde mais em nossos peitos o amor, e a obediencia ao PRINCEPE, que mandou aquartelar, e prover de todo o necessario este Exercito, do que a voz de nossos corações, que bradava contra

a sua *proleção*; mas nem assim se confundiu o impio: ante: sobre os proprios remorsos de sua Consciencia, levantou novos planos de alevosia, e de traição: Não se envergonhou de conquistar hum Povo, que sem coacção vestia os seus Soldados rotos, e nus, e que nas proprias Casas lhes cedião as suas camas, e o seu alimento: não se envergonhou de querer *injur-* *par* hum Reino, que elle mesmo a titulo de Amizade havia embebecido; e longe de desistir de seus projectos, com rebel- dia á mesma natureza, se avança presuroso a dilacerar a Na- ção, que o encheo de beneficios; e rematou a ingratiidão com a infamia da humanidade os projectos da ambição, e da alevosia, *Vidi impium* etc.

Mas que importa, que a impiedade se conjure contra a sã Virtude? que importa, que labios iniquos occultem o veneno do *Aspidé*, e huma lingua dolosa falle a linguagem do engano? *Cogitentur consilia, que non potuerunt stabilire.* O SENHOR tem sempre seus olhos sobre o justo, e ouve benigno as suas supplicas, assim como guia os seus passos, e quando caher poem de baixo a sua mão, para que se não magoe com a queda. O PRINCEPE Augusto, formado pelos moldes do seu coração, e que elle havia sentado sobre o Throno, que elle mesmo tinha formado, não podia ser indifferente ás suas vistas, para que houvesse de ser victima de tão negra traição; nem esta podia já mais prevalecer contra as maximas da sã politica, que tem por bases a Religião, a Verdade, a Justiça. Embora esse homem sem fé, sem probidade, sem palavra, com lisonjeiras expressões d'amizade, lhe offereça a sua *proleção* para o illudir, e o PRINCEPE sabe responder-lhe; voltou-lhe as costas, fez-se á vela, *Non vidi justum derelictum.*

Porém que lastimosa scena se a'ive a meus olhos? Este lan- ce, que faz desmatar a *Juno*, e vacillar a *Nepheo*, que trans- torna em hum momento os planos, que a ambição, e a perfidia

de tanto tempo traçava, he sem diávida o lance mais critico do nosso azar, pela perda irreparavel do catinioso Pai da nossa amada Patria.

Sim, apenas na Capital se espilha a noticia agnaveira dos funestos desastres, que nos amação, huma consternação geral enluta os corações de todos os Portuguezes, tudo he pertur- bação, tudo afflicção. Grandes, e pequenos, Anciões, e Man- cebos, Ricos, e Pobres, o Povo todo, assustado, confuso, e atribulado, dirige aos Céos votos de amor, e de fidelidade pela segurança do seu PRINCEPE, *Domine solvum fac regem, et exaudi nos in die, qua invocaverimus te.* O PRINCEPE trespassado do amor de seu Povo, zeloso da sua felicidade, e de poupar-lhe o san- gue, á custa de todos os sacrificios, que possa fazer, no meio de tanta tribulação, só pôde encontrar auxilio na sua Religião, na sua virtude. Postrado aos pés dos Altares, como *David*, elle diz ao SENHOR, *Iti, qui oves sumi, quid fecerunt, ut- tatur electio manus tua contra nos:*

He com tudo necessario, em beneficio da Nação, que este PRINCEPE se sacrifique, e a Real Familia aos perigos, e in- cõmodos de huma prolongada Viagem maritima, e que divi- dido entre a saudade e a prosperidade do seu Povo, que he obri- gado a deixar, lhe dê as ultimas provas do seu cuidado, e do seu amor por elle. Nós as guardamos em nossos corações, nós as recebemos, quando depois de prover á nossa fortuna pelas providencias do governo, que nos deixou, e pela acerrada es- colha daquelles, a quem o confiou, elle inviolou em nossos peitos a mais constante saudade, com as lagrimas, em que na- davão seus olhos enternecidos.

He PRINCEPE Amavel, apoio do nosso Imperio, penhor da nossa felicidade, ide salvar a vida preciosa, de que tem de- pendido, e dependerá ainda as nossas vidas, ide que a vossa imagem Augusta, gravada já em nossos corações, estará sempre

debutada ante os nossos olhos: mil vezes felizes os Vassallos, que vão ter a honra de obedecer o PRINCIPE, a quem já tinham a fortuna de obedecer! elles te guardem, elles te defendão com fidelidade igual ao nosso amor; e as nossas lagrimas o testemunhãõ sempre, até que o nosso sangue possa rubricá-lo.

Lá vai aucando as ondas, pôr entre magrestosa ala de soberbas Nãos Inglezas, aquella que dentro em si guarda o Soberano, e as esperanças do Reino, e a paz de si leva os olhos, e os corações dos Vassallos; escapou o justo ás mãos dos filhos dos estrangeiros, e o impio ardentê em raiva, range os dentes, e desperta, vendo triunfar de seus ardis, aquelle a quem desejava perder. *Pecator videbit.*

Não tarda, que entre na Capital o Exercito Inimigo, e o Ceo irado parece annunciar, e aborrecer a sua chegada; huzenda tempestade, que desencadeando os ventos, açoita com as ondas os Ceos, e a Terra, toldando os arcs de densas nuvens, que de si despedem furiosos raios, densos chuveiros, roucos trovões, e coruscantes chamas, horrenda tempestade, dilgo, que parece desencaxar de seus cixos o firmamento, he pregoeira do desastre nciando de Portugal na perda do seu PRINCIPE, e na chegada dos *Tyrannos*; he occulto aviso da convulsão violenta, que em breve tempo havia de desorganisar desde o Throno do Soberano até á Cabana do Pastor, tudo quanto a Religião, e o Estado tinham organizado em beneficio do Povo.

Ahi se troca derrepente em violenta rapina essa fementida *promissão*, que se nos prometia; o Throno, as Leis, os Costumes, os Privilegios, as Propriedades, os Vazos Sagrados, os Movers do PRINCIPE, e dos particulares, tudo he roubado n'hum instante, aos seus legitimos possuidores, e convertido no uso d'esses *Usurpadores*; ali começa a fantasitica regenera-

ção pela libertinagem dos costumes, pela destruição das familias, do comércio, da industria, e da agricultura, pela desorganisação dos Tribunaes da Justiça, e da Fazenda, e pela escravidão indigna a que nos reduzem; á defeza dos nossos forros substituem aliciosos a sua occupação, e o auxilio que nos prestavão degegerou em Conquistista. *Vidi impium super evasitatem.*

Guerrheiros de todos os seculos, de todos os Paizes, de todas as idades, levantai vossas cabeças lá do fundo d'esses Maudsolcos, vinde julgar a nossa Causa.

Qual he o direito, que auctorisa a falsidade de entrar hum Exercito em territorio estranho, offercendo suas forças em auxilio d'elle, e encontrando pela mais justa retribuição todo o agasalho, para desarmar sem resistencia esta mesma Nação: desarmada, declarar-lhe a guerra, e logo sem interrupção julgá-la por Conquista sua? Qual a barbara Lei, que auctorisa a cobardia, e a fraqueza dos Francezes, para invadirem, usurparem o Throno de Portugal, para decidirem de sua Vacatura pelo fundamento da ausencia de seu Soberano para outros Estados seus. para se arrogarem a propriedade dos seus Palacios, dos seus bens, e dos nossos, e para nos imporem a titulo de resgate d'ellas, huma Contribuição de quarenta milhoões, tão extraordinaria, tão excessiva, tão injusta na sua imposição, como no modo da sua cobrança?

Qual o crime do Soberano, dos Vassallos, que o esquivão, da Nação inteira? Ah sem dúvida nenhum outro, senão a innocencia, mal vista sempre pelo impio. *Sed et in insidiis cum insidiis in ecclesiis, et interficiat innocentes.* Qual finalmente a Lei, que faculta roubar á sombra da amizade, *rapere pauperem, dum attrahit eum*, e elevar-se sobre a fraqueza? *Dum superbit impius incendiar pauper*: Ah sem dúvida a impiedade orgulhosa, que firma o Throno do *Tyranno Usurpador* de toda a Europa. *Vidi impium* etc.

Oh DEOS! Quem poderá fazer a simples enumeração dos átrozes delictos de tão bárbara gente? *Delicta quis intelligit?* O vosso patrimonio não escapou á sua ambição, os vossos Templos profanados, mil vezes foram convertidos em lupanares immundos: *Deus, venerunt Gentes in haereditatem tuam, polluerunt templum sanctum tuum*: Altivos, e soberbos ousarão atacar tua Religião Santa, sem a professarem pertencidêrão reformá-la: a mais ainda se atreveo o impio, roubou teus attributos, semelhança a *Lucifer* quiz ser, chamou-se Omnipotente, como vós, e sendo o monstro mais horrendo, que o Inferno tem vomitado para desgraça da humanidade, e para ruina da Igreja, e dos Estados, atreveo-se a chamar Divina a sua Missão. *Vidi sapientem* etc.

Sobre o Throno Augusto, zombado alçivosamente ao melhor dos Soberanos, sentada a impiedade, a cada instante insultava com expressões infames o PRINCIPE, o Governo, e os Vasallos: em torno d'ella, e sobre os degrãos do mesmo Throno a ambição mais desmedida, com inextinguivel sede das honras, das Dignidades, e dos bens, empreçava nos Lugares Públicos, e respeitaveis do Governo homens sem nome, sem nascimento, sem educação, sem conhecimentos, o opprobrio da humanidade, o desprezo da mais vil plebe; a crueldade, apagando ainda os vestigios da piedade, que ali reinava, dictava leis de sangue, e fazia o mappa dos Cidadões horrados, dos venerandos Sacerdotes, que na urna nefanda do crime crão destinados á morte; o crime aguilhonando a Virtude, e o reconhecimento, requeirta com mão liberal os pyemios, e recompensas a vis traidores, desros na arte da lisonja astuta; o despotismo em fim calcando aos pés a justiça, e a razão, extorquia á força, de peitos sempre leaes, vozes de infidelidade: e de accordo com a mentira, enganando a Nação, e o Mundo inteiro com fábos, e indignos escriptos, promettia fantásticas

fortunas, e espalhava noticiacias de factos nunca acontecidos. *Vidi impium* etc.

Assim desorganizada pela mão da desordem a Constituição do Reino: desarmados, ou desterrados os seus Soldados, abaritada a Nobreza, insultado o Clero, escravo o Povo; sobre as ruinas de huma Nação opulenta, industriosa, e culta, levantário a sua fortuna esta corja de plebeos atrevidos, que vimos figurar no Santuario da Justiça, e da Magestade (eu não quero manchar meus beiços, proferindo os seus nomes); e a soberbia de seus corações altivos, só ousamos que oppòr em silencio, prohibidos até de chorar, huma confiança firme em o SENHOR. *Hi in curribus, et hi in equis, nos autem in nomine Domini nostri.*

Mas que, Fieis! *fallax equus ad salitem*; não he na força do seu poder que o poderoso se ha de salvar; nem o Gigante pôde confiar na sua força extraordinaria; a paciencia dos desgraçados não ha de ser sempre frustrada, DEOS vigia sobre aquelles, que o temem, e que n'elle confião, e cançado de soffrer tantas maldades confundio os Inimigos do seu Povo, e libertou a *Israel*. *Ipsi obligati sunt, et ceciderunt, nos autem servavimus, et erecti sumus*. Atalhou os progressos do impio, fez huma nova partilha, deo a Portugal o que era seu; Portugal ficou sendo Portugal; e de seu Throno cahio, do Reino foi expulso o impio, que o occupára. *Transiit, et ecce nos erat.*

Dias memoraveis, dias felizes, vós ereis emalhados em caracteres d'ouro nos fastos da Monarchia Portuguesa, ereis aplaudidos, e festejados pelos seculos futuros, ereis conservados na memoria da Nação até á mais remota, e longeva idade: Dias venturosos, em que desenrolando as Bandieiras Portuguezas, a fidelidade ao PRINCIPE, venceo o medo do *Tyranno*, e fez retumbar de huma a outra Cidade, de huma a outra Provincia, estas dous Cantos: „Viva o PRINCIPE, Viva a Na-

ção, Vivão os Portuguezes : „ Dias tão descaçados, e os mais insustentados, que tem raiado em o nosso Orisonte, vós seréis transmitidos de pais a filhos, de geração em geração, sempre com solemnidade como hum penhor eterno da Misericordia de DEOS.

Ita sunt dies, quos nulla unquam delibit oblitio, et per singulas generationes cuncta in toto Orbe Provincie celebrabunt stridentibus ut omni studio dies ista solemniss sanctitretur in posterum.

Oh PRINCIPE Soberano, oh Fai carinhoso, quem me depra, que tu mesmo tivesses sido espectador de huma scena tão linda, tão augusta, e tão magestosa. Todos os sexos, todas as Jerarchias, todas as condições, todas as idades correm, unem-se, acclamão teu nome, armão-se para defende-lo, e com o mais heroico valor se apromptão para arrostar o inimigo, para vertem o sangue das veas, para restaurarem teu Reino, teu Sceptro, e tua Coroa.

Que o Inimigo brame de raiva, que ameste, que proteste vingar-se; nada aterra o heroismo dos valerosos Portuguezes: Exercitos sobre Exercitos se levantão, arma se o Clero, segue o seu exemplo o Povo, e todos á porfia disputão qual será o primeiro, que pogue em armas, que avance ao Inimigo. Então, ó Coos, os Hespanheos honrados, os Ingleses generosos, unindo-se aos nossos Exercitos, correm a vingar os insultos feitos á Religião, ao PRINCIPE, á Farris, aos Portuguezes. Aos golpes de nossos intrepidos Soldados, e dos valerosos Ingleses, tremem, fogem os Inimigos: e vergonhosamente se rendem. *Idi impium* etc.

Parabens, ó Portugal, triumphaste, venceste: mas cu não devo dar-tos, sem que primeiro reconheça grato, a honra, a generosidade do teu Alliado. Graças á vossa honra, á vossa Amizade, generosos Ingleses: a historia de todos os tempos, não

contém outro exemplo de tão gloriosa acção. A vós deve o Reino a preservação do seu PRINCIPE, contra a aliciosa traição dos Inimigos: e não contentes de o escollar a vossas Esquadrilhas, até ás mais remotas regiões, reputastes como vossa a sua Causa, fazendo servir a defeza d'ella com liberalidade nunca vista, as vossas riquezas, as vossas Armadas, o vosso Exercito, e o nobre sangue de vossas veas. Parabens! o Portugal, eu felicito a tua sorte ditosa, o impio envergonhado, e prezo nos ferros, que nos tinha destinado, jaz sepultado no covil medonho do negro horror. *Transivi, et ecce non eras.*

Cantemos, Fieis, hymnos de triumpho, e de acções de graças ao SENHOR, que nos livrou do pezado jugo, que soffríamos; já em o nossos corações atribulados, principia a callar a mais suave alegria, e huma regeneração tanto mais grata, quanto mais real começa a desenvolver os seus preciosos effeitos. Já succede a hum governo de sangue, a brandura; e os nossos corações suffocados pelo pezo enorme da mais tyranna força, podem sem crime desabafar em lagrimas de ternura, e de saudade, em votos de fidelidade, e de amor pelo nosso PRINCIPE. Já succede á mais cruel escravidão a mais doce liberdade; e d'esses horrendos, e escuros carcerees, em que gemião victimas do despotismo, sahem alegres os nossos Concidadões, a abraçar-se com os seus amigos. A' desgraça finalmente succede a mais ditosa prosperidade. A Nação que se tinha visto sem o proprio REI, e infamada pela calumnia de pedir outro estranho: que chorava a ruina, e o desarranjo total de todas as molhas da sua grande maquina, entrega-se ansiosa nos braços do seu legitimo Soberano, e vê de repente restabelecida a Ordem, restituídos os seus Direitos, os seus Privilegios, e a sua Auctoridade, e desimpedidas as fontes da sua riqueza.

O Lavrador cultivará sem susto os seus Campos, que via assolados, o Negociante verá empolar o Comercio, o Sabio

reviverem as Artes, e as Sciencias, o Proprietario respeitarem-se os seus Direitos, os Ricos não temerão a pobreza, nem os pobres a miséria, todos seremos felizes, porque já não dicta as Leis a impiedade, *Transivi, et ecce non erui.*

Livres pois já dos *tyranni*, que nos opprimião n'este dia consagrado aos doces transportes de nossa alegria, e de nosso prazer, lembremo-nos, que todo o dom vem do Ceo, e exultemos de prazer na presença do nosso DEOS, entoando Psalmos, e confessando o nosso reconhecimento.

Fecit exultamus DOMINO etc., ajuchemos aos pés de seu Throno a petir-lhe que solde os séculos da caduca da nossa felicidade, conservando-nos o PRINCEPE AUGUSTO, que sempre a tem promovido com tanto desvelo; roguemos ao SENHOR, que Sua ALTEZA REAL exceda tanto em annos, quanto tem excedido em virtudes, aos Grandes REIS seus Predecessores: Que os Aijos Tutelares de Portugal affiastem d'elle, a menor coisa, que possa ser-lhe nociva:

Que continuando a descer dos Ceos, o dom da fecundidade sobre a Serenissima PRINCEZA, o Ceo com repetidas bençãos lhe conceda o prazer, de ver os filhos dos seus filhos emprehendendo os direitos do sangue com os da Virgule: E que em fim se duvide sempre, se elle ama os Povos mais, ou se lhe mais amado delles.

Acceitai, PRINCEPE Amavel, estes votos de hum Povo sempre Real, inspirados pelo patriotismo consagrados pela Religião, e publicados pelo reconhecimento á face dos Altares nestes climas remotos, donde não podem reverentes offerecillos aos Pés de vosso Throno: Entre elles acceizei tambem os votos do respeitavel Prelado, que por escollia vossa presença a esta Igreja; nunca o Ceo ouviu outros mais puros; são filhas da gratidão, e da fidelidade; acceitai tambem os meus, que são filhos do reconhecimento, pelo qual depois da existencia con-

fesso dever-vos quanto sou, e me julgaria nascido para o mais feliz de todos os acontecimentos, se pelo sacrificio de meus annos podesse prolongar hum instante dos vossos.

Abençoai, Grande DEOS, estes votos do vosso Povo, e em penhor das vossas Misericordias, conservai-nos sempre são, e salvo o PRINCEPE Amavel, que nos governa, *DOMINE adieum fac Regem*: Seja tão constante a sua gloria, e riqueza em todo o tempo do seu Reinado, como o nosso amor, o nosso respeito, e a nossa fidelidade, e nas gerações futuras seja sempre conservada para modelo de todos 'os Soberanos a sua Justica, e rectidão. *Gloria et divitia in domino eius, et justitia eius manet in seculum seculi.*

Todos os dias se augmente a nossa alegria, com a obediencia a tão Grande PRINCEPE. *Laetetur Israel in eo*, e unindo ao amor de filhos o respeito de Vassallos, já mais se interrompa o prazer com que o amamos, *et filii Sion exultent in rege suo*; prazer o mais grato, com que postrados aos Pés do vosso Throno vos rendemos as Graças pela Restauração do nosso Reino, e pela restituição do nosso legitimo Soberano. *TE DEUM LAUDAMUS.*

